

TAKING A MAN OF HIS SIZE.



O Ultimatum inglês a Portugal:

*repercussões na imprensa norte-americana
e sul-rio-grandense (1890)*

RETO MONICO

24


COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CIDH

Cadeira Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização


BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

**O *Ultimatum* inglês a
Portugal: repercussões na
imprensa norte-americana
e sul-rio-grandense (1890)**



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

Carlos Carranca

- Universidade Lusófona -

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) -

José Eduardo Franco

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Vania Pinheiro Chaves

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Reto Monico

O *Ultimatum* inglês a Portugal: repercussões na imprensa norte-americana e sul-rio-grandense (1890)



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2019

**DIRETORIA DA CÁTEDRA INFANTE DOM HENRIQUE
PARA OS ESTUDOS INSULARES ATLÂNTICOS E A
GLOBALIZAÇÃO**

Diretor: José Eduardo Franco

Diretor-Adjunto: João Relvão Caetano

Secretária: Aida Sampaio Lemos

Tesoureira: Joana Balsa de Pinho

Vogais: Maurício Marques, Paulo Raimundo e Carlos Carreto

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Mauro Póvoas

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Roland Pires Nicola

Ficha Técnica

- Título: O *Ultimatum* inglês a Portugal: repercussões na imprensa norte-americana e sul-rio-grandense (1890)
- Autor: Reto Monico
- Coleção Rio-Grandense, 24
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2019

ISBN – 978-85-67193-31-1

Apresentação*

No conflito diplomático luso-inglês de 1889-1890, o papel da imprensa é fundamental, tanto na Inglaterra, como em Portugal. Nos outros países da Europa ocidental, todos os jornais importantes publicam um ou vários comentários a esse respeito, nomeadamente depois da entrega, a 11 de janeiro de 1890, da missiva de Salisbury ao governo de Lisboa.

Este livro — cujo objetivo é de analisar o que dizem os periódicos do outro lado do Atlântico, nomeadamente nos Estados Unidos e no Rio Grande do Sul — é dividido em quatro capítulos.

O primeiro sintetiza os acontecimentos, sobretudo do período que vai da expedição de Serpa Pinto em novembro de 1889 até à crise política provocada pelo Tratado de 20 de agosto de 1890.

O segundo capítulo, dividido tematicamente, analisa aquilo que cerca de setenta e cinco jornais americanos publicam, entre dezembro de 1889 e outubro do ano seguinte, sobre esta contenda entre Lisboa e Londres.

* Reto Monico é licenciado (1977) e doutor (2003) em História pela Universidade de Genebra, com a tese *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*. Debruça-se principalmente sobre a História das representações em Portugal e no Brasil contemporâneos, com base, sobretudo, na imprensa internacional, nos relatos de viagens e nos documentos diplomáticos suíços. Lecionou no ensino secundário de 1976 a 2013.

A Federação, quotidiano fundado em 1884 em Porto Alegre, publica, durante o primeiro trimestre de 1890, vários artigos sobre o *Ultimatum* e as suas consequências. É o tema do terceiro capítulo.

No fim, com o objetivo de ampliar o leque de leitores, encontra-se um resumo em francês.

SUMÁRIO

1. O <i>Ultimatum</i>.....	9
2. O <i>Ultimatum</i> inglês visto pela imprensa norte-americana.....	30
a) A expedição de Serpa Pinto.....	30
b) O <i>Ultimatum</i> : uma guerra impossível.....	41
c) John Bull: a força é o direito.....	50
d) Portugal num beco sem saída.....	65
e) Uma mediação improvável.....	80
f) Uma República em Portugal?.....	88
g) Reações ao Tratado de agosto de 1890.....	95
3. A Federação e o <i>Ultimatum</i> de 1890.....	113
4. Résumé en français.....	131
Periódicos consultados.....	141
Referências bibliográficas.....	143

1. O *Ultimatum**

Por volta de 1880 começa a corrida das nações europeias para o interior de África, as quais, até então, se tinham limitado a ocupar as zonas costeiras. Esta viragem histórica terá consequências importantes para Portugal, porque vai pôr em causa os direitos históricos evocados por Lisboa. Para que cada nação colonial do Velho Continente possa reivindicar como seus determinados territórios, deve provar que os ocupa efetivamente.

Nesse contexto, a Inglaterra, depois de ter tergiversado desde 1836, aceita negociar com Portugal em 1882 e o resultado será o Tratado do Zaire de fevereiro de 1884 no qual, embora com limitações, Londres reconhece os direitos portugueses na zona deste rio, entre o 5° 12' e o 8° de latitude sul. Porém, este acordo suscita muitas reações negativas por parte das nações europeias e das respectivas imprensas. Perante tal pressão, a Grã-Bretanha abandona o tratado que nem sequer chega a ser discutido no Parlamento.

Poucos meses depois e, de acordo com a França, Bismarck convoca uma conferência colonial na capital alemã, satisfazendo deste modo os desejos de Barbosa do Bocage, o então ministro português dos Negócios Estrangeiros. Em Berlim, os trabalhos das catorze delegações duram de novembro de 1884 até fevereiro do ano seguinte, e as suas conclusões constituem uma derrota para a diplomacia portuguesa, nomeadamente por duas razões:

* Quero agradecer a minha mulher Clara e ao Francisco Matta pela atenta revisão do texto. Um agradecimento especial para o Joaquim Vieira por ter revisto algumas traduções do inglês.

por um lado, os delegados lusos, apesar de terem reclamado a soberania sobre este território, e depois de longas negociações, têm de reconhecer o Estado Independente do Congo, o futuro Congo Belga; por outro lado, no Ato final da Conferência é consagrado o princípio da ocupação efetiva em detrimento dos direitos históricos reclamados por Portugal. O artigo 35, intitulado «Declaração relativa às condições essenciais a preencher para que as novas ocupações nas costas do continente sejam consideradas efetivas» diz o seguinte:

As potências signatárias do presente Ato reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados nas costas do continente africano a existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos [...] (TEIXEIRA, 1990, p. 53)

Por conseguinte, o governo de Lisboa vê-se obrigado a atuar e a ocupar os territórios reivindicados no interior do Continente, de modo a definir as suas fronteiras. Neste contexto, assina duas convenções com a França e com a Alemanha, mas não com a Velha Aliada e organiza viagens ao Sul da África. Nasce então o projeto da África Meridional Portuguesa, que tem como ligar Angola a Moçambique: é o famoso Mapa Cor-de-Rosa, oficialmente publicado em 1886. Aqui temos a origem do conflito com a Grã-Bretanha, porque o objetivo colonial português no Sul do continente africano colide com o de Londres que é o de ligar o Cabo ao Cairo.

Em agosto de 1887, o novo ministro Barros Gomes apresenta no Parlamento o acordo luso-alemão, no qual a Alemanha reconhece nomeadamente os direitos de Portugal «nos territórios situados entre as possessões portuguesas de Angola e de Mozambique» (TELO, 1991, p. 75). Deste modo, o ministro «consagra pela primeira vez de forma oficial e

pública as pretensões portuguesas que já vinham de trás» (*Ibid.* p. 76). Tudo isto provoca uma rápida reação por parte da Inglaterra que envia a Lisboa um memorando em agosto do mesmo ano. Neste documento, o gínglês realça três aspetos: por um lado, nestes territórios reclamados por Lisboa, não há «nenhum vestígio de autoridade ou jurisdição portuguesa»; por outro, recorda que nestas regiões existem estabelecimentos britânicos e zonas onde Londres tem um «interesse excecional; finalmente, este memorando sublinha que na Conferência de Berlim foi aprovado o princípio da ocupação efetiva (*Ibidem*).



Figura 1: A 7 de dezembro, o *Punch* publica os seus «Apontamentos para novembro» onde ilustra os principais acontecimentos do mês anterior. Neste pormenor, podemos ver que Portugal faz pirraças a Lord Salisbury que tenta mostra-lhe um mapa da África.

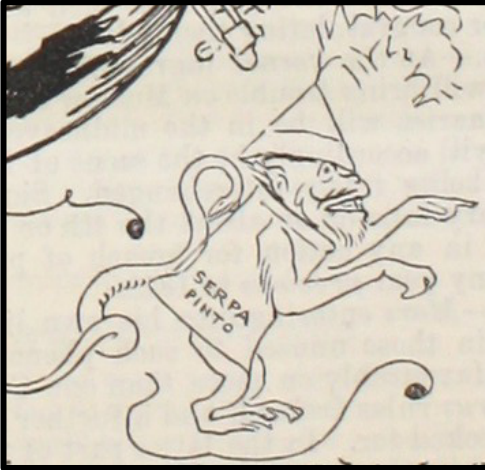
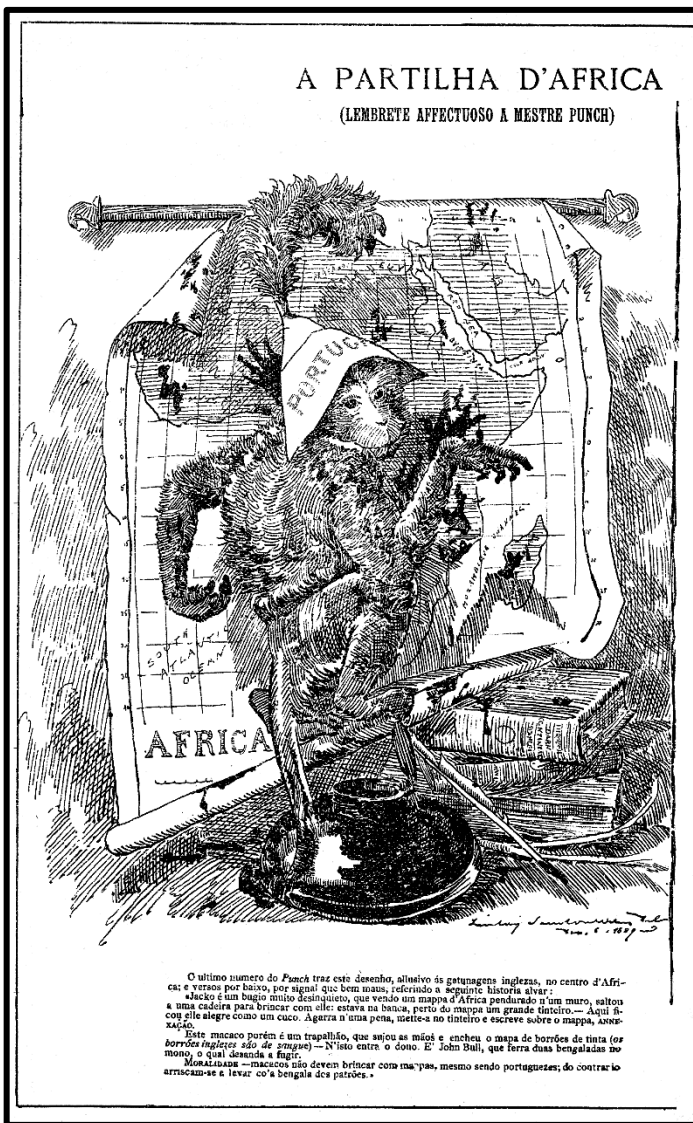


Figura 2: A 28 do mesmo mês, o semanário satírico exprime o que pensa do explorador português (pormenor dos «Apontamentos para dezembro»).

O ponto de vista inglês parece muito claro, mas Portugal não desiste do seu projeto: quer negociar com a Inglaterra e tenta adiar a solução do problema. Começa então um conflito político-diplomático, com uma longa troca de notas entre os dois países. Esta disputa chega ao seu auge nos últimos meses de 1889, nomeadamente com a expedição de Serpa Pinto ao Chire, no atual Malawi, onde, em novembro, o explorador ataca os Macololos que se encontram sob a proteção britânica, provocando uma forte reação por parte de Londres. O marquês de Salisbury envia uma nota a 18 e outra a 26 de dezembro ao governo português. No entanto, Barros Gomes não se apercebe que a situação é grave, de que Portugal está isolado, e de que a opinião pública britânica está claramente contra a Velha Aliada. O ministro continua a insistir nos direitos de Portugal nessa zona invocando argumentos históricos, que são claramente refutados pelos ingleses.

A PARTILHA D'AFRICA

(LEMBRETE AFFECTUOSO A MESTRE PUNCH)





Figuras 3 e 4 : a 19 de dezembro de 1889, *Os Pontos nos ii* publica uma caricatura («O macaco traquinas») do *Punch* de 14 de dezembro. O semanário britânico representa o «macaco português», muito inquieto e desajeitado, que enche o mapa da África com borões de tinta. Moral da história: «Um macaco não deve brincar com tinta e com mapas, mesmo tratando-se de um português espertalhão».

À direita, a resposta de Bordalo Pinheiro no mesmo número¹.

¹ Segundo a lenda, no fim da batalha de Waterloo, o general Pierre Cambronne (1770-1842), perante a insistência dos ingleses a pedirem a redição, ter-lhes-ia respondido: «Merde!»

Estes fazem uma última tentativa no início de janeiro de 1890, na qual pedem a Portugal uma declaração clara, afirmando que não irá intervir nas zonas já sob proteção britânica. Barros Gomes, na sua resposta, nega qualquer intenção agressiva por parte de Serpa Pinto, assegura que vão ser dadas instruções ao explorador para que não se pratique nenhum «ato de força» no país dos Macalolos e pede que este conflito seja tratado numa conferência internacional (TELO, 1991, p. 109). Segundo Rui Ramos, durante todo este período, o ministro quis obter demasiadas coisas e meteu-se «em «grande sarilho», provocando «o mais espetacular desastre das ousadias diplomáticas dos liberais portugueses» (RAMOS, 1995, p. 138).



Figura 5: a 4 de janeiro de 1890, o *Punch* publica uma caricatura de «alguns problemas do ano novo»: a gripe, Creta, o Egito, os conflitos sociais. Não podia faltar o

incontornável «macaco», o Major português que puxa o rabo ao leão Salisbury.

Com efeito, o gde Sua Majestade, que recusa qualquer arbitragem internacional, julga insuficientes as propostas do ministro luso. Lord Salisbury envia então um memorando a Petre, o ministro inglês em Lisboa, que o entrega a Barros Gomes a 11 de janeiro. É o *Ultimatum*:

O Governo de Sua Majestade não pode aceitar como satisfatórias ou suficientes as garantias dadas pelo Governo português tais como ele as interpreta. O cônsul interino de Sua Majestade em Moçambique telegrafou, citando o próprio major Serpa Pinto, que a expedição ainda estava ocupando o Chire, e que Katunga e outros lugares mais no território dos Macololos iam ser fortificados e receberiam guarnições.

O que o Governo de Sua Majestade deseja e no que mais insiste é no seguinte: que se enviem ao Governador de Moçambique instruções telegráficas imediatas para que todas e quaisquer forças militares portuguesas no Chire e no País dos Macololos e Machonas se retirem. O Governo de Sua Majestade entende que, sem isto, são ilusórias todas as garantias dadas pelo Governo Português.

Mr. Petre ver-se-á obrigado, tendo em consideração, as suas instruções, a deixar imediatamente Lisboa com todos os membros da sua legação se uma resposta satisfatória à precedente intimação não for por ele recebida esta tarde; e o navio de Sua Majestade *Enchantress* está em Vigo aguardando as suas ordens (TEIXEIRA, 1990, p. 60-61).

O Conselho de Estado, reunido na mesma noite sob a presidência de D. Carlos, cede às exigências de Londres. No dia seguinte, Barros Gomes entrega a resposta a Petre:

Em presença duma ruptura iminente das relações com a Grã-Bretanha e todas as consequências que poderiam dela derivar, o Governo resolve «ceder» às exigências recentemente formuladas nos últimos memorandos, ressaltando por todas as formas os direitos da Coroa de Portugal nas regiões africanas de que se trata, protestando bem assim pelo direito que lhe confere o artigo 12.º do Ato Geral de Berlim de ser resolvido o assunto em litígio por mediação ou arbitragem. O Governo vai expedir para o Governo-Geral de Moçambique as ordens exigidas pela Grã-Bretanha. (*Ibid.*, p. 62)

A Inglaterra obtém o que quer e, consciente do isolamento de Lisboa que não tem nenhum apoio das grandes potências do continente², recusa totalmente a ideia de mediação e de arbitragem internacional (TELO, 1991, p. 111, nomeadamente a nota 41) para resolver esta questão.

Em dezembro, o conde de Penafiel, ministro português em Berlim, está convencido que a Alemanha irá ajudar Portugal neste conflito (LOPES, 1990, p. 149), mas isso é pura ilusão. Um artigo publicado a 31 pelo jornal de Bismarck, *Nord-Deutsche Allgemeine Zeitung*, não deixa margem para dúvidas:

Alguns jornais estrangeiros escrevem sobre a atitude que a Alemanha tomará perante o conflito entre a Inglaterra e Portugal. É assim que *Le Temps* nota que a Alemanha está do lado português, enquanto podemos ler no *Standard* que é fácil explicar que a atitude da Alemanha tem tendência a ser favorável à Inglaterra [...].

Para qualquer pessoa esclarecida não deveriam existir dúvidas de que a Alemanha de modo algum tomará partido num conflito entre dois países que são seus amigos (*Ibid*, p. 150-151 e SILBERT, 1993, p. 1096).

Logo depois do ultimato, a 15 de janeiro, o representante português na capital alemã obtém a mesma resposta: apesar das simpatias manifestadas, nomeadamente pela maioria da imprensa do II Reich, o governo de Guilherme II não quer mudar a sua política de

² Vítor Lopes resume perfeitamente esta atitude das grandes potências: «simpatias por Portugal mas silêncio absoluto!» (LOPES, 1990, p. 185).

não-intervenção e de rigorosa neutralidade (LOPES, 1990, p. 211-212.)³.

Esta crise provoca a queda do Gprogressista de Luciano de Castro. A 14, o rei nomeia o regenerador António Serpa Pimentel Presidente do Conselho de Ministros, com Hintze Ribeiro que substitui Barros Gomes na pasta dos Negócios Estrangeiros. A classe política portuguesa apercebe-se que não há alternativa à Aliança inglesa e que o novo executivo tem de negociar com Londres que, a 21 de março, reitera mais uma vez a sua recusa de uma conferência internacional sobre este assunto.

* * * * *

Voltemos agora a janeiro de 1890 e às reações da opinião pública, depois de terem tomado conhecimento do texto de Salisbury e da resposta do executivo português.

Já vimos como, três dias depois do *Ultimatum*, os regeneradores voltam ao poder, substituindo os progressistas, «numa situação grave e difícil» (Citado por . TEIXEIRA, 1990, p. 84), como afirma o novo Presidente do Conselho a 15 de janeiro ao Parlamento. Agora o partido que cedeu face à Inglaterra, está na oposição e tenta, tal como os republicanos, tirar proveito da situação. Por outras palavras, não há nenhuma União Sagrada *ante litteram* e, como afirma

³ Cf. O telegrama da Havas, publicado pelo quotidiano parisiense *La Liberté* a 19 de janeiro, reitera a posição do governo imperial, que não deseja intervir de modo algum nesta questão, nem sequer para propor uma mediação: «*On affirme ici que le conflit anglo-portugais n'a modifié en rien l'attitude de stricte réserve adoptée par le gouvernement allemand et qu'il est inexact que, comme on en a fait courir le bruit, il ait l'intention d'intervenir, à un titre quelconque, dans la question.*»

Nuno Severiano Teixeira, «os interesses partidários» sobrepõem-se «amiúde ao interesse nacional» (*Ibid*, p. 85).

Mas é a reação da opinião pública que dá a estes acontecimentos o carácter de uma tragédia nacional. Como escreve Maria Teresa Pinto Coelho, este acontecimento transforma-se «numa espécie de Fim do Mundo» (COELHO, 1996, p. 75). A 12, depois de da publicação dos principais jornais, com as notícias do *Ultimatum* e da resposta do governo de Luciano de Castro, o ambiente na capital muda. A calma das primeiras horas do dia dá lugar à agitação, à raiva, à cólera e à indignação. *O Século* denuncia: « E o governo cedeu, esse governo de bandalhos, esse governo de pulhas, esse governo de ladrões, [...] acaba de abater a bandeira nacional perante os bêbados de Londres».

No final do dia, no Café Martinho da Arcada, alguns jornalistas e escritores entre os quais Fialho de Almeida e Alberto de Oliveira, futuro ministro de Portugal em Berna, começam a protestar vivamente contra a Inglaterra e contra o governo português. Uma multidão junta-se à volta do café e marcha até ao Rossio, gritando: «Abaixo os piratas», «Morte aos Ingleses», «Abaixo os Bragança», e continua o protesto em direção ao Consulado britânico. Os manifestantes exprimem a sua simpatia em frente das redações dos jornais republicanos e regeneradores, enquanto, periódicos progressistas, como o *Novidades*, são alvos de manifestações hostis. No percurso, atiram pedras à casa de Bairros Gomes, param na Sociedade de Geografia, onde Luciano Cordeiro profere um discurso e invadem o Teatro São Carlos.

Toda esta movimentação — a polícia prendeu 50 pessoas e teve dificuldade em dominar a situação — assusta a classe dirigente. Em Belém, os regimentos estão de prevenção. Mas a ansiedade diminui quando, já depois da uma da noite, a multidão pouco e pouco se dispersa.

No dia seguinte, depois duma assembleia na Escola Politécnica, que acaba com as pessoas gritando «Viva Serpa Pinto! Viva a liberdade! Viva a dignidade nacional! Abaixo os traidores!» (*O Século*, 14 de janeiro), forma-se um cortejo em direção às Cortes⁴, que continua depois por vários bairros da cidade, acabando já à noite em frente da casa de Serpa Pinto.

A 14, ao fim da tarde, um grupo de estudantes sai do *Café Áurea*, sobe a rua do Ouro, a rua Nova do Carmo e a rua Garrett até à praça Camões, ao qual se junta a Associação Académica. *O Século* de dia 15 fala de «uma multidão imensa [que] invadiu toda a praça». Naquele momento, um grupo de homens cobre a estátua do poeta com um crepe e afixa o seguinte cartaz:

Estes crepes, que envolvem a alma da pátria, são entregues ao respeito e guarda do povo, do exército e da armada nacional.

Quem os arrancar, ou mandar arrancar, é o último dos covardes vendido à Inglaterra.

Depois duma salva de palmas, os manifestantes desfilam à frente de alguns consulados, como o do Uruguai e do Paraguai, da legação de Espanha, do consulado francês, e de várias redações de jornais lisboetas.

Estes cortejos patrióticos continuam durante vários dias no centro da capital e em várias cidades do país, como no Porto, em Aveiro, Matosinhos, Lamego, Viseu, Coimbra, Portalegre, Braga, Santarém, Évora, Setúbal, e na vila de Alenquer, mas partir de 11 de fevereiro, o governo contrata. Neste dia, impede a realização de protestos, prende

⁴ *O Século* fala de «mais de quinze mil pessoas» que «formavam aquele extraordinário cortejo». O número de participantes está altamente sobrevalorizado.

cerca de 200 pessoas e dissolve a Associação Académica de Lisboa.

«INFÂMIA! INFÂMIA!» é a manchete que ocupa toda a largura da página do jornal republicano *O Século* de dia 12 de fevereiro. O editorial intitula-se: «O governo contra o povo». A proibição de um comício no *Coliseu* desencadeia a cólera do diário lisboeta:

Foi isto o que o governo ontem proibiu, dando à Europa, ao mundo, o vergonhosíssimo espetáculo de um governo que renega a sua raça, e por uma subserviência miserável com os governos das raças jurídica e moralmente mais atrasadas! [...]

Infâmia! Infâmia!

Mas não contente com ter traído ignobilmente a sua raça, o governo traiu a sua nacionalidade, ferindo-a no que ela tem de mais santo e de mais caro; as suas gloriosas tradições históricas.

Sim: a proibição da manifestação à estátua de Camões representa uma imposição de silêncio à alma nacional que solução de angústia.

No entanto, o Executivo português toma outras medidas repressivas: a 2 de março, proíbe uma manifestação prevista pelo Grémio Lusitano e a 11 dissolve a Câmara de Lisboa. Em abril, promulga a «lei das Rolhas» que limita a «liberdade de imprensa, dos espetáculos», assim como os «direitos de associação e de reunião» (TEIXEIRA, 1990, p. 136). Com estas medidas, o Executivo consegue impedir, durante alguns meses, estes protestos populares.

* * * * *

É preciso salientar que as reações da opinião pública, já estudadas por Nuno Severiano Teixeira (*Ibid*, p. 105-134),

não se limitam aos protestos dos manifestantes nas ruas das principais cidades portuguesas.

Há uma subscrição nacional para comprar um navio de guerra; levantam-se os depósitos dos bancos ingleses e das companhias de seguros; a Associação Comercial de Lisboa e a de Coimbra querem fazer uma guerra sem tréguas ao comércio e às indústrias inglesas⁵, a do Porto quer limitar o comércio com a Grã-Bretanha⁶, «os comerciantes das principais cidades e vilas do Algarve [...] resolveram cortar de todo as suas relações comerciais com as casas de Londres e Manchester» (*O Primeiro de Janeiro*, 18 de janeiro de 1890)⁷; de acordo com os clientes, os alfaiates suprimem os figurinos ingleses; há hotéis que não querem dar hospedagem a ingleses e pessoas que cortam todas as relações pessoais com

⁵ «Num estabelecimento da rua Nova da Palma, em Lisboa, um lojista pôs à porta o seguinte leiteiro — «Não se vende nem se compra a ingleses». *O Primeiro de Janeiro*, 22 de janeiro de 1890.

⁶ «É preciso que o comércio e as indústrias exercidas neste país protestem por factos contra a Inglaterra. Nada de relações comerciais com eles ou as menos possíveis ; fechem-lhe as portas, Nesta parte, seria grande prova de patriotismo manifestações categóricas por parte das associações comerciais e de outras classes que tenham relações com o adversário inglês.» *O Século*, 13 de janeiro de 1890.

⁷ O quotidiano *New-York Tribune*, a 26 de janeiro, reproduz este despacho: «*Fall River, Mass., Jan 25 (Special): Many Portuguese residents of this city favor boycotting English dealers an account of the Anglo-Portuguese squabble. They propose do hold, next week, a meeting of the Portuguese Society, which has a large membership, and pass a resolution expressing their sympathy with Portugal, after which trade now given to English business men will be transferred to other nationalities.*»

ingleses⁸; mudam-se os nomes das ruas⁹; aparecem neologismos anglófbos¹⁰ e letreiros em inglês raspados nas ruas da capital; há periódicos que mudam de título¹¹ e casas comerciais que despedem os empregados ingleses¹²; nesse ano, os alunos são dispensados do exame da língua inglesa.

À este propósito, *O Primeiro de Janeiro* nota a 21:

Escreveram ao *Dia*, pedindo-lhe que fizesse guerra ao ensino da língua inglesa em Portugal. O nosso colega responde sensatamente:

«Isso é que não. Em primeiro lugar, porque o *inglês* também é a língua dos Estados Unidos da América, com quem temos

⁸ «As senhoras que tinham relações de sociedade com os membros da legação inglesa resolveram cortar essas relações, e empenham-se em que aquela medida patriótica seja completamente generalizada. Vê-se que o exemplo brilhante do povo começa a ser seguido por todas as camadas sociais.» *O Século*, 16 de janeiro de 1890.

⁹ O povo muda o letreiro de «Travessa dos Inglesinhos» para «Travessa dos Ladrões»; «Travessa do Enviado da Inglaterra» para «Travessa do Diabo que o carregue». A rua de Évora é agora a Rua Serpa Pinto.

¹⁰ «Uma inglesada» é um roubo: «Prisão dum inglês» (Prisão dum ladrão) «Preso por inglesar» (por roubar). *O Corriere della Sera* nota a 20 de janeiro: «O povo inventou uma nova expressão para dizer que uma pessoa está bêbada: “Foi com o inglês”».

«O povo, em Lisboa, trata agora as libras por *piratas* ou *ladras*. É entrar em qualquer estabelecimento para se ouvir esta voz ao mesmo tempo acompanhada de um tinir de outro no balcão:

— Troca-me esta *pirata* ou esta *ladra*, faz favor?!» *O Primeiro de Janeiro*, 18 de janeiro de 1890.

¹¹ *O High-Life* e *O Reporter* mudam de nome para respetivamente *Alta Sociedade* e *O Português*.

¹² «A empresa do Coliseu rescindiu o contrato com o palhaço inglês Tony Crice, que hoje devia estrear-se.» *O Primeiro de Janeiro*, 19 de janeiro de 1890.

e desejamos estreitar relações comerciais; em segundo lugar, porque os ingleses não lucram nada por nós conhecermos o seu idioma; e por último, porque Shakespeare não é solidário com as brutalidades de Lord Salisbury. É preciso que o nosso movimento patriótico não caia em exagerações ridículas ou odiosas.»

Um episódio, também contado pelo mesmo jornal a 21 de janeiro, pode dar uma ideia das dificuldades encontradas pelos ingleses residentes em Portugal em 1890:

Um garoto dos jornais passava anteontem a Estrela, em Lisboa, quando um inglês assomou à janela e o chamou.
— Nem que vossemecê me desse uma *ladra* por cada um! respondeu o rapaz, e lá se foi apregoando os jornais. Testemunha presencial contou que o inglês se queixara depois, dizendo sentir bastante a inimizade que o rodeia, pois reprova os atos praticados pela Inglaterra contra Portugal, onde vive já há longos anos.

No dia seguinte, o mesmo quotidiano relata a desventura de um anglófono em Lisboa:

Um grupo de manifestantes, que não se contentavam com dar vivas à pátria e praticavam distúrbios, pretendeu uma de estas últimas noites agredir um inglês, que encontrou na rua.
O inglês, vendo-se ameaçado, acenou à multidão, pedindo que o deixassem falar, o que lhe foi permitido. Então, com o maior sangue frio, descobre-se e diz com voz firme e potente:
— Vossemecê odeia hoje inglês; eu odeia inglês toda a vida. Sou irlandês!¹³
Escusado é dizer que o povo lhe fez uma ovação, levando-o por algum tempo em triunfo.

¹³ Não modificámos os erros de português feitos pelo irlandês.

Há casos extremos como o de Gouveia, onde compram todos os tecidos ingleses e os queimam na praça e o de um passageiro português que prefere perder o dinheiro do bilhete para o Rio de Janeiro já comprado a uma companhia de transporte inglesa e opta por embarcar num vapor francês. A 15 de janeiro, em Viseu, segundo conta *O Primeiro de Janeiro* três dias depois, pedem para queimarem livros ingleses às sete da tarde. Na mesma edição, o jornal da Cidade Invicta relata «o protesto de um homem do povo»:

Em frente da alfândega de Lisboa, estacionava um barco catraio com as bandeiras francesas e inglesas içadas. Um trabalhador, vendo aquilo, possui-se de uma tal indignação, que pegou uma broxa com tinta e foi esborratar a bandeira inglesa.

* * * * *

Depois de alguns meses de relativa calma, a situação volta a agitar-se no início de setembro depois da assinatura do Tratado de 20 de agosto, publicado na imprensa 10 dias depois¹⁴. Este acordo, tão criticado na altura, parece-nos hoje favorável a Portugal, apesar de conter certos aspetos menos positivos:

A 20 de agosto assina-se o tratado com a Inglaterra, em condições que se têm de considerar muito favoráveis a Portugal, que não só mantém todos os territórios sobre que exerce alguma aparência de ocupação efetiva, como

¹⁴ A Inglaterra só retoma as negociações com Lisboa quando os acordos com a Alemanha e com a França estão quase concluídos. A 1 de julho, assina uma convenção com a Alemanha; a 5 de agosto, uma outra com a França.

assegura amplas zonas não ocupadas no interior de Angola, no sudeste do Niassa e no alto Zambeze e fica mesmo com um corredor de 20 milhas entre Angola e Moçambique onde pode construir estradas, caminhos de ferro e linhas de telégrafos. Em troca, são salvaguardados os pontos considerados vitais pela Inglaterra, mas com uma redação bastante infeliz, que não pode deixar de provocar uma forte reação no clima de agitação antibritânica em Portugal (TELO, 1991, p. 121).

António José Telo cita dois exemplos: o do artigo IV que não permite a Portugal de ceder um território «sem o “consentimento” da Inglaterra»; o do artigo XIV que inclui «um engenheiro inglês na comissão que estuda o traçado do futuro caminho da Beira».

Esta onda de indignação é sublevada pelas associações comerciais, industriais, operárias e de lojistas, pelas câmaras municipais e pelas juntas de freguesia. Protestam também as sociedades desportivas e de recreios, as instituições culturais, o sector académico, e, naturalmente, os jornais.

Para ilustrar a agressividade da imprensa contra o governo e contra o Tratado, podemos ler o «Apelo aos bandidos», publicado a 18 de setembro pelo semanário satírico *Pontos nos ii*:

Vinde, nédios bretões! Torcei-nos esmagai-nos,
Achatai sob a pata os viridentes plainos
Onde o sol vivo aloura os cachos tumescentes!
Correi, fulvo tropel de bêbados valentes!
O outono é fresco e belo, é próxima a vindima...
Depressa! Não temais que nada vos reprima!
Apesar da moléstia, a cepa ainda verte
Em jorros o licor, que espada e fervilha;
Ao passo que nos sai do coração inerte
Não sei que deessorada e turbina aguadilha!
Podeis vir, podeis vir! É fácil a conquista,

Não temais que o nosso ódio à morte vos exponha;
Não permitais que o medo em vosso peito exista,
Porque em o nosso há muito acabou-se a vergonha!
Vede que Portugal não pode opor um dique
À chaga que supura e o mundo inteiro infecta;
Vede como oferece, infame proxeneta,
Ao lascivo John Bull Angola e Mozambique!
Vinde! Que vos importa a trépida algazarra
Que dentro do cortiço ergue o enxame vilão!
Escudai com dinheiro a sanguinosa garra,
Que na libra esterlina embota-se o ferrão!
Somos filhos do Sul, não receeis; que à mímica
De braços e coração, sobeja-nos a língua!
E quando aos vossos pés paquidermais calcardes
O solo que aviventa um rancho de cobardes
Puxai-me lá de dentro as reimas do catarro
E afogai-os sem dó num colossal escarro!

Como no início do ano, logo depois do Ultimato inglês, por todo o país há muitas manifestações nas ruas que vão aumentando¹⁵ até à abertura do Parlamento a 15. Neste dia, há 53 prisões e a morte do operário António Pardal. Porém, o ápice deste protesto é atingido a 17 de setembro, quando as forças policiais atacam os manifestantes, dispersam um comício do Chiado e invadem o Café Martinho (TEIXEIRA, 1990, p. 149).

¹⁵ «No hay más que abrir un periódico cualquiera del vecino reino para comprender que, lejos de amenguar, la agitación del pueblo lusitano crece por momentos y amenaza tomar proporciones extraordinarias.

Para hoy domingo están anunciados varios comicios o meetings en Lisboa, Porto, Aveiro, Coimbra y algún otro punto menos importante que éstos. Lo cual prueba que los enemigos irreconciliables del tratado luso-británico no abandonan su actitud de protesta, ni sus propósitos de enardecer a las masas para llevarlas desde los comicios a las barricadas». *El Imparcial*, 14 de setembro de 1890.

A partir de dia 18, com a demissão do governo regenerador de António Serpa de Pimentel e a recusa das Cortes em ratificar o Tratado, a agitação decresce. Lentamente, os protestos populares vão-se apagando. O novo governo «independente» dirigido por João Crisóstomo entra em função só a 14 de outubro e durará até 17 de janeiro de 1892.

Em novembro chega-se a um acordo provisório, o *Modus Vivendi*, assinado a 14 de novembro entre Lisboa e Londres e que marca o início das negociações entre os dois governos. Tal como o *Modus Vivendi*, o novo tratado, assinado a 28 de maio de 1891¹⁶, não provoca nenhum protesto público, embora seja menos favorável que o do ano anterior (LOPES, 1990, p. 128 ; TEIXEIRA, 1990, p. 104). Portugal perde nomeadamente o rico planalto de Manica e o corredor entre Angola e Moçambique. A «cegueira partidária» e a «agitação da opinião pública» (TEIXEIRA, 1990, p. 103) em setembro de 1890 estão na origem do voto negativo do Parlamento português em relação ao Tratado de agosto de 1890. Mesmo nestas condições, Portugal fica até 1975 com um território muito vasto em África.

* * * * *

Esta crise interna, causada por razões de política externa, não provoca a queda dos Bragança, mas deteriora a imagem de D. Carlos e dos dois partidos tradicionais: o Partido Progressista recua face ao Ultimato; o Partido Regenerador negocia com a Inglaterra e tenta impor o Tratado. O Partido Republicano, que se apresenta como o

¹⁶ É preciso lembrar que, desta vez, as pressões de Berlim, de Viena, assim como os «pedidos de moderação da França e da Rússia», têm um papel importante na conclusão destes dois acordos (TELO, 1991, p. 127 ; Cf. também LOPES, 1990, p. 635-646).

único defensor do interesse nacional, parece ser o único vencedor, mas chegará ao poder somente duas décadas depois.

O comentário publicado no periódico *Pontos nos ii*, sintetiza com clareza a situação do país: humilhado pela Inglaterra, sem dirigentes à altura, Portugal está ainda à espera da nomeação de um novo governo. A mudança de regime não parece iminente, nem desejável, a curto prazo:

Nunca o país esteve mais tranquilo do que hoje, e nunca o povo português deu mais inteligentes sinais de cordura, de paciência e de vergonha. Bastava-lhe sair à rua amanhã, e deitaria abaixo uma monarquia, que apesar de podre, tem oitocentos anos de alicerces. Não o faz, não o fará, compenetrado de que a revindicta seria insensata nesta hora, e só serviria para o estrangeiro lhe roubar a independência.

[...]

Para que a fórmula republicana seja eficaz na vida portuguesa, cumpre evitar que ela alguma vez possa queixar-se de ter chegado cedo. Eis porque eu louvo a atitude do país neste momento, pacífica, expectante, e fora de todas as precipitações que possam complicar a situação¹⁷.

¹⁷ IRKAN [Fialho de Almeida], «Paz podre», *Pontos nos ii*, 9 de outubro de 1890. O jornalista e escritor José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) colabora com o periódico satírico de 1885 a 1891.

2. O *Utimum* inglês visto pela imprensa norte-americana

a) A expedição de Serpa Pinto

Como na Europa (LOPES, 1990, p. 88)¹⁸, a notícia dos confrontos de Serpa Pinto com os Macololos, no Shire, chega às redações dos jornais americanos por volta de meados de dezembro de 1889. Muitos periódicos falam do assunto, por vezes na primeira página, mas só alguns jornais publicam manchetes mais apelativas¹⁹ e da largura de uma coluna. A 15, *The Sun* e *The Pittsburg Dispatch* reproduzem um longo

¹⁸ Segundo este historiador, no Velho Continente, excluindo os jornais ingleses e portugueses, o primeiro comentário é publicado pelo quotidiano de Bruxelas, *L'Indépendance Belge*. Com efeito, uma parte do editorial desta folha de dia 15 é consagrado a este acontecimento: «*Et ici, l'explorateur Serpa Pinto ayant rencontré des résistances, a opéré par la force des armes. Il a fait parler le canon et livré de véritables et sanglantes batailles au chef du Makololand pour l'obliger à abandonner le protectorat britannique et à accepter celui du Portugal. Du moins, c'est là la version anglaise des événements.*» O despacho do londrino *Times*, inserido na mesma página, fala de «grande massacre» e dos Macololos «completamente esmagados».

¹⁹ «ENGLISH WAR CLOUDS. Fears of Serious Complications With Portugal Over the Action of Serpa Pinto», *Buffalo Sunday Morning News*, 15 de dezembro de 1889; «MENACING SITUATION. England and Portugal Are Not in a Amical Mood», *Buffalo Courier*, 16 de dezembro de 1889; «ENGLAND ANGRY. The Ancient British Lion Growls at Portugal», *Evening Gazette*, 16 de dezembro de 1889; «BRITISH GOSSIP. British Lion Elevates His Mane and Roar at Portugal», *Sacramento Daily Record-Union*, 16 de dezembro de 1889. «ENGLAND AROUSED. Portugal is Likely to Suffer», *San Francisco Chronicle*, 16 de dezembro de 1889. Cf. Figuras 5 a 9

telegrama enviado de Londres na véspera²⁰, onde se realça o massacre dos nativos com as metralhadoras Gatling e a confiscação das bandeiras inglesas por parte dos portugueses.

Outros jornais inserem despachos de Londres e de Lisboa, nos quais resumem principalmente o ponto de vista da imprensa dos dois países: por um lado, os jornais ingleses falam de *casus belli*²¹; por outro lado, os diários portugueses deitam água na fervura, contestando a versão dada pelos quotidianos londrinos e minimizando os factos²². Em Nashville, a 17, por exemplo, *The Daily American* realça a «atitude belicosa da imprensa inglesa em relação a Portugal», publicando, na mesma coluna, o ponto de vista de Lisboa²³.

²⁰ O mesmo texto será publicado no dia seguinte por três outros diários: *The Buffalo Times*, *The Evening Republican*, *The Evening Star*.

²¹ «The Globe says: «The conduct of Portugal is practically a *casus belli*.» *The Brookling Daily Eagle*, 15 de dezembro de 1889. «The [Pall Mall] Gazette says Pinto's progress must be stopped or England will be compelled to regard Portugal's action as a declaration of hostility», *Buffalo Courier*, 16 de dezembro de 1889.

²² «Lisbon, Dec. 16 – All the newspapers here, in commenting upon the latest advices from Zanzibar, express astonishment at their distortion of the real facts of Serpa Pinto's doing in Makololand. The papers all declare that there is no chance of a quarrel with England if Lord Salisbury deals justly with the subject.» *Evening Journal*, 16 de dezembro de 1889.

²³ «BELLICOSE ATTITUDE of the English Press Towards Portugal. / Reports of Pinto's Action Said to Be Exaggerated.», *The Daiyl American*, 17 de dezembro de 1889. Na mesma data, no New Jersey, o *Evening Journal* publica a seguinte manchete: «JOHN BULL BRISTLES / With Indignation Against Puny Portugal»

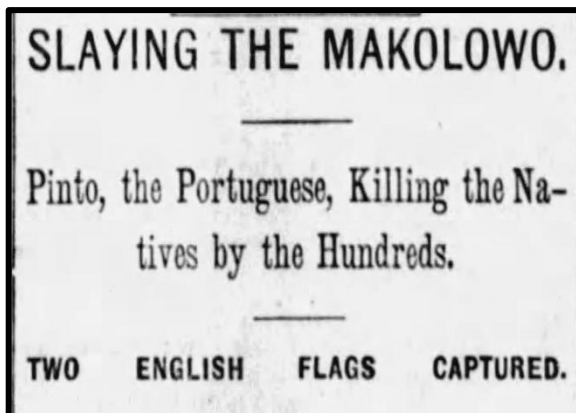


Figura 6 : *The Examiner*, 14 de dezembro de 1889, p. 3

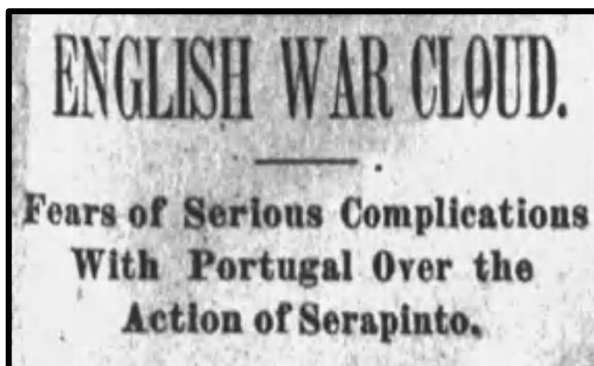


Figura 7: *The Buffalo Sunday Morning News*, 15 de dezembro de 1889, p. 1



Figura 8: *The San Francisco Chronicle*, 16 de dezembro de 1889, p. 1



Figura 9: *The Racine Daily Journal*, 16 de dezembro de 1889, p. 1



Figura 10: *The New York Tribune*, 17 de dezembro de 1889, p. 1

Muitos jornais americanos se debruçam sobre este conflito luso-inglês, publicando também as declarações dos dois governos e resumos dos acontecimentos. Nesta fase que precede o ultimato, encontram-se alguns comentários sobre as consequências do ataque conduzido pelo explorador português.

A maioria dos analistas ataca a ação de Serpa Pinto e criticam a política colonial portuguesa. *The New York Tribune*, a 15, considera que se o que se diz sobre a expedição do major português corresponde à verdade, então Portugal «meteu-se numa situação da qual os políticos terão muitas dificuldades de sair.» Ninguém imagina uma guerra da Inglaterra contra um Portugal «sem defesa», realça o articulista, mas uma operação tão «arrogante» como esta não

pode ser tolerada, e Salisbury vai explicar isso sem meios termos ao governo de Lisboa²⁴.

No dia seguinte, o mesmo diário volta a bater na mesma tecla. O quotidiano de Nova Iorque continua a não perceber porque Portugal se meteu numa situação desta, considerando as claras afirmações de Salisbury que, «repetidamente», tinha recusado as pretensões portuguesas nesta zona do Continente africano. O território reclamado por Portugal é imenso, mas já foi ocupado pelos ingleses que nunca vão deixar uma zona tão rica em minerais a Portugal. Além disso, a circulação no Zambeze tem de ficar livre, realça o jornalista, que ataca duramente o colonialismo português. Segundo ele, Portugal «enfraqueceu a civilização» em África, utilizou métodos agressivos, foi o primeiro responsável da introdução do comércio de escravos e agora continua a incentivá-lo. Por conseguinte, Portugal não merece ser apoiado, nem receber nenhuma simpatia neste conflito que «insensatamente» provocou, conclui o editorialista.

Na Califórnia, o *San Francisco Chronicle* — que, a 17, trata Serpa Pinto de «charlatão» — volta a comentar este conflito a 29. O jornalista californiano, que julga «falsas» as pretensões portuguesas, considera que se o explorador luso continuar a «impor o uso da força, os ingleses e os alemães vão ter de pôr um ponto final a isso». Como o seu colega de Nova Iorque, sublinha o facto de Portugal, além de estabelecer alguns postos comerciais, não fez nada em África, contrariamente à Inglaterra, à França e à Alemanha. Agora reclama um território porque o seu nome está num

²⁴ «A war by England upon such a defenceless nation as Portugal would scarcely be tolerated by the English people, but such high-handed operations as Serpa Pinto has been carrying on cannot be allowed, and Lord Salisbury may be expected to say so in tones not to be mistaken.

mapa, ironiza o jornalista que também estigmatiza Portugal por este país continuar a favorecer o comércio negreiro²⁵.

Além de não terem realizado estritamente nada durante 300 anos, os portugueses não permitiram aos outros de fazerem alguma coisa para as pessoas, realça *The Examiner* a 16. Agora tornaram-se uma força de obstrução ativa e este problema vai ser resolvido de uma vez para todas. Não fizeram absolutamente nada contra os comerciantes de escravos árabes, contrariamente a *African Lakes Company*, afirma o editorialista californiano²⁶.

Portugal não construiu uma única cabana nem pregou um prego, realça *The Sun*, de Nova Iorque a 19 e quer impedir aos outros de entrarem na zona do Shire:

Portugal é verdadeiramente um desmancha prazeres. Não está a desenvolver como deve ser nenhum dos seus territórios e não quer dar a ninguém a possibilidade de o fazer.

Mais matizado é o comentário do *New York Times* de dia 22. O cônsul americano na região, Ernest Smith, já tinha previsto, quando Serpa Pinto chegou a Quelimane, que a sua expedição teria provocado resistência por parte dos nativos e teria destruído a boa relação entre os ingleses e os Macololos. Segundo os ingleses, nota o editorialista, Pinto enganou Johnston, o cônsul inglês, e massacrou centenas de africanos. Mas isso, ironiza o jornal nova iorquino, foi

²⁵ «Portugal has remained inactive, her few efforts being confined to aiding the slave trade that all civilized races abhor».

²⁶ «The Portuguese have done absolutely nothing. Their flag has never been seen in the interior. They have simply harassed those who have tried to do the work of civilization. But now that they have become an active, instead of simply a passive, obstructive force, their claims are likely to be settled, once for all».

«copiado dos alemães que, por sua vez, nestas práticas, imitaram os ingleses.»

Por seu lado, *The Washington Star*²⁷ fala de disputa a propósito de um grande território que «não pertence a nenhum deles», mas que Portugal reclama por ter sido o primeiro a descobri-lo:

Portugal, que utilizou ali as metralhadoras Gatlings, não está disposto a conceder este direito ao seu colossal rival e antigo aliado. A Inglaterra não tem o hábito, desde a metade do século passado, de deixar que pequenas nações sejam um obstáculo no caminho do seu processo civilizacional.

Alguns, raros, jornais demonstram uma certa simpatia por Portugal e criticam a atitude inglesa. A 18, *The Scranton Republican* escreve que o desafio que Lisboa lança a Londres é «divertido», mas se tiver razão, «merece todo o apreço» por o ter feito²⁸. Por seu lado, *The Daily American*, a 29, realça o facto que, na Europa, há pouca simpatia para com a Grã-Bretanha que se esforça a intimidar e a tyrannizar Portugal. O direito está do lado português, mas isso não conta perante uma nação «poderosa, ávida, egoísta e sem escrúpulos», sublinha o jornal de Nashville:

A Inglaterra é um fanfarrão e responde com os argumentos de um fanfarrão quando uma potência mais fracas atrapalha os seus planos. Na controvérsia, Portugal demonstrou-se digno e corajoso, mas o espírito e a coragem não são iguais à frota e aos canhões.

²⁷ Citado pelo *Daily American* de dia 27.

²⁸ «Portugal's apparent defiance of England with reference to the former's pretensions to certain African possessions, is amusing. But if Portugal's claims are just she deserves great credit for taking a defiant position against England.»

The Washington Post, a 24, julga que Portugal é maluco se pensa calmar a cólera de Londres demonstrando que Serpa Pinto provocou atirando à bandeira inglesa. No entanto, acrescenta o jornal da capital americana, o pequeno deverá apresentar desculpas ou perder Lourenço Marques. «Nos métodos da conquista o que tem a força tem o direito», conclui o editorialista²⁹.

No dia seguinte, o mesmo jornal volta ao assunto. Na sua opinião, este episódio é «insignificante», mas pode ser o início de um grande incêndio³⁰. Se os portugueses tivessem pedido desculpa e reparado os danos, tudo isto teria sido esquecido, mas demonstraram que tinham uma «coluna vertebral forte e rígida» e disseram ao ingleses que os lesados eram eles. E o analista pergunta o porquê desta atitude de Portugal. Há um código de honra nos oficiais portugueses, a simpatia e o apoio da França, as intercessões de Bismarck? pergunta este diário de referência que lança um aviso: de qualquer forma, o continente africano que toma cada vez mais importância no plano comercial vai provocar mais incidentes deste tipo, se «o bom senso não prevalecer».

A maioria dos analistas preveem como esta controvérsia irá ser resolvida a curto prazo. A 16, *The Evening World*, acha este conflito — que parece uma luta «entre um galo e um elefante» — «divertido»³¹. Portugal é pequeno

²⁹ «Foolish Portugal hopes to appease England's wrath by showing that Serpa Pinto had sufficient provocation for firing on the English flag. But in the end the weaker side will have to offer an apology, or loose Delagoa Bay. Might is right in schemes of conquest.»

³⁰ «The controversy itself is in regard to a comparatively insignificant incident, but its insignificance may not prevent the incident from becoming the little fire that produces the large conflagration.»

³¹ «Portugal is a small country, but has a blooming sense of its own dignity. To see the kingdom of Don Carlos bucking against British

mas tem um «exuberante sentido da sua dignidade». Porém :

Salisbury, provavelmente, vai conduzir uma campanha diplomática de espingarda de pressão de ar sobre o vaidoso pequeno reino, que, no fim, irá derramar uma pequena lágrima.

Por outras palavras, Portugal não terá outra opção que não seja recuar.

É o que pensao *Buffalo Commercial Advertiser*, a 17. O analista do quotidiano é prudente porque, segundo ele não se sabe muito bem quem tem razão, porque as informações recebidas «são confusas e contraditórias». Porém, acrescenta o jornal, os funcionários portugueses parecem ter a culpa de ter posto em causa os direitos de outros e «especialmente para um pequeno sujeito é muito difícil de apoderar-se de uma concessão britânica»³². É mais fácil prever as consequências do que analisar a controvérsia em si: Serpa Pinto vai ser repreendido e Portugal vai retirar-se dos territórios em causa pedindo desculpa, conclui o jornalista.

A disputa entre Lisboa e Londres no Sul da África vai acabar com a derrota de Portugal, a Inglaterra vai impedir qualquer anexação dos portugueses, nota o *Wichita Eagle*, a 27. Este diário do Kansas acrescenta que nesta disputa a propósito de bandeiras, «o país mais poderoso do mundo vai enganar um país pequeno, enquanto as tribos negras que pretendem independência, olham com grande estupefação».

machinations in that land of the spoiler, Africa, is an amusing as a contest between a bantam and an elephant,»

³² «Now it is a very ticklish thing for anybody – especially for a very little chap, to jump on a British claim».

The Philadelphia Inquirer, a 15, acusa Serpa Pinto de ter cometido massacres «sem remorsos», chefiando um bando de portugueses na África oriental³³. Isso provocou a enérgica reação inglesa:

Uma pequena guerra entre Inglaterra e Portugal é uma possibilidade, ao menos que o governo português chame de volta o presunçoso tenente e que apresente as desculpas adequadas —um tipo de exercício ao qual a mente arrogante dos portugueses não está habituada³⁴.

Nesta disputa, o direito e a equidade não contam num território habitado por populações sem defesa, afirma o diário *Chicago Daily Tribune* a 24. Um país reclama os direitos históricos e o outro diz que Portugal nunca o ocupou e que os seus exploradores nunca atravessaram esta zona. De facto, Portugal não fez nada, além de «matar os indígenas e de apanhar algumas bandeiras britânicas», sublinha o quotidiano de Chicago que, contrariamente ao seu colega da Pensilvânia, não prevê nenhuma guerra entre os dois países, porque a Inglaterra é demasiado poderosa. O pequeno Portugal vai ter de apresentar desculpa e pagar alguma indemnização, o que não será muito bom para as finanças lusas³⁵.

³³ «Major Serpa Pinto, who first came into notoriety by his bellicose conduct when the Congo Free State was being established, is now at the head of a band of Portuguese guerillas in East Africa, where he is slaughtering the natives remorselessly.»

³⁴ O mesmo periódico, cinco dias mais tarde manifesta a sua curiosidade em saber como é que isso irá acabar depois de Portugal «ter puxado o rabo do leão britânico».

³⁵ «[...] and as England is the big dog in the quarrel the little one will have to make an apology and pay some indemnity, which does not add anything to the cheerfulness of Portugal financial prospects.»

Em dezembro de 1889, poucos analistas falam duma eventual queda da monarquia em Lisboa. A 22, o *Wichita Eagle* considera que a persistência por parte de Portugal em adquirir arbitrariamente territórios em África podia enfraquecer o regime. Embora falte educação para poder assimilar os princípios do republicanismo, é possível que o povo português o faça, nota o editorialista.

Para o diário *Chicago Daily Tribune*, a questão da república não vai ser tão simples como no Brasil:

O jovem rei mostrar-se-á mais forte do que o velho imperador brasileiro e lutará pelo seu trono [...] Nesse caso vai aguentar por mais algum tempo, embora o republicanismo esteja na ordem do dia e, mais tarde ou mais cedo, impor-se-á.

Em San Francisco, *The Examiner*, vai mais longe:

Talvez a lição que os ingleses vão certamente administrar será aquela de pôr os portugueses a tomar conta do próprio governo. Uma merecida humilhação sofrida por um monarca é uma ajuda concreta aos princípios republicanos³⁶.

³⁶ «Perhaps the lesson which England is certain do administer will be the one thing needed to put the Portuguese people in charge of their own Government. A deserved humiliation suffered by a monarch is an effective aid to republican principles.» «England and Portugal», *The Examiner*, 16 de dezembro de 1889.



Figura 11: Em geral, como já vimos, os jornais americanos não dão uma imagem muito positiva de Serpa Pinto. Alguns publicam uma pequena nota biográfica mais factual, por vezes ilustrada com um retrato do Major português. [*The Montgomery Advertiser*, 5 de janeiro de 1890]

b) O Ultimatum: uma guerra impossível

Os primeiros despachos que reproduzem ou resumem a missiva do gde Lord Salisbury a Portugal são geralmente publicados a 13 de janeiro³⁷. É o mesmo

³⁷ É o que acontece na maioria dos jornais europeus, como é o caso da imprensa francesa (Cf. LOPES, 1990, p. 165-169). A 13, a *Gazette de Lausanne* publica na terceira página um resumo do texto entregue ao governo de Lisboa. No mesmo dia, consagra a metade do editorial aos «graves acontecimentos que acabam de ocorrer em Lisboa». A maioria das folhas espanholas reproduzem os despachos e comentam os factos, já na segunda-feira dia 13. *La Época* escreve, por exemplo, no início do seu editorial:

«Telegramas de Lisboa dan cuenta del nuevo e grave aspecto que ha revestido el conflicto entre aquel Gobierno e el de Londres con motivo de las cuestiones de límites en el África Central.

Inglaterra desecha el arbitraje, amenaza con la inmediata ruptura de las relaciones diplomáticas, impone un ultimátum y apoya esta actitud con demostraciones navales, amenazando a los establecimientos portugueses de la costa de Mozambique y particularmente a Quilimane y Delagoa».

telegrama enviado de Lisboa na véspera³⁸ que podemos ler em algumas primeiras páginas dos periódicos americanos como *The Scranton Republican*, *The Times* de Filadélfia, *The Examiner* ou *The Decatur Morning Herald* no Illinois. *The Chicago Tribune*, *The Philadelphia Inquirer*, *The Kansas City Gazette*, entre outros, publicam-no nas páginas interiores. Por seu lado, *The New York Times* resume os acontecimentos na última coluna da primeira página sob o título «Demonstrantes furiosos em Lisboa»³⁹ onde resume o ultimato enviado de Londres, a cedência do governo, as reações da oposição e as primeiras manifestações, das quais falaremos neste capítulo.

³⁸ «Lisbon, Jan. 12 – Mr. Glynn Petre, the English minister, on Saturday imparted to Senhor Gomes, minister of foreign affairs, England's ultimatum, demanding the recall of the Portuguese forces, official and expeditions of every kind from the banks of the Shire, beyond the confluence of the Ruo and south of the Zambesi, and from Mashonaland in Africa. If Portugal failed to reply in 24 hours the British legation would board the Enchantress and await a reply at Vigo. [...]», *The Sun*, Baltimore, 13 de janeiro de 1890.

³⁹ «ANGRY RIOTERS IN LISBON. A mob's attack on British Legation». Lembramos que, na altura, a esmagadora maioria dos jornais americanos tem seis ou sete colunas. Na primeira página, os títulos maiores aparecem em cima da 1^a, da 3^a, da 5^a e da 7^a coluna. Por outras palavras, numa página onde se encontram muitos títulos um pouco mais pequenos, há três ou quatro acontecimentos que merecem mais destaque.



Figura 12 : *The Los Angeles Times*, 13 de janeiro de 1890, p.1

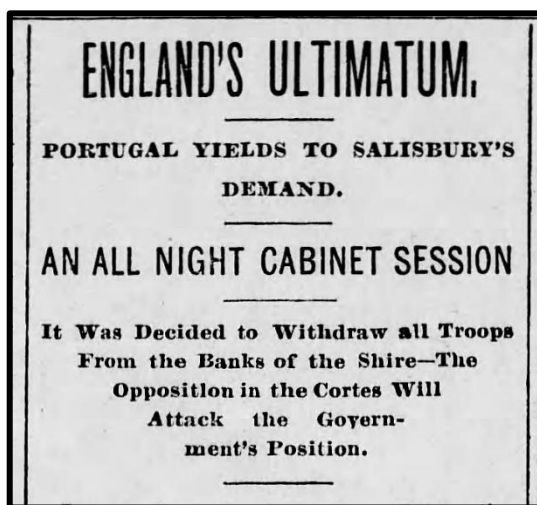


Figura 13: *The Scranton Republican*, 13 de janeiro de 1890, p.1



Figura 14 ; *The Daily Inter Ocean*, 13 de janeiro de 1890, p.1



Figura 15: *The Evening Tribune*, 13 de janeiro de 1890, p.1

As pequenas manchetes reproduzidas nas páginas anteriores provam que os acontecimentos em Lisboa merecem a atenção de quase todos os jornais americanos, muitos dos quais falam do *Ultimatum* na primeira página.

* * * * *

Alguns jornalistas que se debruçam sobre este conflito anglo-português mencionam uma eventual, embora remota, guerra entre Londres e Lisboa. Naturalmente, a esmagadora maioria dos analistas pensa como *The Cincinnati Enquirer* que, a 15, compara o conflito luso-inglês a um combate entre o Pequeno Pulegar e o grande boxeador John L. Sullivan. Por seu lado, no Kansas, o *Atchinson Daily Patriot* ironiza: «Se Portugal tivesse tantas armas como tem raiva, haveria seguramente uma guerra com a Inglaterra.»⁴⁰ *The Boston Daily Globe* de dia 19 insinua que Salisbury não está contra uma pequena guerra com Portugal. Será seguramente vitoriosa e vai desviar a atenção da opinião pública da questão irlandesa.

A 9 de janeiro, o *San Francisco Chronicle* acha que a nota de Salisbury é ameaçadora e dura. Porém:

É manifestamente absurdo que a Inglaterra declare a guerra a Portugal por causa de um litígio a propósito de um remoto e duvidoso território no coração da África, onde nenhum dos dois países tem direito de proclamar a soberania, a não ser que tenham a autorização dos nativos. Mas, como nós sabemos, as guerras não seguem as regras da lógica e da razão.

Poucos dias antes da missiva inglesa ao governo de Lisboa, *The Evening World* de Nova Iorque, pergunta o que é

⁴⁰ «If Portugal had guns equal to her gall there would be war between her and England.» *Atchinson Daily Patriot*, 8 de janeiro de 1890.

que Portugal irá responder à nota intimidatória de Londres: se resistir, será corajoso, mas a «Inglaterra é um grande país e Portugal não, e para este último, as consequências serão as que ele não deseja».

O mesmo jornal, no dia 1 de fevereiro, volta ao assunto. Segundo o quotidiano nova-iorquino, é «patético» ver o pequeno reino que se prepara para a guerra:

A guerra contra a Inglaterra seria uma loucura para a irritada pequena potência, a menos que encontre uma aliada em alguma grande nação, o que não será fácil de conseguir.

The Daily Picayune põe em relevo a indiferença com a qual a imprensa inglesa trata as manifestações na capital portuguesa, sobre as quais nem sequer se digna falar. Na opinião do editorialista da Nova Orleães, os manifestantes estão furiosos. Este clamor popular, juntamente com o perigo republicano, poderia forçar uma declaração de guerra que o jornalista considera possível⁴¹. «Uma ulterior provocação» por parte de Londres pode levar a uma louca decisão, esperando que as outras potências estejam do lado luso. Esta guerra só teria um resultado: «a humilhação de Portugal», e também algumas complicações para o vencedor. Finalmente, Portugal só tem duas hipóteses: «submeter-se ou combater»⁴².

⁴¹ «*The controversy has certainly taken a serious turn and although but a short time ago the very idea of war between England and Portugal seemed preposterous, it now appears to be possible enough*». «The Portuguese Affair», *The Times Picayune*, 18 de janeiro de 1890.

⁴² Uma semana mais tarde, o mesmo diário volta ao tema, depois de ter analisado a colonização europeia no Continente negro: «*The Portuguese also possess a small army of native troops which under Serpa Pinto have been engaged in the military operations to which the British Government has taken such serious exception, and which threaten*

Seis dias mais tarde, o editorialista da Luisiana vê uma eventual possibilidade para que Portugal não tenha de recuar completamente: um hipotético conflito entre a Rússia e a Inglaterra por causa da Índia forçaria Londres a entrar em guerra, o que daria uma certa margem ao governo de Lisboa que, entretanto, poderia ganhar um certo tempo.

No Kentucky, *The Courier-Journal*, acha que é absurdo que Portugal queira ganhar «uma guerra contra a Grã-Bretanha», nação «cem vezes» mais forte que a portuguesa. Nenhuma potência quer entrar em conflito com Londres, «sobretudo depois da Inglaterra ter recusado submeter-se a uma arbitragem».

Por outro lado, o mesmo editorialista nota:

Seria uma vergonha se um tão poderoso país como a Inglaterra declarasse a guerra a um tão fraco como Portugal, mas, sem insultar a bravura dos ingleses, a Inglaterra vai combater contra uma pequena nação tão rapidamente como se fosse contra uma grande potência, e pensa que uma vitória seria igualmente justa e gloriosa. Pouco importa a esmagadora superioridade do seu armamento e o número de soldados.

No início do século, sublinha o jornal de Louisville, os Ingleses celebraram vitórias inglesas contra a Dinamarca, «uma monarquia de terceira classe».

O analista termina o artigo profetizando uma possível guerra continental provocada pela corrida à África, e as «reivindicações contraditórias» à volta da partilha deste continente. Os problemas que a Londres tem com Lisboa

to embroil the two countries in a very ugly controversy, if not in war».
«Colonizing East Africa», *The Times Picayune*, 25 de janeiro de 1890.

podem ser o «prelúdio de um conflito mais vasto e mais sério»⁴³.

Dez dias mais tarde, *The Valley Virginian* exprime a mesma opinião: «As relações tensas entre a Inglaterra e Portugal a propósito dos seus interesses em África podem precipitar um conflito na Europa». Portugal pede uma mediação, que a Inglaterra, muito mais forte e rica, não aceitará⁴⁴. «Talvez as outras potências não irão assistir pacificamente ao facto da Inglaterra maltratar e desonrar o pequeno Portugal», conclui o jornal da cidade de Staunt.

Outros periódicos aludem a um futuro conflito no Velho Continente provocado pela partilha de África. A 23, *The Daily Citizen* menciona também o perigo duma guerra continental. Há conflitos que começaram por razões muito mais banais do que aquela que está na origem deste conflito luso-inglês⁴⁵. De qualquer forma, toda a Europa se está a preparar para a guerra desde a derrota da França contra a Alemanha em 1870, conclui o jornal de Asheville.

Por seu lado, em Richmond, *The Evening Item* escreve a 20:

É agora considerado como quase certo que os problemas entre a Inglaterra e Portugal correm o risco de precipitar a

⁴³ «European war may be brought on by the collision of African colonists. The rage of territory never held stronger possession of the European Nations. [...] Germans, French, English and Portuguese are at work there with the missionary and the soldier, the Bible and the cannon, and England's trouble with Portugal may be only the prelude to a general and more serious quarrel.» «England And Portugal», *The Courier-Journal*, 13 de janeiro de 1890.

⁴⁴ «England is not willing to comply with this request, depending upon her superior army and resources of men and money do enforce her demands.» *The Valley Virginian*, 23 de janeiro de 1890.

⁴⁵ «Great wars have often arisen from causes much more trivial than might come from the quarrel between these two powers»,

Europa na guerra. Na realidade, John Bull voltou à sua velha tática de intimidar uma potência fraca; e esta tenta ter ao seu lado uma potência que tenha o tamanho [da Inglaterra] [...]⁴⁶.

No Utah, o *Deseret Evening News* é menos alarmista: o jornal de Salt Lake City exclui praticamente uma guerra entre as duas nações, mas considera todavia que esta controvérsia luso-inglesa é mais um elemento destabilizador para a Europa, que está a viver uma fase muito conturbada⁴⁷.

Três dias mais tarde, no Tennessee, *The Daily American* escreve que não se sabe se haverá um conflito armado entre Londres e Lisboa mas, acrescenta o diário de Nashville, qualquer dia iremos ouvir os canhões e o barulho das botas dos soldados⁴⁸.

De outra opinião é *The Times-Democrat*. Para este quotidiano da Luisiana, não é uma guerra que ameaça a monarquia dos Bragança:

Uma guerra entre Portugal e Inglaterra seria uma grande brincadeira, e nem parece provável. Mas a ação da

⁴⁶ «The fact is, Johnny Bull is up to his old tactics of bulldozing a weaker power ; and the weaker power is trying to get some power that is nearer Johnny's size to take the row off its hands; or at least to stand by and see that when it gets enough and hollers that the mill shall stop.»

⁴⁷ «This incident may not result seriously, that is in an open clash of arms; but it adds another element of complication to the already perturbed and perplexing state of European affairs., «England and Portugal», *Deseret Evening News*», 20 de janeiro de 1890.

⁴⁸ «A war may or may not result, but so troublous are the times in all Europe that the world need not be surprised any fine morning to hear of booming cannon and the marching of troops.» *The Daily American*, 23 de janeiro de 1890.

Inglaterra neste caso pode ter como consequência a republicanização de Portugal⁴⁹.

* * * * *

O que os jornais americanos escrevem sobre o republicanismo em Portugal é um dos temas que vamos estudar mais adiante neste livro. Com efeito, a imprensa norte-americana não se limita a reproduzir os despachos vindos de algumas capitais europeias e a lançar teorias sobre um improvável e absurdo conflito armado entre as duas nações outrora aliadas. Várias redações avaliam e analisam também a atitude dos governos de Londres e de Lisboa, as reações dos políticos, da opinião pública portuguesa e das grandes potências.

c) John Bull: a força é o direito

Vários quotidianos norte-americanos julgam que a atitude inglesa em relação a Portugal foi correta. A 21, *The Chicago Tribune* não tem dúvidas: o direito está do lado da Grã-Bretanha, porque Portugal não tomou posse destas terras nem exerceu qualquer autoridade ou direito sobre elas. Em Baltimore, *The Sun* justifica a reação do Executivo inglês: a «afrenta» de Serpa Pinto «exigia uma rápida reparação»⁵⁰.

⁴⁹ «A war between Portugal and England would be quite a mockery, no is one probable. But the action of England in this case may have the effect of republicanizing Portugal». *The Times-Democrats*, 16 de janeiro de 1890.

⁵⁰ «The terrible slaughter of the Makololo tribe by Serpa Pinto after he had been warned that they were under British protection, joined to his willful

The Daily American julga que, nesta contenda, os ingleses estão do lado certo⁵¹. Portugal não fez nada durante estes três séculos enquanto a Inglaterra têm objetivos específicos. Ela é «a única nação capaz de desenvolver o território escolhido». Por conseguinte, têm de confiscar os territórios a Portugal e dá-los à Grã-Bretanha. Todas as nações deviam deixá-la cumprir a sua missão, conclui o diário do Tennessee.

A 14, *The New York Tribune* sublinha que Portugal cedeu sob a pressão, mas sempre protestando e agora, armando-se em vítima, tenta fazer com que odeiem a Grã-Bretanha por ela ter usado a força contra um país mais débil. Segundo o jornalista, neste caso, Londres tem «não só a força, mas também o direito do seu lado». A Inglaterra possui este território «há quase 30 anos» e desenvolveu-o. Portugal reclamou-o recentemente, «provavelmente com o objetivo de fazer desviar a atenção da população perante o crescimento do movimento republicano no país», mas falhou.

Na mesma data, *The New York Times*⁵² posiciona-se claramente do lado de Londres⁵³. Portugal não fez nada nestes territórios que se encontram na mesma situação do

disregard of the British flag, was an outrage that called for prompt atonement.» The Sun, Baltimore, 21 de janeiro de 1890.

⁵¹ «In the case in point, looking at the matter through no glasses of sentiment, but according to the demands of civilization and of the times, the side of Portugal is wrong and that of England the right.» *The Daily American*, 16 de janeiro de 1890.

⁵² A 8 de janeiro, *The New York Times* ataca Serpa Pinto: «There is no doubt that this officer was more zealous then discreet. He only undertook to establish Portuguese authority in a region where the jurisdiction is at lest doubtful, but he made war on natives whose chief offense appears do have been that hey preferred British sway to what he offered them.»

⁵³ Uma parte deste editorial é publicado quatro dias depois pelo quotidiano do Nebraska *The Omaha Daily Bee*.

que há 4 séculos quando por lá passou Vasco Da Gama. Portugal – que perdeu todos os direitos legais por não os ter usado – é um desmancha-prazeres e não tem a capacidade nem a vontade de agir. Embora afirme censurar alguns aspectos da colonização inglesa, o editorialista está em favor do que considera o lado civilizado, portanto, do lado inglês. Além disso, acrescenta o jornal, a Grã-Bretanha precisa desta expansão colonial para a sua indústria, a qual necessita novos mercados.

Num editorial publicado quatro dias depois, o mesmo diário volta ao assunto. Em geral, as pessoas têm simpatia pelo mais fraco. No entanto, neste caso, isso não acontece porque Portugal não fez nada nesta região e começou a reivindicá-la depois da companhia inglesa a ter valorizado, afirma o editorialista nova-iorquino.

Salisbury não tinha outra escolha que de pedir a Portugal de deixar aquele país, realça o *Buffalo Commercial Advertiser*. O jornalista pensa que as duas grandes potências comerciais são a Inglaterra e a Alemanha. Portugal tem poucos habitantes, uma monarquia periclitante, um «pequeno exército de pouco valor», uma marinha quase inexistente e as finanças num estado «deplorável»: ⁵⁴ entrar numa corrida colonial nessas condições é pura «loucura». «O rápido cheque-mate dado por Salisbury pode ser indiscutivelmente considerado como uma bênção disfarçada».

⁵⁴ [...] but considering that her population is small, stationary and unenterprising, her financial situation wretched, , the position of the monarchy precarious, the army small and of very poor quality, and her navy hardly worthy of the name, her entrance on the scene as a competing colonizer and conqueror must be pronounced an egregious piece of folly.» «Might and Right», *The Buffalo Commercial Advertiser*, 16 de janeiro de 1890.

Portugal acabou por recuar, sublinha *The Daily Citizen*. Foi a enorme diferença de forças que provocou a cedência de Portugal. O articulista, que declara não ser um grande admirador da política e da prática inglesa, acha que a Inglaterra sempre quis atingir os seus objetivos, independentemente da força do adversário ou do custo dos seus projetos e realizações. Critica a guerra que Londres fez à Dinamarca, mas, neste caso, está pelos ingleses⁵⁵ porque é «no interesse da civilização» e da «redenção da África». Graças às «ativas energias dos ingleses» o Continente negro poderá abrir-se à «Cristandade, ao comércio e à civilização, os três pilares do progresso moderno», afirma o jornal da Carolina do Norte.

Portugal não fez nada e seria uma «desgraça» se tomasse conta destes territórios. Há três séculos, Portugal tinha homens, descobridores, soldados, estadistas e cientistas», mas agora já não tem nada disso:

Hoje em dia, moral e mentalmente, os portugueses são uns pigmeus. A única faísca das grandes qualidades de outrora ilumina o cérebro de Serpa Pinto. Com esta apagada, Portugal volta para a escuridão.

Totalmente de acordo com Salisbury é *The Daily Picayune*. Na opinião deste diário da Luisiana, a culpa é de Serpa Pinto que tirou a bandeira inglesa «fora do território considerado como pertencente a Portugal». O pedido inglês

⁵⁵ «And we are not the unqualified admirer of British policy or of British practice, grasping, aspiring, selfish and defiant of public sentiment. But as regards the topic in issue, right judgment will incline to the attitude of England. It is in the interest of civilization; it is the direction of the redemption of Africa.» *The Daily Citizen*, 17 de janeiro de 1890.

é «natural», tendo também em conta a força militar da Grã-Bretanha⁵⁶.

Este conflito é uma prova da importância de uma frota para manter a paz e da inutilidade da Liga para a Paz. O primeiro-ministro inglês achou muito mais «eficaz» fazer «uma demonstração de força» do que entrar num processo de arbitragem, conclui o jornal da Nova Orleans.

The Richmond Dispatch de dia 12 põe também em destaque a força militar britânica. O diário da Virgínia responde aos que dizem que «Portugal não tem marinha, mas está fortemente enraizado em África»: «A Inglaterra tem armas que podem enviar obuses que atravessam todo o território reclamado por Portugal.»

No Texas, *The Galveston Daily News*, cita um artigo do *New York Financial Chronicle*, segundo o qual o responsável desta situação é Portugal. Não protestou — e as outras potências também não — há vinte meses depois da proclamação do governo inglês. Portugal foi humilhado por sua causa. Fez tudo errado, «abusou da sua fraqueza» e agiu «contra o seu melhor amigo na Europa, sem o qual não seria um estado independente.»⁵⁷ No mesmo artigo, intitulado «A

⁵⁶ «Although the matter has been variously explained, there does not appear to be much doubt that Major Serpa Pinto actually captured and hauled down British flags outside of the territory he had a right to consider as the domain of his own government. Admitting this, the peremptory demand for satisfaction by massing ships-of-war at convenient points, to be in readiness to swoop down on the Portuguese coast at a moment's warning.» «The Portuguese Difficulty and His Lesson», *The Daily Picayune*, 12 de janeiro de 1890.

⁵⁷ «The sequel was a humiliation for Portugal but it was brought on her by her own nation and that against her best friend in Europe, without whom she would not be an independent nation. Sympathy for the weak should not blind one to the facts when the weaker power is wholly wrong and presuming on its weakness.» «Serpa Pinto's Invasion», *The Galveston Daily News*, 25 de janeiro de 1890.

invasão de Serpa Pinto», o jornal texano cita o testemunho de um francês que assistiu a um episódio nas águas da África Oriental: os portugueses obrigaram os ingleses a mudar de bandeira num navio a vapor, mas estes agiram duma maneira pacífica. E o jornalista texano não perde a oportunidade de criticar a imprensa ocidental que está a milhares de quilómetros desta zona africana e que ataca os ingleses.

Quatro dias antes, o mesmo diário denunciara uma influência das ideias de Gladstone, nos artigos publicados na imprensa americana. Ninguém em parte alguma do mundo acredita que Portugal tenha direito de governar na zona onde atuou Serpa Pinto, ou que seja «uma boa coisa para a civilização que haja aí a imposição da autoridade portuguesa», realça o jornal texano.

* * * * *

Outros periódicos atacam, por vezes muito duramente, a política colonial britânica. Já a 7, *The Evening World* considera Salisbury uma pessoa «muito arrogante»⁵⁸ em relação a Portugal, mas o que é que este pode fazer, se a Inglaterra decidir declarar-lhe a guerra, pergunta o jornal, que volta ao assunto uma semana depois. Segundo o jornal de Nova Iorque, ou Portugal tem razão e então a atitude do Executivo inglês foi arrogante e intimidatória, porque Portugal é um pequeno país, ou as reclamações são duvidosas e então deve-se aceitar a arbitragem: «Aparentemente, a Inglaterra agiu de tal maneira que as recriminações de vários jornais europeus têm razão de ser»,

⁵⁸ «Salisbury is certainly rather cavalier in his treatment of Portugal [...]»

afirma o jornal que, num editorial de dia 18 de janeiro, volta a criticar Londres:

Talvez o sol nunca se ponha sobre o império britânico, mas é possível que ilumine uma parte do cérebro de Salisbury. Tratou o pobre pequeno Portugal com um desdém maior do que teria mostrado com um poderoso chefe africano. Se ao menos Bismarck fizesse alguma coisa por Portugal!

A 12, *The Philadelphia Enquirer* não tem dúvidas, Londres vai ganhar.

É verdade que a Inglaterra vai desenvolver o país mais rapidamente e melhor do que Portugal mas, a maneira como se apodera de cada país que deseja, é altamente censurável. Em qualquer lugar do mundo, a “mais cristã das nações” não hesita em tomar pela força qualquer território de que ela deseja.

Londres faz isso «sem remorsos» e já o fez centenas de vezes. É muito duro para Portugal mas, «na política europeia, o fraco é sempre considerado como a vítima legal do mais forte», constata o jornal de Filadélfia⁵⁹.

⁵⁹ «We have no doubt, however, that England will soon control all Africa south of the Zambezi river unless Germany interferes. But that is a doubtful contingency. It is hard for a little nation like Portugal to be despoiled, but the weak are always considered in European politics the lawful prey of the strong.» «England's Quarrel With Portugal», *The Philadelphia Enquirer*, 12 de janeiro de 1890.



Figura 16 : *The Journal Times*, 13 de janeiro de 1890, p. 1



Figura 17: *The Los Angeles Times*, 16 de janeiro de 1890, p. 1

No Missouri, o St Louis Post Dispatch acusa Londres de ter uma «coragem ameaçadora» para com Portugal, mas, quando se trata de «lidar com potências de primeira ordem»,

fica todo dócil. Atualmente, o governo da rainha Vitória está à procura de «uma vitória fácil»⁶⁰

Depois de ter resumido a problemática da partilha do Continente negro e de ter afirmado que o incidente com Serpa Pinto é muito sério, a 16, *The Times Democrat* censura a atitude do governo inglês, que nunca renuncia a atingir os seus objetivos e que nunca recua perante a adversidade:

A Inglaterra não tem o hábito de ceder ou de renunciar a nada, mesmo que os seus atos possam provocar perdas ou prejuízos a outra potência. Não cedeu em nada, insultou Portugal, causando turbulentas manifestações de rua e dando ao governo português motivos de séria apreensão.

Portugal foi humilhado mas, «intimidar um país mais fraco», é também humilhante, nota o *Evening Star*, a 17.

Nos últimos anos, a Grã-Bretanha que tudo faz para se apoderar das zonas africanas ainda não ocupadas, não esperava uma tal «obstinada resistência por parte de Portugal», nota o *San Francisco Chronicle* a 8 de janeiro. Agora está com pressa por causa da chegada alemã a Zanzibar.

Embora admita que o mundo deve pouco a Portugal e muito mais à Inglaterra, o jornalista julga negativamente a Grã-Bretanha que faz tudo em função do seu comércio. O editorialista californiano ironiza: qualquer pedaço de terra «visto por um comerciante inglês é suposto pertencer a sua Majestade a Rainha»⁶¹.

⁶⁰ «The bullying courage of England in her attempt to coerce Portugal into submission to her demands in the African imbroglio is as marked as her meekness in dealing with the first-class powers of Europe on other matters filly as important.» *St Louis Post Dispatch*, 13 de janeiro de 1890.

⁶¹ «Her foreign policy is completely subordinated to the sale of her goods. Every bit of God's earth that a British trader has ever looked at is supposed

Afinal esta controvérsia nasceu do nada. Há 400 anos, os navegadores portugueses exploraram esta costa africana, e «ninguém pôs em causa as pretensões de Portugal». Agora a Grã-Bretanha reclama este território, baseando-se na cláusula da ocupação efetiva. Estas tribos «receberam bandeiras inglesas e todo o território em questão torna-se irrevogavelmente britânico», lamenta o jornal de São Francisco que, por um lado, censura o cônsul inglês «excessivamente zeloso», que deu as bandeiras aos nativos que atacaram os portugueses. Além disso, constata igualmente a falta de *fair-play* dos ingleses que reservam esta particularidade somente aos «boxeadores e aos alunos da escola pública», conclui sarcasticamente o analista californiano.

Quando os ingleses querem territórios, não se preocupam com os direitos históricos. Para eles, é suficiente «a sombra de um pretexto» para aumentar as suas colónias africanas⁶², declara *The Courier-Journal*. Cinco dias depois, *The Los Angeles Times* não está com meias medidas: a Grã-Bretanha agiu como um rufião⁶³. Salisbury é um «autocrata tacanho que não representa bem os ingleses». Nesta questão, ele não terá o apoio dos seus compatriotas⁶⁴.

to belong to her Majesty the Queen.» «England and Portugal», *San Francisco Chronicle*, 8 de janeiro de 1890.

⁶² «England, together with Germany, are recent interlopers. Portugal now has nothing to remind her of her ancient glory, save her African possessions. Strip her of these and her small remaining prestige would be gone. But that is what England is bent upon doing for the sake of her own aggrandizement, and all she needs is the shadow of a pretext.» «England and Portugal», *The Courier-Journal*, 13 de janeiro de 1890.

⁶³ *The Minneapolis Tribune* de dia 14 é da mesma opinião : «England crowded her adversary to the wall before the Lisbon government had time to secure the assistance or intervention of other powers.»

⁶⁴ «Salisbury is a narrow-minded autocrat, and does not fairly represent the English people. It is doubtful whether he would be

A 17, *The Daily American* é irónico. Portugal insultou e ofendeu o residente inglês, mas a situação não mudou:

O leão inglês deu um rugido assustador, as autoridades portuguesas, com a promessa de perseguirem e de punirem os manifestantes, apresentaram um pedido de desculpas formal à Inglaterra, e *John Bull* continua a assobiar como se Portugal nunca tivesse existido. Entretanto, ele tomou posse de mais uma valiosa costa africana.

O direito da força é o mote da política inglesa do passado e do presente, sublinha *The Atlanta Constitution*. O editorialista compara-a ao Império romano⁶⁵. Os ingleses querem ocupar todo o mundo, cercá-lo e cobri-lo com a sua bandeira e, para atingirem os seus objetivos, utilizam a força ou a ameaça da força. Salisbury representa esta teoria britânica, segundo a qual «o mundo tem de trabalhar, tal como faziam as colónias romanas, para a raça dominante». O jornal da Georgia resume em cinco palavras o que é o imperialismo britânico: o chicote, as esporas, a baioneta, o

supported on this question, should he appeal to the country.» *The Los Angeles Times*, 14 de janeiro de 1890. *The Star Tribune*, 14 de janeiro de 1890.

⁶⁵ «England's treatment of Portugal is in a direct line with her ancient policy. Might makes right, is just as much a maxim of British Statesmanship today as it was in the good old times when John Bull claimed the south of France, humiliated Spain and smashed the fleets of every European nation. [...]

*Such a policy is not right, but England has never stopped to consider a question of right and wrong. When she wants anything it is her custom to reach out and help herself. The English have an idea that they occupy in our modern world the position that the Romans held in ancient times. They are determined to overrun the globe – encircle it with their drum-beat, and shadow it with their flag.» «England's Policy of Force», *The Atlanta Constitution*, 25 de janeiro de 1890.*

chumbo e os obuses. O articulista prevê que, mais tarde ou mais cedo, o sistema vai sofrer um colapso e novas repúblicas irão surgir.

The Pittsburgh Dispatch de dia 14 opina que, a tendência do ser humano é ter simpatia pelo mais fraco. Mas, neste caso, a escolha é difícil: o jornal critica a política de anexação de Londres e igualmente o facto de Portugal ser um «obstáculo à civilização». Talvez este país tenha um pouco mais de direitos históricos, mas a Inglaterra vai desenvolver a zona e o comércio. Na opinião do jornal de Pittsburgh, Salisbury utiliza um tom muito mais belicoso para com Portugal do que teria feito com uma grande potência⁶⁶, como aconteceu com os interesses alemães em Zanzibar. Não ameaçou a Alemanha, por exemplo, de fazer regressar a Londres o seu ministro em Berlim: «É quando trata com uma pequena potência que não tem um frota e uma tropa dignas de nota, que o leão *Tory* é extremamente belicoso.»

A 7 de janeiro, *The Sun* de Nova Iorque fala da *African Lakes Company* que trabalha há 11 anos na região e põe em evidência algumas contradições dos políticos londrinos. Há pouco mais de um ano, o governo de Londres não quis assumir as suas responsabilidades para defender os interesses ingleses e disse que este território não estava sob a soberania ou proteção britânica. Em março de 1889, o subsecretário Fergusson declarou ao parlamento que esta região «não estava sob o controle do governo de sua

⁶⁶ «It is hardly possible to avoid noticing the fact that Lord Salisbury's Government adopted a very much more peremptory and warlike tone in dealing with the conflicting claim of a small kingdom like Portugal than it would have done if its antagonist had been one of the great military powers.» «An Uneven Match», *The Pittsburgh Dispatch*, 14 de janeiro de 1890.

Majestade». E é «este mesmo governo que pede agora a Portugal para se retirar!», exclama o diário nova-iorquino.

Os Ingleses tinham razão e os portugueses fizeram *bluff*, releva *The Examiner*. No entanto, os Ingleses atuaram com desprezo e ignorância, característica da atitude dos governos ingleses e alemães⁶⁷, quando negociam com as pequenas nações:

Tendo em conta a situação delicada do rei de Portugal, Salisbury devia ter prolongado as negociações em vez de impor uma deplorável rendição sob a ameaça das armas.

* * * * *

Uma parte da imprensa americana tenta ter uma atitude de equidistância entre os dois países em conflito. *The Chicago Tribune* de dia 14 não sabe dizer «quem tem razão entre as duas potências.» Trata-se de escolher entre o direito histórico e a ocupação e a colonização, embora:

do ponto de vista da ética, nenhum dos dois tem o direito de o fazer, mas a ética não conta quando se trata de localizar e de organizar as colónias africanas. É o direito da força e, neste caso, a força está do lado da Inglaterra que, apoiando-se numa supremacia esmagadora, apresentou o Ultimato a Portugal.

⁶⁷ «On the merit of the original dispute England war in the right, but she has forced through her demands with that bullying disregard for the feelings of the other party to the controversy that has been such an unlovely characteristic of the dealings of the British and German Governments with weaker nations.» «The Portuguese Tangle», *The Examiner*, 16 de janeiro de 1890.

Porém, se Portugal fosse mais forte, não teria havido ultimato, enfatiza o diário do Illinois⁶⁸. Agora ninguém vai tirar estes territórios das mãos dos ingleses que se vão concentrar no Continente negro, pensando também na perdas da Austrália, do Canada e da Índia, acrescenta o editorialista, segundo o qual Portugal já tem muito trabalho na frente interna, com as finanças, um jovem rei, a ameaça republicana e o povo que protesta, para criar outro problema fora das suas fronteiras.

The Times Democrat, não quer censurar ninguém. Considera que houve erros de ambos os lados: o cônsul Johnson, por exemplo, içou a bandeira inglesa em territórios reclamados por Portugal e o «colérico major Serpa Pinto», na sua expedição, desceu-as como se fosse algo de banal, exasperando, deste modo, *John Bull*. No entanto, esta zona é muito rica e a Grã-Bretanha tentou entrar cada vez mais no interior das terras, sem ter em conta a opinião dos nativos e das potências que chegaram antes. O seu objetivo é «a bacia do Zambeze», podendo assim controlar o comércio e possuir a única via navegável da zona. Para atingir este objetivo, Salisbury não tem nenhuns escrúpulos, nem está com meias medidas: vai utilizar a «força bruta»⁶⁹.

⁶⁸ «It is not improbable that had Portugal been a nation of her own size and strength the question would have been let out to arbitration and we should have heard no talk of an ultimatum». «Little Portugal's Backdown», *The Chicago Tribune*, 14 de janeiro de 1890.

⁶⁹ «It is hardly astonishing that my Lord of Salisbury should, under the circumstances, entertain insurmountable scruples against the reference of the conflicting claims to an unbiased arbiter. Referred to impartial umpireship, the claim of England to possession would crumble at a touch; and Salisbury is wise to stand on the equities of his country's brute strength, the merits of the question left out of consideration.» *The Times Democrats*, 11 de janeiro de 1890.

A atitude de Salisbury perante o governo português faz pensar na fábula do Lobo e do Cordeiro⁷⁰, salienta o jornal da Nova Orleães, enquanto em Filadélfia, *The Times* compara a Grã-Bretanha um mastim que obriga um cão rafeiro «a dar-lhe um ou dois ossos saborosos»⁷¹.

Segundo o diário *The Daily Picayune*, Salisbury pensou que uma arbitragem ter-lhe-ia sido desfavorável e, por conseguinte, preferiu «tratar pessoalmente do assunto»⁷². A Inglaterra não perdeu prestígio e mostrou que, ter «uma frota grande e poderosa», traz enormes vantagens.

Para o *Emmet County Republican*, a 24, é em África que a Grã-Bretanha vai poder ocupar um território muito vasto:

A Inglaterra começa a aperceber-se que a Austrália e o Canada vão ter um governo próprio e que a Rússia a vai obrigar a deixar a Índia. Então, ela não vai hesitar em engolir a África.

⁷⁰ «The fable of the wolf standing upstream from the lamb and blaming the innocent little beat for polluting the water the his wolfship drinks, affords a parallel to Salisbury's present attitude towards Portugal». *Ibidem*.

⁷¹ «Seeing what Portugal had done, England has compelled her to let go her hold after the manner of a mastiff persuading a helpless cur to yield up a juicy bone or two.» «The Real Victim», *The Times*, Filadélfia, 20 de janeiro de 1890

⁷² «The neutral position of Great Britain with regards to the rest of Europe, and the success of the British colonization schemes in Africa where nearly every other European power is meeting with serious obstacles, have made no friends among the continental powers, hence if Lord Salisbury had consented to arbitration, he foresaw that there war little chance of the decision being in his favor; he therefore followed the more natural as well as effective course of taking the matter in his own hands.» «The Popular Outbreak in Lisbon», *The Daily Picayune*, 15 de janeiro de 1890.



Figura 18 : O leão britânico tem muitos problemas: a Questão irlandesa, a Questão do Oriente, a força do socialismo e, por conseguinte, só tem a capacidade de enfrentar um pequeno país como Portugal. [«Enfrentando um homem do mesmo tamanho», *The Boston Daily Globe*, 19 de janeiro de 1890]

d) Portugal num beco sem saída

Como já vimos, tanto na Europa, como do outro lado do Atlântico, praticamente nenhum jornalista tem dúvidas: Portugal tem de aceitar as condições ditadas por Salisbury. Já a 9, *The Boston Daily Globe* constata : «Finalmente Portugal mostra que está disposto a recuar. Como de costume, o bluff da Inglaterra resulta.» Na Califórnia, *The Record Union* afirma que o governo de Lisboa cedeu porque sabe que Portugal é demasiado fraco para poder declarar a guerra à Grã Bretanha⁷³. Por seu lado, a 17, *The Evening World* aprecia

⁷³ «Portugal has yielded to the claims of England in the African matter, but with the protest attached to her concession that she surrenders because

a postura digna e sábia de D. Carlos: «Não vale a pena pôr em perigo a paz europeia por um valioso território africano». No Texas, a 12, *The Galveston Daily News* escreve:

Parece evidente que a Inglaterra decidiu engolir os territórios portugueses em África. Portugal vai ter de aguentar isso fazendo um largo sorriso, mas não é suficientemente forte para ter amigos que o ajudem.

Da mesma opinião, é *The Morning Oregonian* de dia 18:

Para um país que é maior do que o Estado da Indiana e não é mais rico do que a Carolina do Norte, Portugal está a fazer muito barulho. Todavia, o seu tamanho não afeta os seus direitos, embora afete o seu poder. A Polónia aprendeu-o à sua custa e Portugal vai descobri-lo igualmente, se enfrentar a Inglaterra.

No Kentucky, *The Courier Journal* publica um extenso editorial onde o jornalista dissecar a resposta portuguesa que, segundo ele, será logicamente de esticar ainda mais a corda. Mas, afim de evitar um conflito, ele vai com certeza dar os territórios ao «avarento» inglês. Além disso, releva o analista, os ingleses controlam Portugal «em tudo menos na política», nomeadamente «nas finanças e no comércio»⁷⁴. *The Daily Journal*, a 24, nota que, uma semana antes, os portugueses diziam que iam resistir e que iam manter a própria dignidade e agora Portugal «recua nitidamente». «É

she is too weak to maintain her cause, [...]» The Record Union, 14 de janeiro de 1890.

⁷⁴ «It is not generally known in this country that Portugal is already in the hands of England in all but a political sense, as her finances and commerce are almost completely controlled by the English.» *The Courier Journal*, 13 de janeiro de 1890.

de admirar que o leão britânico tenha um ego desmedido?», pergunta a folha do estado da Indiana.

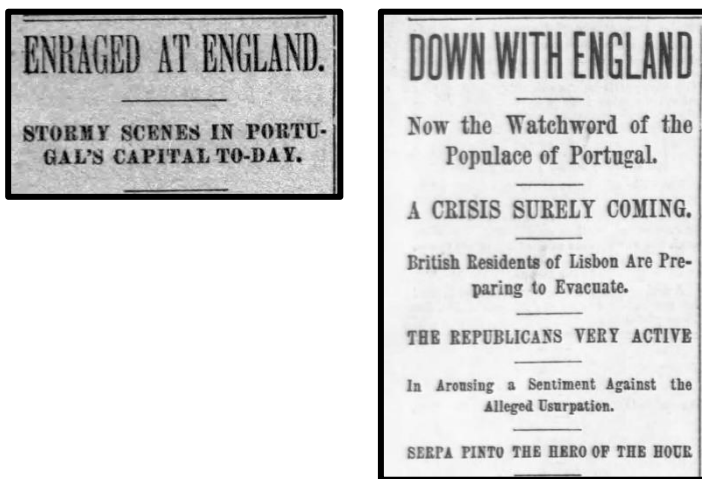


Figura 19 : *The Akron Bakon Journal*, 13 de janeiro de 1890, p. 1

Figura 20: *Pittsburgh Dispatch*, 16 de janeiro de 1890, p. 1

A 21, em Baltimore, *The Sun*, analisa a mudança de Executivo e sublinha como este novo governo não pode proceder de modo diferente do que aquele que recuou perante o Ultimatum: não pode pôr em risco os territórios lusos em África e ter a frota inglesa no estuário do Tejo. A 14, *The Evening Star* ironiza sobre este tema: «Portugal vai ter um novo gabinete, com Lord Salisbury como primeiro-ministro virtual». *The Philadelphia Enquirer*, a 18, tenta também fazer uma piada: se Portugal quiser terrorizar John Bull, que peça à França para construir um túnel debaixo do Canal da Mancha. Isso vai paralizá-lo, sugere o diário da Pensilvânia.

Não faltam as críticas aos últimos governos de Lisboa, como as do *Galveston Daily News*. Se Portugal tivesse feito melhorias no Niassaland desde a sua chegada ao continente, as relações com a Inglaterra não estariam neste estado⁷⁵. Os que não fazem nada não podem pretender manter os títulos de propriedade, acentua o diário texano.

A 31 de janeiro, *The San Francisco Chronicle*, ironiza sobre o facto de Portugal ter sugerido que a Espanha mande os britânicos para fora de Gibraltar. Acha que «Portugal é petulante» em relação à África oriental e que este agora « só está a fazer um sorriso forçado ao seu vizinho»⁷⁶.

Os portugueses e os espanhóis só exploraram os territórios conquistados, tirando matérias primas, como o ouro ou a prata, mas nunca investiram naqueles países, nota, a 14, *The New York Times*. A colonização luso-espanhola foi uma operação militar (que dá menos frutos e que dura menos tempo) e não de troca comercial, como com aquela fomentada pelos ingleses. Em África, Portugal fez pouca coisa durante 400 anos⁷⁷. Só tem alguns pontos comerciais na costa, com trocas ao nível primitivo e em «quantia insignificante». Por outro lado, ainda não foi decidido até onde chegam, no interior das terras, a influência e os direitos daqueles que conquistaram as costas africanas. De qualquer

⁷⁵ «If Portugal had gone into Nyassaland and made improvements there a long time back and maintained them since, Portugal would not have been in the present embarrassing relations toward England. Not-user does not suit for the maintenance of any sort of title under the general law of nations.» *The Galveston Daily News*, 14 de fevereiro de 1890.

⁷⁶ «Portugal is simply petulant over her East African medicine, and she is making wry faces at her big neighbor». *The San Francisco Chronicle*, 31 de janeiro de 1890.

⁷⁷ «The occupation by Portugal of her African possessions during the four hundred years since her claims to them was founded has been of no account.», *The New York Times*, 14 de janeiro de 1890.

forma, o que tem a força para se impor fica com o território, conclui o quotidiano.

The Sun, de Nova Iorque, lança, a 19, um duro ataque a Portugal que «obstrói o caminho» da civilização. Foi a primeira potência colonial que teve a sua oportunidade, mas desperdiçou-a porque foi incompetente. Os seus registos africanos durante dois séculos são caracterizados por cinco palavras: imbecilidade, cobardia, cobiça, depravação e crime⁷⁸. Portugal perdeu os seus direitos por ter cometido abusos e também por não ter feito nada por estes territórios que agora reclama como seus.

* * * * *

A imprensa americana comenta abundantemente as manifestações antibritânicas quase diárias em janeiro de 1890 na imprensa e nas ruas. O *Rochester Democrat and Chronicle* publica um longo artigo enviado de Sevilha, no qual encontramos uma descrição de Lisboa, de Sintra, do terramoto de 1755, assim como um resumo dos últimos acontecimentos: a morte de D. Luís, o coroamento de D. Carlos e o conflito com John Bull. O correspondente do quotidiano de Rochester realça, na imprensa lusa, a «fanfarronice» dos editoriais⁷⁹ cheios de disparates, e as contradições dos comentaristas. As colónias são mais valiosas do que a metrópole, o que explica a inveja da Inglaterra, mas ao mesmo tempo, os jornalistas lusos têm medo que um dia estas colónias peçam a proteção britânica.

⁷⁸ «*Their African record in that long interval is one of cowardice and imbecility, of greed, depravity, and crime.*» «The Case of Portugal», *The Sun*, Nova Iorque, 19 de janeiro de 1890.

⁷⁹ «*The newspapers are full of braggadocio editorials, and talk of fighting England "to death," and such nonsense.*» *Rochester Democrat and Chronicle*, 31 de janeiro de 1890.

The Pittsburgh Dispatch, a 14, nada surpreendido com as manifestações e a exasperação da «populaça de Lisboa», dá um conselho ao governo de D. Carlos: «É melhor renunciar a um distrito selvagem em África do que entregar a capital portuguesa à frota inglesa». «As demonstrações de rua em Lisboa foram grotescas. A fúria popular é respeitável unicamente quando é um prelúdio à resistência», nota, a 20, *The Times* de Filadélfia. O mesmo quotidiano, a 9 de fevereiro, resume numa frase a impotência dos portugueses: «Portugal não pode bater no John Bull, mas o povo continua a insultá-lo.»

«O grande barulho que os portugueses estão fazer em relação à ação da Inglaterra, é simplesmente ridículo», sublinha *The Courier Journal*⁸⁰. Esta última, satisfeita com o que acaba de obter, pode rir-se e cruzar os braços. Observa as «manifestações de cólera», mas, no entanto, sabe perfeitamente que Portugal não vai «ousar tomar medidas violentas» e que «nenhum outro governo se atreverá» a interferir nesta contenda, ajudando «aquele pequeno país».

O que interessa, na Europa, é a força e não o facto de uma causa ser justa ou injusta. As pequenas nações têm de ter cuidado quando enfrentam uma grande potência porque se arriscam a serem engolidas por elas.

Cinco dias mais tarde, o mesmo diário volta a comentar o assunto. O governo português e também a «populaça» começam a aperceber-se que, com estas manifestações, Portugal está a ser, por um lado, o «escárnio de toda a Europa» e, por outro lado, a atitude anglófoba do povo de várias cidades lusas vai provocar uma atitude muito

⁸⁰ «*The great noise the Portuguese are making over the action of England has reached the ridiculous point.*» «*The power of Might*», *The Courier Journal*, 20 de janeiro de 1890.

hostil por parte de Londres, pior ainda do que antes do Ultimato.

Na Carolina do Norte, *The Asheville Citizen Times*, a 14, considera que todas estas manifestações provam como as Grandes Descobertas ainda estão muito enraizadas na consciência coletiva lusa:

O assédio da legação britânica em Lisboa no passado domingo mostra, curiosamente, que a sensibilidade portuguesa em relação às conquistas portuguesas, ainda está muito à flor da pele.

A 23, o mesmo diário compara a tranquilidade e a calma da imperturbável opinião pública e do governo inglês com a «violenta ebulição que parece ter transformado Portugal numa nação de lunáticos»⁸¹. O editorialista critica o facto da Inglaterra usar e abusar da própria força e de esta ser insolente e desdenhosa com o seu «pequeno inimigo». No entanto:

o espetáculo das pessoas que andam a saltar nas ruas como loucas, cuspiendo a sua impotente fúria contra tudo o que as faz pensar na nação que as ofendeu e as insultou, roça o ridículo.

The New York Times de dia 19 julga que as reações populares ultrapassam tudo o que se podia imaginar, pensando sobretudo no pouco que os territórios controlados pelos portugueses deram a Portugal e à humanidade desde

⁸¹ «The observer of current affairs must be struck with the composure of the British government and the undisturbed equanimity of the English people as contrasted with the violent ebullition which seems to have converted Portugal into a nation of lunatics.» *The Asheville Citizen Times*, 23 de janeiro de 1890.

que estes os ocuparam⁸². A 25, o quotidiano de referência volta à carga: «Devia-se dizer aos portugueses que eles estão a dar um indecoroso espetáculo deles mesmos». Além disso, realça o diário nova-iorquino, a opinião pública em Europa não está completamente do lado deles⁸³. Não há nenhuma lei que autorize a reclamar uma terra descoberta no século XV, terra que, aliás, ficou em estado selvagem, assevera o articulista.

Na Luisiana, *The Daily Picayune* escreve que se trata de uma reação «natural, mas completamente inútil» por parte dos manifestantes, mas o governo português não tinha outra hipótese senão aceitar as exigências de Londres. Nenhum ministro luso vai ousar desafiar militarmente a potência britânica. As desculpas do governo de D. Carlos serão suficientes para satisfazer o governo inglês, depois das violências contra o consulado britânico.

The Morning Oregonian insere um pequeno comentário onde critica as «barulhentas e desordeiras» manifestações que só complicam o trabalho do Executivo luso. O jornalista do Oregon faz a diferença entre a «submissão inteligente» do governo e a «ignorante resistência» dos manifestantes perante a demonstração da «proverbial cobiça da Inglaterra»⁸⁴. O governo só quer evitar

⁸² «*The intensity of the Portuguese feeling on the subject is much beyond what anybody could have anticipated, seeing the very small consequence to Portugal or to mankind of the Portuguese possessions in Africa since they have been in Portuguese hands.*», *The New York Times*, 19 janeiro de 1890.

⁸³ No Kentucky, *The Courier Journal* fala a 15 da atitude severa de condenação da opinião pública europeia perante a intimidação britânica em relação a Portugal.

⁸⁴ «*The difference between intelligent submission and ignorant resistance to the inevitable is well illustrated in the variant attitude of the rulers and the subjects of Portugal in this stress. It is not that the former are less*

uma solução desastrosa para o país. Cinco dias mais tarde o mesmo jornal volta ao assunto: as manifestações são absurdas. Portugal nada fez nesta região, onde diz ter chegado há 250 anos. Os missionários ingleses já lá estão há 29 anos e a African Lakes Company há 11. Portugal começou a interessar-se por esta região só depois da chegada dos ingleses. A grande maioria da região reclamada por Portugal foi declarada inglesa há 18 meses.

No Ohio, *The Akron Bacon*, Ohio, a 24, censura o ministério de se ter demitido e de ter, desse modo, cedido aos clamores populares. O governo não podia fazer outra coisa senão aceitar o pedido de Londres, salienta o jornal, segundo o qual as 4000 pessoas que manifestaram na 3ª gritando «Guerra à Inglaterra» são «extremamente ridículas». Uma guerra provocaria a «ruína do pequeno país». No entanto os que querem a guerra só têm um objetivo: «exacerbar o sentimento popular contra a monarquia».

* * * * *

Encontramos também várias referências ao boicote à Inglaterra e aos seus produtos. Escreve, *The National Tribune*, a 20:

O boicote das mercadorias inglesas organizados pelos portugueses e pelos brasileiros em retaliação ao procedimento arrogante da Inglaterra em África será mais eficaz do que qualquer aumento do armamento. Os ingleses riem-se pensando no insignificante Portugal mas, se ataca o seu comércio, eles ficam nervosos.

indignant than the latter over the exhibition of England's proverbial greed in the matter in dispute.» The Morning Oregonian, 22 de janeiro de 1890.

A 14, *The Courier Journal*, do Kentucky põe em evidência que em Portugal— «a última vítima das brutalidades inglesas»— quer-se formar uma liga para boicotar o comércio inglês, enquanto o diário *The Atlanta Constitution* está convencido que a única forma de Portugal forçar a Inglaterra a chegar a um acordo é «a determinação dos seus mercadores a boicotar a Inglaterra», porque, «o comércio é algo muito importante»⁸⁵.



Figura 21 : *The Evening Sentinel*, 21 de janeiro de 1890, p. 2

⁸⁵ «Perhaps the best thing for the Portuguese is the reported determination to their merchants to boycott England. Such a policy would lead the business and industrial classes in England to demand an early and amicable adjustment. In these days business is a big thing, and the British are sensible enough to prefer trading to fighting.» England and Portugal», *The Atlanta Constitution*, 18 de janeiro de 1890.



Figura 22 *Dunkirk Evening Observer*, 21 de janeiro de 1890, p.1

O *St Louis Pos-Dispatch*, cita a iniciativa de residentes ingleses em Portugal, os quais pedem a Gladstone de intervir para que Salisbury se torne menos duro para com Portugal. Aceitando de rever a sua posição, o Primeiro ministro da Rainha Vitória contribuiria a mudar a situação desagradável na qual se encontram os britânicos em terras lusas⁸⁶.

A 23, *The News York Times* debruça-se sobre a violenta reação antibritânica em Portugal. Para atingir o comercio britânico é preciso ter uma frota e força, o que

⁸⁶ «The action of the British residents in Portugal in calling upon Mr. Gladstone to use his good offices do secure a mitigation of the unpleasant conditions surrounding them at present in significant of the position occupied by the ex-Premier and the influence he wields at home and abroad. Although without office, he is asked as a last resort to interpose in behalf of British residents abroad, when Premier Salisbury can do nothing except aggravate their difficulties unless he retreats from his official stand.» *St Louis Post-Dispatch*, 26 de janeiro de 1890.

Portugal não tem. A proposta de comprar um couraçado para Portugal através de uma subscrição nacional é absurda. No entanto, «os Portugueses estão ansiosos de causar algum prejuízo à Inglaterra». E cita os que devolveram as medalhas, a Associação Comercial de Lisboa que quer limitar o comércio com a Inglaterra, os navios a vapor ingleses que tiveram que partir sem a mercadoria e os portugueses no Rio que suspenderam os negócios com a Inglaterra e com os ingleses. Estas dificuldades que os ingleses têm com o Brasil pode ser uma boa oportunidade para os Estados Unidos⁸⁷, sugere o editorialista.

Para os ingleses em Portugal, acrescenta o jornal, os tempos são difíceis e têm de esperar que a cólera se acalme. Os negociantes portugueses sabem que, apesar da «Inglaterra ser uma potência sem escrúpulos, os ingleses são bons clientes» e pagam bem. Além disso, os comerciantes ingleses oferecem boas condições⁸⁸. Como sabemos, no comércio não há, nem amigos, nem inimigos:

Visto que se faz comércio para obter lucros, e não para favorecer amigos ou para ferir inimigos, é evidente que os portugueses e os brasileiros vão continuar a negociar com a

⁸⁷ *The Evening Star*, a 8 de março, comenta que os fabricantes de máquinas americanos parecem aproveitar do boicote luso à Inglaterra. Moral da história: esta fatia de território africano foi adquirida «à custa de um comércio onde antigamente tinha o monopólio».

⁸⁸ «*The merchants of Lisbon will consider that, though England is a very unscrupulous power, the English people are very good costumers, to whom they would not sell except for better terms than they could get elsewhere, from whom they would not buy except on better terms than they could get elsewhere, and whose ships they would not employ if they could get their goods carried as cheaply by anybody else.*» «Business and Sentiment», *The New York Times*, 23 de janeiro de 1890.

pérfida *Albion*, ignorando as reivindicações sentimentais dos Estados Unidos.

Dois outros periódicos mencionam o interesse que os americanos podiam retirar deste boicote. *The Record Union* da Califórnia, a 22, reproduz um despacho vindo de Lisboa que sublinha como as casas comerciais e de viagens americanas estão a beneficiar deste imbróglio luso-inglês. Em Washington, a 8 de março, *The Evening Star* fala dos fabricantes americanos de máquinas industriais que parecem tirar proveitos do boicote luso à Inglaterra. Por seu lado, *The Galveston Daily News*, a 17, nota que é que a França será beneficiada com o boicote português e um eventual boicote espanhol.

Na Indiana, *O Weekly Breeze*, a 23, cita a situação de empregados ingleses que trabalham em Portugal e que foram forçados a pedir a nacionalidade portuguesa ou a demissão. Não há outra possibilidade. A maioria escolhe a primeira possibilidade para ficar com o emprego. «O valor destas novas recrutas do governo português é discutível.», lamenta o jornalista que relativiza as consequências destas medidas. Com efeito, o boicote dos portugueses, dos espanhóis e dos franceses pode preocupar um pouco os mercadores ingleses, mas isso vai-se acalmar porque os primeiros têm interesse no comércio e, sobretudo, porque o acordo entre a Inglaterra e a Alemanha é sólido e mantém a paz na Europa.

No Iowa, a 23 *The Davenport Democrat* é alarmista:

Portugal não é grande, mas tem um grande espírito guerreiro. A Inglaterra é vilipendiada pela multidão que desfila nas ruas de Lisboa. As companhias de navios a vapor compram carvão da Bélgica. As bandeiras

britânicas foram queimadas em várias cidades. Os ingleses que trabalham para o governo têm a escolha entre a demissão ou a naturalização. A Inglaterra tem de tomar medida o mais depressa possível.

O *Desert Evening News* prevê que, se este boicote continuar, cada uma das duas nações vai considerar a outra como uma entidade estranha.⁸⁹

* * * * *

Praticamente todos os jornalistas americanos admitem, diretamente ou indiretamente, que Portugal se encontra num beco sem saída e que não pode, nem de perto nem de longe, fazer vergar a Inglaterra. É neste contexto que alguns periódicos publicam algumas notas mais humorísticas. *The Washington Post*, a 20, ironiza sobre «a populaça de Lisboa» que grita nas ruas contra a Inglaterra, o que deixa os ingleses totalmente impassíveis e os manifestantes roucos⁹⁰. O quotidiano da capital americana acrescenta:

⁸⁹ «England merchants in Lisbon are being boycotted, and the Portuguese are severing their commercial and social relations with Englishmen at a rate which, if continued, will soon render the two nations strangers to each other.» «England and Portugal», *Deseret Evening News*, 20 de janeiro de 1890.

⁹⁰ «The populace of Lisbon continues to go about the streets shouting, "Down with England", and John Bull goes about his business as usual, apparently unconcerned, and giving no sign of alarm. The Cortes will probably be prorogued this weeks until May next, and the populace will shortly have shouted themselves hoarse.» «John Bull and the Portuguese», *The Washington Post*, 20 de janeiro de 1890.

Se a Inglaterra declarar a guerra a Portugal bloqueando os portos, o pequeno Portugal pode vingar-se cortando a exportação do vinho do Porto. Isso vai resolver imediatamente o combate.

É o que sugere também *The Daily American* a 22: «para semear confusão na Inglaterra é suficiente cortar o abastecimento de vinho do Porto». Em Filadélfia, *The Times*, a 24, pensa exatamente o contrário, porque seria Portugal que sofreria com esta queda nas exportações:

Portugal devia acalmar a sua indignação contra os ingleses. Pode permitir-se mais facilmente perder uma fatia da África do que ser obrigado a beber sozinho o seu vinho do Porto.

No Minnesota, a 19, *The Minneapolis Tribune* fala do Duque de Palmela que devolveu a medalha dada pela Inglaterra e que despediu os seus empregados ingleses. No entanto, acrescenta o jornal, este duque une prudência e parcimónia, agarrando-se tenazmente às consolas⁹¹ britânicas.

Sem relação direta com as medidas económicas são os dois comentários do diário *The Courier Journal* que, a 20, se refere à estadia de Salisbury no Sul da França, onde o estadista está a recuperar depois duma forte gripe. «Se este for para Portugal, terá um clima ainda mais quente», sugere maliciosamente o articulista. No dia seguinte escreve: «Em Portugal, procuram-se animadores com experiência e que não tenham medo do leão britânico.»

Mais sarcástico é um comentário do *The New York Times* a propósito dos republicanos espanhóis que, em sinal

⁹¹ O jornalista refere-se naturalmente ao móvel de sala onde se colocam, em geral, peças decorativas.

de apoio, deixaram cartas na legação portuguesa de Madrid: «Isto é uma ameaça que faz estremecer a humanidade»⁹².

e) Uma mediação improvável

Vários periódicos americanos abordam a questão de uma eventual mediação das grandes potências europeias nesta contenta contenda entre Londres e Lisboa. A maioria é de opinião que nenhum país europeu tem interesse em contrariar a Inglaterra. A 22, o *Morning Oregonian* é lapidar: Portugal não conseguiu ajuda nenhuma das grandes potências.

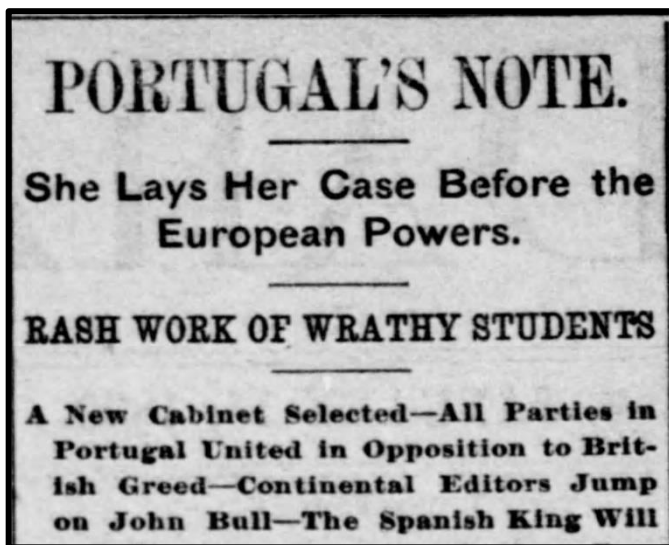


Figura 23: *The Rock Island Argus*, 15 de janeiro de 1890, p. 2

⁹² «This is a threat at which humanity shudders.» *The New York Times*, 18 de janeiro de 1890.

O comportamento de Portugal foi inaceitável e, por conseguinte, esta divergência luso-inglesa não deve ser submetida a uma mediação, nota, a 16, *The Buffalo Commercial Advertiser*. *The Richmond Dispatch*, a 19, reconhece que a imprensa alemã, francesa e espanhola⁹³ protesta contra a atitude inglesa, mas isso não tem muito peso na medida em que o governo alemão apoia a Inglaterra.

Três dias mais tarde, o mesmo diário não parece acreditar que Portugal se possa valer do Tratado de Berlim. Seria melhor que se acalmasse, que tivesse uma atitude conciliadora e que se portasse bem para não ser expulso da Europa e da costa africana⁹⁴, alerta o quotidiano da Virgínia, que volta ao tema seis dias mais tarde. A Rússia, a França e a Espanha têm vontade de apoiar Portugal, mas, fazendo isso, têm medo de empurrar a Inglaterra para os braços da Tríplice Aliança. Estes países não se podem permitir enfrentar John Bull nesta disputa luso-inglesa, realça o editorialista. Bismarck disse que a aliança com Londres é essencial e não vai agora entrar em conflito com a Inglaterra quando precisa dela para manter a paz na Europa. O jornalista não percebe qual é o interesse destes três países em apoiarem o «desmancha-prazeres» português.

No mesmo estado, *The Times*, escreve a 20:

⁹³ *The Courier Journal*, a 15, no Kentucky, fala da atitude de severa condenação da opinião pública europeia perante a intimidação britânica em relação a Portugal

⁹⁴ «*The plain English of the situation, so far as Portugal is concerned, seems to be that she would better "subside" and make fair weather with the great Powers most interested in Africa, in order that she may not be swept off the coast of Europa as she is likely to be swept off the coast of the Dark Continent if she does not behave herself*». «Portugal», *The Richmond Dispatch*, 22 de janeiro de 1890.

É impossível que Portugal resista à Inglaterra. É certo que a Alemanha domina a Europa mas, na atual situação política europeia, ela não se vai opor à Inglaterra. A Alemanha, tal como a Inglaterra, tem interesse em expulsar Portugal para fora da África, porque estas duas potências pretendem absorver a África, excluindo todas as outras nações.

The Sun de Nova Iorque nota, e com razão, que Bismarck nunca vai tomar uma iniciativa para irritar ou incomodar a Grã-Bretanha. Ele precisa dela e da sua frota para enfrentar as ameaças da Rússia e da França. O que pode fazer, juntamente com o primeiro-ministro Crispi, é exercer pressão contra a imprensa francesa para que esta use tons mais moderados⁹⁵. O jornalista de Nova Iorque não acredita muito no que diz a imprensa gaulesa e *Le Figaro* em particular⁹⁶. Acha, sim, que uma informação vinda de Berlim, segundo a qual o Chanceler pediu a Salisbury para ele protestar contra as virulências dos jornais franceses, é muito mais fiável.

O *Saint-Louis Globe Democrat* citado pelo *Daily American* de dia 22 afirma que «Portugal não vai ganhar nada em submeter a disputa com a Inglaterra às Grandes Potências europeias». Com efeito, estas poderão constatar que Portugal nada fez para ocupar os territórios africanos, ao contrário da Grã-Bretanha que «alargou a sua influência» nos territórios colonizados.

⁹⁵ «Rather would they endeavor to put pressure upon France, and constrain the Paris newsmongers and speechmakers to stop disturbing the tranquility of Europe». «The Case of Portugal, *The Sun*, 19 de janeiro de 1890

⁹⁶ «Many of the reports published in the Paris *Figaro* are untrustworthy, but few have deserved less credit than the recent statement that Portugal has complained the Prince Bismarck that England has violated the treaty of Berlin, and that her conduct calls for a European conference respecting Africans affairs.» *Ibidem*.

No Minnesota, *The Star Tribune* de dia 14, que sublinha a riqueza da vale do Shire, com as suas minas de ouro, exclui também a eventualidade de uma ajuda dos franceses ou dos alemães. Na melhor das hipóteses vão fazer um protesto, mas a Inglaterra «não tem o costume de deixar fugir o que ela já tem na mão.»

O *Deseret Evening News* de dia 20 escreve que se:

a justiça da causa portuguesa for reconhecida, nenhuma grande potência pode entrar em conflito com a Inglaterra para apoiar Portugal porque este é demasiado pobre, pequeno e fraco para retribuir este favor.

Elas só vão intervir se a Inglaterra for demasiado longe e ameaçar os «interesses da Alemanha, da França ou da Itália.»⁹⁷

O *Chicago Daily Tribune*, a 21, depois de ter resumido os factos de novembro 1889 a janeiro de 1890, interroga-se sobre uma eventual arbitragem internacional. A resposta a este pedido é importante porque pode decidir se vai haver guerra ou paz, afirma o quotidiano do Illinois. A Alemanha, a Áustria, a Itália parecem estar ao lado dos ingleses; a França e a Rússia não ficariam nada descontentes de «envolverem a Inglaterra num conflito», mas não poderiam lutar contra a força conjunta da Inglaterra, da Áustria, da Itália e da Alemanha. É também o que escreve *The Times* de Filadélfia: o medo que a Rússia, Espanha e França têm da

⁹⁷ «[...] none of the stronger governments are likely to take sides against England in this dispute, and the latter will probably be permitted to deal in her own way with Portugal, unless she should go too far in the direction of menacing German, French or Italian interests in Africa, when one of these governments might call a halt.», «England and Portugal», *Deseret Evening News*, 20 de janeiro de 1890.

Tripla Aliança salvou a Inglaterra⁹⁸. No que diz respeito à Espanha, escreve, a 31, *The Pittsburg Dispatch*: «Portugal não odeia suficientemente a Inglaterra para parar de odiar o seu velho inimigo espanhol.»⁹⁹

The Evening World, a 5 de fevereiro, menciona eventuais possíveis concessões da Grã-Bretanha, mas não acredita que John Bull aceite uma arbitragem. Portugal é demasiado pequeno para ser temido mas não o suficiente para ficar depenado, afirma o quotidiano de Nova Iorque.

The Times de Filadélfia, a 28, exclui qualquer aliança com a monarquia dos Bragança: «A América não precisa de se aliar com Portugal. Já tem a sua grande questão africana». A este propósito, o mesmo quotidiano já tinha feito referência, no dia anterior, a uma sessão da Sociedade de Geografia, durante a qual atacaram a Inglaterra e os seus abusos. O ministro dos Estados Unidos em Lisboa assistia a esta reunião. Mas o seu sorriso puramente «diplomático» foi interpretado como uma marca de simpatia para com a causa lusa. Com efeito, Loring, não falando o idioma de Camões, não conseguia perceber o que diziam.

No Texas, *The Galveston Daily News* recorda o receio que este conflito possa provocar uma queda da dinastia dos Bragança. Bismarck, segundo o jornal, já teria falado desta preocupação ao Primeiro-ministro inglês. Na opinião do editorialista, para os ingleses, certas monarquias são puramente «formais»: por conseguinte, eles não veem nenhum obstáculo se algumas deixam o lugar a uma república. Por outro lado, o mesmo jornal nota que Bismarck

⁹⁸ «Russia, Spain and France, to say nothing of little Portugal, would like to have a “go” at England just now, but fear the Triple Alliance. This is not the first time in history that an alliance has saved John Bull’s bacon.», *The Times*, Filadélfia, 27 de janeiro de 1890

⁹⁹ «Portugal does not hate England enough to stop hating her old enemy Spain.»

teria feito a mesma coisa que Salisbury, se Portugal tivesse invadido algum território pretendido pela Alemanha. O chanceler alemão teria defendido os seus interesses, independentemente das consequências negativas que as suas decisões pudessem ter para uma pequena monarquia europeia¹⁰⁰.

A 9 de janeiro, *The San Francisco Chronicle* é de idêntica opinião. Salisbury não teve em conta a opinião de Bismarck que teme que a estabilidade das monarquias ibéricas fique comprometida, sublinha o jornal californiano. O primeiro-ministro britânico não parece ter medo do republicanismo ibérico, contrariamente a Guilherme II.¹⁰¹

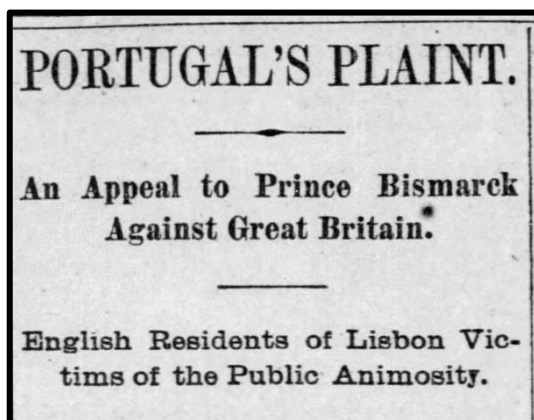


Figura 24: *St Louis Post Dispatch*, 17 de janeiro de 1890, p. 1

¹⁰⁰ «Suppose that Germany's claims somewhere had been invaded by Portugal, Prince Bismarck might not have been quite so ready to waive matters in order to save a small monarchy from domestic trouble.» «Portuguese Heroics», *The Galveston Daily News*, 21 de janeiro de 1890

¹⁰¹ «[...] but it is very possible that the Premier of a constitutionally limited monarchy like England does not share Bismarck's dread of a republic.»

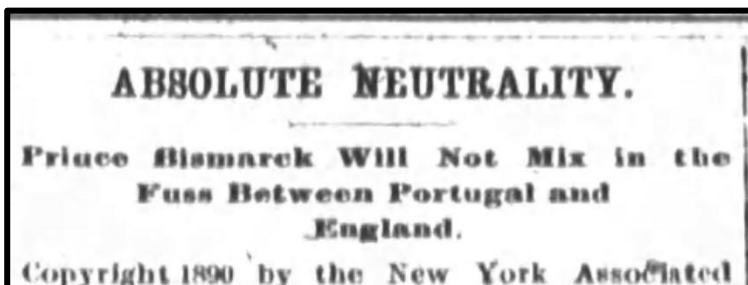


Figura 25: *The Fort Wayne Gazette*, 19 de janeiro de 1890, p. 4

* * *

Alguns diários parecem acreditar numa solução negociada. *The Philadelphia Enquirer*, por exemplo, a 29, fala das ofertas de mediação para evitar a guerra. *The Washington Post*, a 20, escreve que a Alemanha vai ficar neutra. O seu editorialista é um dos poucos que acredita numa ajuda da Rússia e de outros países que simpatizam com o mais fraco, sobretudo se isso lhes permite tirar algumas vantagens. Ou os dois países aceitam esta oferta de mediação ou vai haver problemas, caso não aceitem. Quanto ao *New York Times*, no já citado editorial de dia 8 de janeiro, acredita que, a médio prazo, um congresso europeu será muito melhor do que uma demonstração de armamentos em Lisboa.

A 21, *The San Francisco Chronicle* volta a debruçar-se sobre esta problemática, citando um quotidiano de St Petersburg que propõe uma mediação no conflito para evitar uma «ruptura entre os dois países». Os jornais ingleses não aceitam esta eventualidade porque, em caso de mediação, a Inglaterra fica sempre a perder, realça o diário de San Francisco que alude, de um modo exagerado, à possibilidade de uma guerra na Europa. Os países estão prontos para tal, afirma o jornal.

Enquanto os comerciantes portugueses gritam contra a Inglaterra e querem cortar as relações comerciais com Londres, Bismarck tenta tirar vantagens desta situação, realça o *Boston Daily Globe*: «Vão ser momentos verdadeiramente difíceis para o pobre velho John Bull», alerta o jornal do Massachusetts¹⁰².

A fúria de Portugal chamou a atenção do mundo inteiro, alerta *The Daily American*, que fala de uma intervenção da Alemanha e da Rússia em favor de Portugal para proteger a costa africana das mãos inglesas¹⁰³. Também este jornal alude à hipótese duma guerra. De qualquer forma, os tempos na Europa parecem «angustiosos», conclui este diário do Tennessee.

No Minnesota, *The Minneapolis Tribune* deseja que o novo governo de Lisboa faça algo para evitar que a Monarquia continue a perder prestígio. Esta talvez possa obter o apoio de outras grandes potências, por amor pela justiça ou para contrariar os projetos ingleses e tentar fazer com que a Grã-Bretanha recue. E realça o facto de que a quase totalidade da opinião pública europeia está do lado luso¹⁰⁴. Porém, o editorialista, tal como o seu colega do

¹⁰² «Meanwhile, Bismarck is trying to steal a sly march on the old man's prerogatives while this little yelper is at his heels. These are mighty trying times for poor old John Bull.» *The Boston Daily Globe*, 23 de janeiro de 1890

¹⁰³ «Late rumors are to the effect that there is more than a possibility that Germany, and eve Russia will interest themselves on the side of Portugal to protect the desirable African coast from grasping England.» *The Daily American*, 23 de janeiro de 1890.

¹⁰⁴ «Portugal has the sympathy of Europe on her side in this controversy, and if she could only manage to get the case before a jury of nations, England would doubtless have to give in. It is significant that not only the French and Spanish press, but also semi-official papers in Germany and Austria have unhesitatingly declared that Portugal was in the right

Tennessee citado no parágrafo anterior, parece ignorar que os governos europeus não querem irritar Londres.

f) Uma República em Portugal?

Esta grave crise interna provocada pelo Ultimato traz a água ao moinho dos republicanos portugueses. Para uma parte dos jornais norte-americanos, não existe um perigo imediato de mudança de regime em Lisboa: estes consideram que esta «humilhação» por parte dos ingleses terá consequências só a médio ou a longo prazo.

A 17, *The New York Times* fica surpreendido com um telegrama que fala da intervenção de várias nações para que Salisbury modere o tom em relação a Portugal por causa dos republicanos. O diário nova-iorquino também acha pouco provável que os ingleses renunciem os seus interesses para não causar problemas a outra monarquia¹⁰⁵. Além disso, acrescenta o jornal, «não se percebe o que a ação dos republicanos portugueses podia fazer para melhorar as condições de Portugal», sem aumentar a população e sem reforçar o exército e a frota.

Dois dias mais tarde, o jornal volta ao mesmo assunto. Não é «muito lógico» que se estabeleça uma relação entre o Ultimato e o sentimento republicano. O conflito com a Inglaterra não é uma causa, mas sim uma oportunidade de demonstrar os «sentimentos republicanos em Portugal que foram desenvolvidos por causas mais duradouras e

and England in the wrong.» «Not Downed Yet», Minneapolis Tribune, 18 de janeiro de 1890.

¹⁰⁵ *«The strangest part of the dispatch is the assumption on the part of "European statesmen" that the English people are so addicted to monarchy that they will abandon national interests for fear to disturbing it in other countries.»*

eficientes»¹⁰⁶. Não há provas em como outra forma de governo poderia ter garantido melhor os interesses e a honra do país do que a monarquia o fez. No que diz respeito ao modo de mudar de regime, o Brasil é a prova viva de que se pode instaurar a república «sem uma violenta e sangrenta revolução» e sem grandes transtornos na vida quotidiana.

Em San Francisco, a 16, *The Examiner* julga que esta situação política não é ideal para os republicanos:

Derrubar a monarquia é uma boa coisa mas, se os republicanos a derrubarem porque fez concessões à Inglaterra, espera-se que eles procedam de outro modo. Não é possível que eles queiram. Vão declarar a guerra à primeira potência naval do mundo?

O *Sacramento Daily Record-Union* fala de um fortalecimento do «sentimento a favor da coroa», que faz recuar o republicanismo. Mais isso «talvez seja mais por compaixão do que por amor pelas instituições monárquicas»¹⁰⁷.

¹⁰⁶ «*The dispute with Great Britain is an occasion rather than a cause of the exhibition of republican sentiment, which have been developed by causes much more durable and efficient.*» «*Republicanism in Portugal*», *The New York Times*, 19 de janeiro de 1890.

¹⁰⁷ «*Unexpectedly, the cowing of Portugal by England has awakened a spirit of loyalty to the Crown in the former country, that for the time appears do have pushed the republican sentiment into the background. But, it may be, that this is due to pity, rather than an abiding love for monarchical institutions.*» *Sacramento Daily Record-Union*, 16 de janeiro de 1890.



Figura 26 : *The Los Angeles Times*, 18 de janeiro de 1890, p. 1

A 16, o *San Francisco Chronicle*, julga que não se pode avaliar o peso do republicanismo em Portugal à luz das manifestações dos últimos dias em Lisboa. Isso não significa que o rei vai ser deposto. Aos republicanos lusos falta um líder como Castelar em Espanha. Mas, quando o país estiver maduro para uma mudança de regime, vai mais cedo ou mais tarde aparecer um chefe. É a situação que vai criar este homem, sublinha o diário californiano¹⁰⁸.

O *Democrat and Chronicle* afirma que as cabeças coroadas têm medo de um contágio republicano na Península e pediram moderação a Salisbury¹⁰⁹. Em seguida, o jornalista cita um português, que mora em Paris e que dá informações muito optimistas, mas erradas sobre os

¹⁰⁸ «Sometimes the people have to try two or three pseudo leaders and tinsel heroes before they find the real leader and hero, but the emergency produces the man before the opportunity is lost, and so it will be in Portugal.» «Portuguese Republicans», *San Francisco Chronicle*, 16 de janeiro de 1890.

¹⁰⁹ «Fears of republican uprisings in Spain and Portugal are agitating the crowned heads of central Europe. My cable dispatch states that representatives of continental powers have urged Lord Salisbury to moderate his action towards Portugal in order to prevent the overthrow of the existing form of government.» «Republicanism in Portugal», *Democrat and Chronicle*, 17 de janeiro de 1890.

republicanos portugueses. Diz, por exemplo, que os republicanos são mais numerosos na província do que nas cidades!! No entanto, com toda a Europa a olhar para Portugal, o editorialista pensa que agir agora seria prejudicial à causa republicana.

Em Baltimore, *The Sun*, a 21, vê um fermento republicano por detrás desta agitação nas ruas de Lisboa:

Mas, que Portugal tenha ou não razão, o verdadeiro perigo do incidente de Serpa Pinto é de fortalecer as aspirações do seu povo no sentido da instauração duma república. Os emissários republicanos franceses e espanhóis aproveitaram a oportunidade, contando à multidão nas cidades a lição dada pelo Brasil. Diz-se que estão a ganhar adeptos.

Embora, acrescenta o diário do Maryland, a situação esteja mais calma, vai permanecer um «legado problemático» desta controvérsia e da amargura provocada no povo português pela maneira como Salisbury atuou :«o perigo subjacente da propaganda republicana»¹¹⁰.

Na opinião do *Montgomery Advertiser* de dia 5, Portugal parece que quer enfrentar a Inglaterra em vez de recuar e de ceder uma parte dos territórios reclamados mas, isto é só «uma fanfarronice das classes dirigentes que querem afastar as pessoas do caminho que leva à república.»

The Galveston Daily News, a 17, escreve que Salisbury não tomou em conta o aviso de Bismarck no que diz respeito à solidariedade entre monarquias. Nesta situação, talvez a França, cujos jornais atacam a Inglaterra, possa aproveitar-se desta situação e utilizar os sentimentos republicanos em Espanha, Itália e Portugal.

¹¹⁰ «*The underlying danger of a republican propaganda will still remain as a troublesome legacy growing out of the dispute.*»

Há muitos protestos em Portugal e um «vigoroso espírito revolucionário» por causa das relações com a Inglaterra, mas isso vai mudar quando Salisbury se aperceber que a atitude da Inglaterra pode provocar a mudança de regime em Portugal, afirma *The Evening Star*. «As monarquias não promovem as repúblicas», salienta o diário de Washington¹¹¹. Por seu lado, *The Chicago Daily Tribune* de dia 21, receia que uma resposta negativa das grandes potências ao pedido de mediação possa provocar dificuldades ao Governo de Lisboa que deverá lutar contra «os radicais que conspiram em favor de uma república»

A 13 de fevereiro, o *St Louis Post Dispatch*¹¹² critica as medidas repressivas de 11 de fevereiro e, nomeadamente, a proibição das manifestações. Com isso, o governo luso só traz água ao moinho dos republicanos, «motivados» igualmente pelo medo dos governantes¹¹³.

¹¹¹ «The chief inciting cause of the present disordered state of affairs is the relations between England and Portugal, and this would be changed on the instant if Lord Salisbury felt that any position England might take would result in the conversion of a monarchy into republic. Republics are not fostered by monarchies.» *The Evening Star*, 15 de janeiro de 1890.

¹¹² A 24 de janeiro, o mesmo diário pensa que a eventual mudança de regime não será bem vista pelo governo americano.

¹¹³ «The Government of Portugal is giving the best kind of Encouragement to Republicanism by suppressing popular meetings with sword and bayonets. Republicanism thrives under such suppressive measures prompted by the fear of rulers.»

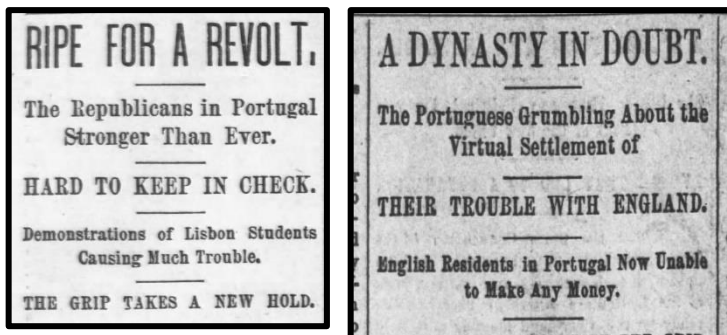


Figura 27 e 28 : *The Pittsburgh Dispatch*, 15 e 19 de janeiro de 1890, p. 1

* * * *

Uma outra parte dos periódicos aqui analisados considera que a monarquia portuguesa está a correr um grande perigo, como, por exemplo, *The New York Tribune*. Segundo este quotidiano, os Republicanos estão a tirar partido da situação e podem-se apoiar no povo que até parece democrático. O regime pode estar em perigo. Mais um disparate destes e a monarquia será aniquilada¹¹⁴.

Na Califórnia, o *Sacramento Daily Record-Union* vê na cedência do governo mais «um prego no caixão do ministério português e provavelmente da monarquia portuguesa». *The Daily Citizen* de 19 de fevereiro, põe em relevo o facto do sentimento republicano ganhar constantemente força em Portugal. Não tarda muito que a monarquia desapareça », conclui o diário da Carolina do

¹¹⁴ «Another blunder such as the one which has inaugurated the young monarch's reign might be sufficient to wreck the Braganza dynasty in Portugal.» «Portugal Blunder», *The New York Tribune*, 14 de janeiro de 1890.

Norte¹¹⁵. No mesmo estado, *The News and Observer* nota que a situação em Portugal é muito crítica, com a ameaça duma mudança de regime, já depois das consequências da queda de D. Pedro II no Brasil. A vizinha Espanha também pode também tornar-se republicana, prevê o editorialista¹¹⁶.

Da mesma opinião é *The Atlanta Constitution*: se houver uma guerra, as duas «vacilantes» monarquias ibéricas estão em sério perigo, assinala o jornal da Georgia¹¹⁷. Por seu lado, *The Pittsburgh Dispatch* de dia 15, dá mais peso à questão africana do que à mudança de regime no Brasil dois meses antes: «A África está a conseguir revolucionar mais Portugal do que o Brasil o fez.»

«A solução autoritária adoptada pelo Primeiro ministro Salisbury contra Portugal» provocou sérias inquietações entre os monarcas europeus que temem que isso favoreça a propagação das ideias republicanas em Portugal, em Espanha e noutros países, comenta *The Summit County Beacon*. O editorialista do Ohio pensa que, se Portugal mudar de regime, a Espanha o fará pouco depois. Já com quatro repúblicas (França, Suíça, Espanha e Portugal), as monarquias restantes poderiam vacilar, o que

¹¹⁵ «Republican sentiment is steadily gaining strength in Portugal, and the monarchy may come to an end any day.»

¹¹⁶ «There have been Republican risings in various parts of that country and had the young King died, unquestionably, there would have been a disturbance.» *The News and Observer*, 14 de janeiro de 1890.

¹¹⁷ «If the worst comes to the worst – if the two countries rush into hostility, we may look out for a revolution in Portugal, and the upheaval may extend into Spain. The two thrones are shaky, and anything like a war would test the stability of one and probably both.» «England and Portugal», *The Atlanta Constitution*, 18 de janeiro de 1890.

significaria o fim dos regimes monárquicos no Velho Continente¹¹⁸.

No Kansas, o *Wichita Eagle* de dia 10 acusa também os ingleses de fazerem o jogo dos republicanos lusos:

A Inglaterra, que está a aquecer os portugueses até eles ferverem, pode realizar a melhor alquimia, precipitando Portugal em direção à república, o ouro puro dos governos.

Para concluir, citamos uma frase do quotidiano do Ohio, o *Hamilton Daily Democrat*, de dia 18: «Se Portugal se tornar uma república, deverá agradecer à Inglaterra.»

g) Reações ao Tratado de agosto de 1890

À semelhança da imprensa francesa, estudada por Vítor Lopes (LOPES, V. *Ob. Cit.*, p. 655) e da imprensa suíça, que analisámos na nossa tese de doutoramento (MONICO, 2005, p. 74-75), os jornais americanos publicam muito menos comentários sobre a nova crise interna portuguesa de setembro/outubro de 1890, do que no mês de janeiro do mesmo ano.

A assinatura do Tratado é bem recebida pelos jornais americanos. Estes saúdam este acordo que permite resolver este conflito de um modo pacífico. Alguns diários inserem

¹¹⁸ «The Republicans of Portugal, already strong, the monarchists fear, would seize the opportunity which a conflict between England and Portugal would afford to overthrow the kingdom in the latter named country, and establish a republic in its stead. The accomplished, they thing a Spanish republic would speedily follow. With France, Switzerland, Portugal and Spain ruled by popular governments, the security of the remaining monarchies would be from that times forth extremely doubtful.» *The Summit County Beacon*, 22 de janeiro de 1890.

despachos de Londres¹¹⁹, uma carta enviada via cabo onde se felicita Salisbury¹²⁰ e também um telegrama de Lisboa¹²¹. Só *The New York Tribune* publica um editorial sobre este tema no qual felicita o primeiro-ministro da Rainha Vitória pelos seus sucessos em política externa, com as convenções assinadas com a Alemanha, a França e, por último, com Portugal. Este acordo parece satisfazer ambos os países, salienta o editorialista, que sublinha sobretudo as vantagens que a Inglaterra obtém graças a este tratado, nomeadamente alguns territórios (o Shire e a terra dos Macololos), além de ser prioritária no caso em que, Portugal, cheio de dívidas, queira separar-se das suas colónias na África Oriental. O analista põe mesmo a hipótese de que toda esta zona possa passar para as mãos dos britânicos¹²².

¹¹⁹ «LONDON, Aug. 21. – *The Anglo-Portuguese agreement was signed on Tuesday. The Standard says that the details will not be published, but that English interests regarding all matters affecting traders and missionaries have been carefully safeguarded, and that Lord Salisbury may be congratulated upon securing control of the Zambesi and Shire highlands.*» «Limitation of the Boundaries in South-eastern Africa», *The Scranton Republican*, 22 de agosto de 1890.

¹²⁰ «London Aug. 22. – *The papers are congratulating Lord Salisbury upon the successful settlement of the dispute between England and Portugal, which a time threatened to result in war. Though a conflict at arms with Portugal could hardly have ended otherwise than in a victory for England, yet the popular feeling was very strongly averse to a resort to force, and the peaceful conclusion of the affair is hailed with pleasure by all classes and parties.*» *The Times-Democrat*, 23 de agosto de 1890.

¹²¹ «LISBON, Aug. 22 – *The Progressist journals here declare that the Anglo-Portuguese agreement relative to territory in East Africa is not satisfactory to the honor and interests of Portugal.*; «Not Satisfactory», *St Louis Post-Dispatch*, 22 de agosto de 1890.

¹²² «*It is quite possible, therefore, that in time the whole of the vast Portuguese possessions on the East Coast of Africa may pass into British hands in return for British gold tendered at a moment of pressing need at*



Figura 29 : *Brooklyn Daily Eagle*, 22 de agosto de 1890, p. 1



Figura 30 : *Daily News-Dealer*, 23 de agosto de 1890, p. 1

Lisbon.» «The Settlement with Portugal», *The New York Tribune*, 24 de agosto de 1890.

A 28 do mesmo mês, alguns jornais¹²³ publicam a opinião do parisiense *Le Siècle* e uma síntese dos comentários dos jornais progressistas de Lisboa. Para o primeiro, este Tratado torna as colónias lusas um protetorado britânico; para os segundos, trata-se de um texto que vai arruinar completamente os colónias portuguesas.¹²⁴

Se compararmos com o que podemos ler em alguns jornais de referência europeus nos últimos oito dias de agosto de 1890, as informações dadas pelos periódicos americanos relativamente a este Tratado anglo-português são deveras ínfimas.

Com efeito, só para dar três exemplos, o *Journal des Débats* faz uma síntese do Tratado¹²⁵; *Le Temps* publica um longo resumo do texto deste acordo entre Londres e Lisboa, além de dedicar todo o extenso editorial, na primeira página

¹²³ Cf. *The Scranton Republican*, *The Sun* de Nova Iorque, *The Philadelphia Enquirer*, *The Chicago Tribune*, *The New York Times*, todos de dia 28 de agosto.

¹²⁴ «PARIS, Aug. 27. — *The Siècle* says that the stipulation of England in the Anglo-Portuguese agreement, restraining Portugal from transferring African territory to another power without England's consent, constitutes a veritable protectorate over Portugal's African possessions. Portugal, the *Siècle* says, does not intend to cede Lourenço Marques to the Transvaal.

The Progressist journals in Lisbon say the Anglo-Portuguese agreement will ruin Portugal colonial interests and fatally affect the future commerce of Mozambique and Angola, especially of the latter place, where it will be possible to introduce contraband goods by using the free transit though the Barotse country.» *The Chicago Tribune*, 28 de agosto de 1890.

¹²⁵ «La convention anglo-portugaise», *Journal des Débats*, 23 de agosto de 1890.

de dia 24¹²⁶; o mesmo pode-se dizer do quotidiano de Bruxelas *L'Indépendance Belge* do dia anterior¹²⁷.

* * * * *

Mas passemos aos raros comentários publicados pelos jornais americanos¹²⁸ e que se debruçam sobre esta segunda fase da contenda luso-inglesa, da publicação do Tratado à formação do novo Governo a 14 de outubro de 1890.

The Daily Inter-Ocean, a 17 de setembro, menciona a mudança de uma cláusula do tratado que obriga Portugal a pedir o consentimento da Inglaterra, se quiser vender parte de uma colónia, medida que Londres quis incluir no Tratado para evitar que «outras potências europeias pudessem cercar as suas possessões na África do Sul». Esta «teimosia por parte de Portugal poderá provocar problemas» no traçado das fronteiras das colónias inglesas, alemãs e francesas em África, adverte o quotidiano do Illinois.

The New York Times que, como vimos, dá pouquíssimas informações sobre o Tratado de agosto, publica só dois editoriais sobre este conflito. A 8 de outubro, debruça-se sobre um «pedido de indemnização» por parte da Inglaterra porque, em 1889, o capitão Cardoso se apoderou de um barco da African Lakes Company. Este pedido de Londres, apresentado pelo ingleses num «momento inoportuno», foi «indevidamente negligenciado»

¹²⁶ Em *Le Temps* de 24 de agosto, este tema ocupa cerca de 35% da primeira página.

¹²⁷ 40 % da primeira página do quotidiano belga é consagrada a este tratado.

¹²⁸ Neste último capítulo, vamos analisar unicamente os comentários, cerca de dez, publicados pelas redações, sem ter em conta os telegramas vindos da Europa.

pelas autoridades lusas. O editorialista nova-iorquino dá um conselho às autoridades portuguesas : visto que em janeiro já cederam nos pontos essenciais face ao ultimato de Salisbury, não vale a pena agora regatear a propósito deste pequeno pormenor¹²⁹.

O segundo artigo é publicado cinco dias mais tarde e trata da formação do novo governo, depois de três semanas de crise política. O editorialista comenta os confrontos entre «a polícia e a população» numa cidade muito agitada, mas que não está na véspera de uma mudança de regime¹³⁰. Esta «excitação popular» tem a ver com o conflito luso-britânico, rememora o jornalista, que vê precisamente neste possível renascer da agitação antibritânica uma das dificuldades do próximo gabinete.



Figura 31: pequeno título na primeira página do *New York Times* de 17 de setembro de 1890

¹²⁹ «Since England insists on its settlement, Portugal, which has yielded as to the main contention, need hardly haggle long over this minor detail.»

¹³⁰ «This view, however, seems to have been based less on actual occurrences than on a belief that Brazil's course in establishing a republic had had a profound effect on Portugal, which would find early expression. But amid Cabinet making and breaking on the three weeks which ensued it became evident that no real occasion existed for a demonstration against the throne.» *The New York Times*, 13 de outubro de 1890.



Figura 32: *The New York Tribune*, 18 de setembro de 1890

Na mesma cidade, *The York Tribune* fala do difícil início do reino de D. Carlos¹³¹, mencionando até a hipótese de uma abdicação, em favor do seu filho ou do seu irmão Afonso, o favorito da D. Maria Pia, a Rainha Mãe. O rei tem dificuldades em encontrar um chefe do governo que, de qualquer forma, se encontrará perante duas «alternativas, ambas desagradáveis»: ou aprova o Tratado, desafiando o voto do Parlamento, ou renuncia a este acordo, tomando o risco de sofrer «represálias por parte da Grã-Bretanha». Além disso, D. Carlos tem de enfrentar as pretensões de D. Miguel, o conflito entre a tropa e a polícia e a ameaça republicana: assinalam-se manifestações nas principais cidades do país e desfiles quotidianos de estudantes em Lisboa que «gritam a favor da abdicação do rei e pelo estabelecimento de uma república». «Portugal está numa situação extremamente crítica e o rei, em precárias condições de saúde, encontra-se perante uma encruzilhada. É o mínimo que se pode dizer», conclui o editorialista.

¹³¹ «The troubles of Portugal», *The New York Tribune*, 9 de outubro de 1890.

Nos restantes artigos, os temas tratados são essencialmente dois: as ambições desmedidas de uma país militarmente fraco e que continua a sonhar com o seu glorioso passado e a ameaça republicana.

«O povo português tem dificuldade em convencer-se que a riqueza e a influência da antiga Lusitânia» pertencem ao passado, afirma o *New York Star*¹³². O quotidiano considera que as condições mudaram bastante: Portugal é militarmente fraco e não pode rivalizar com as grandes nações coloniais. Por conseguinte, a agitação popular contra o Tratado é uma luta contra o «inevitável» e não vai «levar a nada», sublinha o jornal, segundo o qual «as exigências de Portugal são insustentáveis». O Governo e o rei já tomaram conta da realidade «há muito tempo». Em breve, o povo irá perceber que o caminho escolhido pelo Executivo era o único possível. Por conseguinte, em África, Portugal vai «ter de se contentar [...] das migalhas que caem das mesas das maiores potências europeias.», conclui o editorialista.

Este «descontentamento popular» não tem muita razão de ser, sublinha *The Washington Post*: os portugueses «não têm interesses práticos em África», não são um povo comercial. Quatro séculos desta «chamada ocupação» não fizeram dele um povo colonizador. Este descontentamento é «principalmente sentimental» e apoia-se no período das Grandes Descobertas¹³³. No fundo, o povo sempre

¹³² «The people of Portugal find it hard to convince themselves that the wealth and influence of ancient Lusitania no longer pertain to them. They look back with many a sigh upon their national glories of the fifteenth and sixteenth centuries, and in their present enfeebled condition vainly struggle against the inevitable.» Citado pelo *Atloona Times* de 20 de setembro de 1890.

¹³³ «Their dissatisfaction, Therefore, rests upon grounds that are mainly sentimental. It reaches back to and rests upon the traditions of that

considerou que esta zona africana era sua e, por conseguinte, um acordo que lhe tirasse mesmo uma parte deste território é considerado como «humilhante para o orgulho nacional».

O jornalista estigmatiza a política colonial portuguesa em Moçambique. Chegaram sim em 1497, mas sem terem feito nada desde então, à parte terem criado dois postos no rio Zambeze, agora em ruínas, e terem favorecido o comércio de escravos. Os métodos opressivos dos Portugueses provocaram permanentes conflitos com os nativos e, por conseguinte, impediram uma colonização do interior das terras onde não houve progresso nenhum. Por outras palavras, os portugueses não contribuíram muito para o desenvolvimento e a prosperidade dos africanos. O editorialista realça o facto da disputa com Londres ser só sobre o país do Macololos: Portugal continua a ter um vastíssimo território com muitas potencialidades em África e isto ninguém põe em causa¹³⁴. A Grã-Bretanha vai ficar com que é seu e isso é muito positivo para o desenvolvimento dos transportes fluviais, para o comércio, alegra-se o jornalista da capital americana¹³⁵.

splendid era of Portuguese seamanship and discovery, courage and cruelty, in which, as Columbus added to the wealth, empire, and glory of Spain, Vasco de Gama made Portugal rich, powerful, and territorially great.». “Portugal in Africa», *The Washington Post*, 21 de setembro de 1890.

¹³⁴ «It is to be borne in mind that, so far from being driven from Africa, Portugal has in the Dark Continent about 500 000 square miles of undisputed territory, stretching along both the eastern and western coasts, and affording magnificent opportunities for the exercise of any genius her people may possess for colonial or commercial development.» *Ibidem*.

¹³⁵ «That will mean for Africa the opening up of commerce, the early suppression of the slave trade, and the introduction of the agencies of civilization. It will eventually mean railroad and telegraph lines and systems and a continuous waterway that shall connect the mouth of the

«A crise em Portugal» é o título do artigo do *New York Tribune* de dia 18 de setembro no qual resume as causas da demissão, na véspera, do gabinete de António Serpa de Pimentel. «É difícil saber até onde chegará a agitação popular», adverte o jornal, que emite a hipótese de uma república «estabelecida por uma revolução triunfante nas ruas de Lisboa». Na conclusão do comentário, o diário novaiorquino lembra, no entanto, que no Parlamento há unicamente cinco deputados republicanos:

Por conseguinte, parece altamente improvável que este grupo de cinco republicanos possa influenciar a maioria dos seus colegas para que votem na abolição da monarquia em Portugal.

O *Buffalo Morning Express* também sublinha a fraca presença republicana no Legislativo português, mas acha que a sua influência é muito maior do que pode indicar este número¹³⁶. Comenta a seguir a demissão do gabinete, aceite por D. Carlos, e analisa a agitação nas ruas de Lisboa. Os republicanos acusam o rei e o Executivo de ter «vendido o país à Inglaterra», o que é falso, sublinha o diário, segundo o qual o monarca está ainda no poder porque as tropas continuam fiéis ao regime¹³⁷. No entanto, com os soldados «contaminados pelo republicanismo», o editorialista não

Congo on one side of the continent and the mouth of the Congo on one side of the continent and the mouth of the Zambezi on the other with the outlet of the Nile into the Mediterranean Sea.» Ibidem.

¹³⁶ «There are only five Republicans among the one hundred and seventy-one members of the Portuguese Cortes, but each of those five seem to have the influence of a score of men just now.» «Portugal's Crisis», *Buffalo Morning Express* 19 de setembro de 1890.

¹³⁷ «If it were not that the troops have so far remained loyal, King Carlos might have found himself in Dom Pedro's predicament almost any time during the last day or two.» Ibidem.

exclui um derrube dos Bragança, mesmo a curto prazo. O jornal pensa que «seria uma pena» ver uma república instalada com a força e com derramamento de sangue, porque isso provocaria insatisfação e instabilidade. Neste período de crise, seria melhor seguir o exemplo do Brasil e esperar mais uns anos, do que assistir «agora a uma revolução impetuosa e sangrenta»¹³⁸, acrescenta o diário da cidade de Buffalo.



Figura 33: *The Philadelphia Enquirer*, 19 de setembro de 1890

The Decatur Herald debruça-se sobre as probabilidades de uma mudança de regime em Lisboa. Segundo este quotidiano do Estado do Illinois, com a influência da vitória republicana no Brasil e com a agitação após o Tratado de 20 de agosto, a probabilidade «de uma revolução» republicana parece ter ganho mais força¹³⁹. Isso

¹³⁸ «A calm spirit and an earnest purpose, such as were shown in Brazil, produce the best result in a crisis like this. Better a few more years of monarchy than a hot-headed and bloody revolution now, with danger that the republic so established will be unstable and unsatisfactory.» Ibidem.

¹³⁹ «The successful establishment of the Brazilian republic had had a perceptible effect on the progress of republican ideas in Portugal and the

não deixará de ter consequências em Espanha onde os «radicais são muito fortes». O jornalista prevê também dificuldades para a Tríplice Aliança:

Com Portugal, Espanha, França e a Suíça e com o governo liberal inglês, que é praticamente uma república, a Europa Ocidental terá uma frente republicana que vai provocar desânimo e, em última análise, problemas à monárquica e despótica Tríplice Aliança.

Em setembro, *The Times* de Filadélfia publica unicamente três telegramas e nenhum editorial sobre os recentes acontecimentos portugueses. No entanto, a 19, insere esta pequena nota satírica, que está muito longe da preocupação dos manifestantes e dos dirigentes portugueses da altura:

Há uma crise em Portugal. No entanto, a grande especialidade daquele país, o Vinho do Porto, o mesmo de sempre, vai continuar a ser exportado para o New Jersey e para a Califórnia¹⁴⁰.

radicals have taken advantage of the recent treaty with England, by which large Portuguese possessions are surrendered to that country, to stir up what appears to be gaining strength as a revolution with possible republic in view.» The Decatur Herald, 20 de setembro de 1890.

¹⁴⁰ «A presença do vinho do Porto no mercado norte-americano foi sempre bastante limitada quanto à quantidade, ainda que talvez tenha sido o vinho mais consumido na segunda metade do século XIX e a primeira do século XX (1868-1945). Esta aparente contradição explica-se, logicamente, através da produção de uma qualidade de vinho que cobria, com o mesmo nome, a possível procura do produto do Douro Português no mercado dos Estados Unidos.» (CRITZ, 1997, p. 123). Em 1891, o vinho do Porto representa 61 % do total da produção de vinhos generosos californianos. *Ibid.*, p. 139.

Nota final

Acontecimento importante da História portuguesa do final do século XIX, a crise anglo-inglesa de 1889-1890 suscita o interesse da imprensa norte-americana, nomeadamente de meados de 1889 até finais de janeiro do ano seguinte. Nos Estados Unidos, a imprensa dedica-se principalmente à política interna. Por conseguinte, o conflito entre as duas nações aliadas ocupa menos espaço na imprensa americana do que nos principais jornais do Velho Continente.

Tanto o já citado estudo de Vítor Lopes, quanto a nossa tese de doutoramento, assim como as sondagens efectuadas na imprensa italiana, belga e espanhola, provam que a esmagadora maioria dos órgãos de imprensa destes países são favoráveis a Portugal.

Os periódicos norte-americanos são menos unânimes nesta matéria. Sem entrarmos em pormenores, se uma parte dos analistas apoia Portugal ou tenta ter uma atitude equidistante, vários jornais americanos dão razão à Inglaterra quando esta defende os seus interesses em África. Estes jornalistas apoiam claramente a Grã-Bretanha, cuja política colonial é mais eficaz e que consegue, segundo eles, atuar em favor da civilização. Numerosas são as críticas, por vezes virulentas, da política colonial do governo de Lisboa. Estes editorialistas acusam Portugal de não ter feito nada em África, de ter favorecido o comércio de seres humanos e de ter usado métodos violentos para com os nativos. Além disso, censuram o facto de Lisboa ter começado a reclamar estes territórios contestados, só depois da chegada dos ingleses nesta região africana. Na opinião destes analistas, não é porque Portugal descobriu estas costas africanas por volta de 1500, que tem o direito inabalável de ocupar todas estas zonas no sul do Continente Negro.

Nenhum artigo analisado neste estudo põe em questão se a atitude do Governo de D. Carlos atuou corretamente, depois de ter recebido a missiva de Salisbury, cedendo imediatamente às exigência de Londres.

Alguns diários mencionam a eventualidade de um conflito armado entre os dois países ainda aliados mas, no fundo, trata-se unicamente de uma guerra virtual. Com efeito, a força está do lado da Inglaterra, insistem os editorialistas norte-americanos. O «pequeno» Portugal nem sequer deve considerar a hipótese de entrar em conflito bélico com a maior potência naval do mundo.

Vimos como uma parte dos jornalistas americanos estigmatizam a avareza, a procura desenfreada do lucro e a arrogância da Inglaterra. Estes lamentam também o desprezo com que os ingleses trataram e tratam o seu antigo aliado. Acusam-na de querer apoderar-se de muitos territórios, e de alguns só pelos simples facto de algum inglês lá ter posto os pés. Por outro lado, sublinham que a Grã-Bretanha não atua da mesma maneira quando se trata de enfrentar, por exemplo, a Alemanha ou a Rússia. Na opinião destes jornalistas, é só com a força e não com o direito que a Inglaterra consegue aquilo que quer.

As numerosas manifestações e a onda antibritânica que se propagam nas principais cidades portuguesas nas primeiras semanas de 1890 e em setembro do mesmo ano provocam reações do outro lado do Atlântico. Muitos analistas acham ridículas as vociferações contra os ingleses. Segundo alguns, tudo isto revela uma espécie de frustração entre o passado glorioso da época dos Grandes Descobrimentos, que faz parte do imaginário coletivo, e a dura realidade dos últimos anos do século XIX. Com efeito, Portugal já não pode rivalizar com as grandes potências europeias e tem todo o interesse em ficar em bons termos

com o Reino Unido sem o qual, notam alguns editorialistas, já não seria um estado independente.

Quanto ao boicote económico, isso não parece prejudicar muito a Grã-Bretanha. Quando a tensão baixar, sublinham vários artigos, os portugueses aperceber-se-ão novamente que, no comércio, o que conta é auferir proventos e que os ingleses até são bons clientes. Uma minoria de jornalistas dá uma excessiva importância a estas medidas económicas anti-inglesas e até imaginam que empresas francesas e americanas possam tirar proveito deste boicote, e tomar o lugar dos ingleses.

Sabemos que o Governo de Lisboa pede a intervenção mediadora das potências que assinaram o Tratado de Berlim de 1885 para que haja uma negociação entre Portugal e a Grã-Bretanha. A maioria dos quotidianos americanos analisam com clareza esta eventualidade. Indicam, e com razão, que nenhuma nação europeia quer irritar Londres e intrometer-se nesta contenda. Só pouquíssimos jornais esperam uma intervenção de Bismarck, mas é sabido que o Chanceler alemão nada fez em favor da causa portuguesa.

Estes acontecimentos põem em primeiro plano a eventualidade de uma mudança de regime. Vimos como o Partido Republicano Português tenta aproveitar-se desta crise para atacar o regime. Quase todos os analistas americanos exprimem o desejo que, a médio ou longo prazo, Portugal seja uma república. Porém, uma parte dos observadores não prevê que os Bragança estejam a correr o risco imediato de perder o trono em Lisboa, poucas semanas depois da queda de D. Pedro II no Rio de Janeiro. Alguns jornalistas até julgam prematura esta chegada ao poder dos republicanos em terras lusas. Segundo eles, seria melhor esperar por uma melhor oportunidade. Por outro lado, alguns analistas estão quase certos que a monarquia

portuguesa tem os dias contados e publicam opiniões mais alarmistas a esse respeito, falando mesmo de um clima favorável à causa republicana.

Os olhares da imprensa norte-americana sobre esta crise interna portuguesa, provocada, como explica Nuno Severiano Teixeira, por razões de política externa, dão uma visão relativamente completa desta página da história portuguesa. Isso tem a ver com a variedade de opiniões dos periódicos aqui referidos.

Podemos realçar o facto de que nenhum aspecto importante desta profunda crise é negligenciado pelos analistas do outro lado do Atlântico: o ponto de vista dos dois executivos, das opiniões públicas de ambos os países e das grandes potências europeias. São também analisados os aspetos económicos, as relações de força entre Londres e Lisboa e entre as nações do Velho Continente, sem esquecer a importância que têm, para os portugueses, as Grandes Descobertas do início da Época Moderna.

Os povos africanos são os grandes ausentes desta documentação jornalística. Com efeito, poucas são as referências aos povos nativos, como tivemos a oportunidade de constatar na nossa análise da imprensa helvética (MONICO, 2005, p. 73).

Encontrámos alguns comentários irónicos, alguns dos quais se referem ao vinho do Porto. Esta bebida torna-se uma espécie de símbolo, de cliché e, também, uma arma de dois gumes. Vimos como, para um jornal, o boicote português pode prejudicar os ingleses que já não terão o vinho do Porto; para outro diário, pelo contrário, são os portugueses que irão sofrer as consequências porque estarão na obrigação de beber muito mais.

Estes dois exemplos a propósito do vinho do Porto dão-nos duas interpretações totalmente opostas. Representam de um certo modo a opinião multifacetada e,

por vezes, contraditória, dada pelos órgãos de imprensa norte-americana a propósito do *Ultimatum* inglês de 1890, objeto deste nosso estudo.

3. *A Federação e o Ultimatum de 1890*

A 4 de janeiro de 1890, *A Federação* publica as primeiras notícias sobre este conflito diplomático luso-britânico. A folha de Porto Alegre, copiando ou parafraseando outros jornais, fala da nota de protesto de Salisbury «contra a organização administrativa do distrito de Zumbo», em Moçambique e «contra a ocupação de outros territórios que a companhia real inglesa deseja incorporar nos seus estados feitos à pressa.» O diário refere-se também à rápida resposta, «em termos cordatos mas enérgicos», de Lisboa, que defende os direitos portugueses nesta zona do continente africano. Na mesma primeira página, o jornal menciona também o desejo que seja convocado um «congresso internacional» na capital portuguesa com o objetivo de resolver esta questão. Como já vimos, este projeto nunca se realizará.

Folheando as páginas do diário sul-rio-grandense dos primeiros dias depois do *Ultimatum*, encontram-se informações raras e parciais, as quais não permitem ao leitor de ter uma ideia completa dos principais acontecimentos. A seguinte nota, sem nenhum comentário, é publicada só na edição de dia 15. Trata-se de dois telegramas enviados do Rio na véspera:

Está terminado o conflito suscitado entre Portugal e a Inglaterra, havendo aquele renunciado à sua pretensão à zona africana, mediante condições estipuladas. [...]

Têm ocorridos grandes tumultos em Lisboa. O povo, indignado pela fraqueza do governo, apedrejou o consulado inglês. Estão reunidos em sessão permanente os clubes políticos. O ministério apresentou pedido coletivo de demissão, havendo sido chamado o sr. Serpa Pimentel, do grupo regenerador [para formar um novo governo].

Fala-se da renúncia de Portugal «à sua pretensão à zona africana», mas nem sequer citam as exigências de Salisbury contidas na missiva entregue pelo ministro britânico a Barros Gomes a 11 de janeiro.

Nos dias seguintes, o quotidiano limita-se a publicar alguns telegramas: sobre a formação do novo governo português a 17; sobre a renúncia da ordem da Jarreteira por parte de D. Carlos e da medalha da guerra de Crimeia por parte do Duque de Palmela a 18. A 22, um telegrama fala duma manifestação na capital espanhola «em favor de Portugal» e outro refere-se à tentativa do governo de Lisboa de obter a intervenção das «potencias estrangeiras»; a 23, *A Federação* menciona a simpatia da imprensa russa, francesa e espanhola pela causa portuguesa.

Estes telegramas, assim como os despachos, dão uma visão muito parcial e incompleta do que se está a passar em Portugal, no dia 25 sobre o estado de sítio e as manifestações de «quatro mil negociantes» nas ruas de Lisboa e no dia 27 sobre a «excitação popular» na capital portuguesa.

É só na terça-feira dia 28 de janeiro que o diário de Porto Alegre começa a publicar na primeira página uma rubrica intitulada «Portugal-Inglaterra» ou «Questão da Zambézia», na qual, além de breves comentários, cita despachos vindos sobretudo da capital lusa, via Rio de Janeiro. A partir desse número, os leitores já têm uma informação mais clara sobre o desenrolar dos acontecimentos, como o reconhece implicitamente o articulista nessa mesma data:

Pelos despachos telegráficos transmitidos pelo nosso correspondente com relação a esse importantíssimo fato, estão os nosso leitores mais ou menos orientados do estado das relações entre as duas nações.

No intuito, porém, de mais detalhadamente pormos o público ao corrente de tudo, passamos a transladar para as nossas colunas, em resumo, as notícias telegráficas a tal respeito publicadas nos jornais ontem recebidos da capital federal.

No início do artigo, o comentário da redação é muito pessimista:

Caminha para um desenlace fatal, tornando-se inevitável um rompimento formal entre os dois países, a questão sobre propriedade territorial suscitada entre Portugal e Inglaterra. Os horizontes políticos das duas nações começam a nublar-se, a empalidecer a estrela da paz, pressagiando uma guerra medonha, na qual o direito da força assinalará ao vencedor, talvez não sagrado pela força do direito, a posse do território disputado

Nesta página, encontram-se sobretudo as informações enviadas de Lisboa de 12 as 16 de janeiro¹⁴¹, que falam das condições impostas no *Ultimatum*, da demissão do governo de José Luciano de Castro, da nomeação do novo executivo, dos protestos populares e dos comerciantes. Podemos ler também um telegrama enviado por portugueses residentes no Rio de Janeiro:

¹⁴¹ Reparar-se-á que, na altura, as notícias de Portugal chegam ao Rio Grande do Sul cerca de dez a quinze dias depois e, por vezes, mais do que três semanas.

O Século.— Lisboa.— Grande número de portugueses protestam, em nome da pátria, contra a solução aviltante da questão africana.

Os direitos de Portugal, postergados pela inépcia diplomática, não devem expor-se à pilhagem da pirataria inglesa. Agitem a questão. Repitam o nobre exemplo de Lourenço Marques.

Abaixo o domínio da força. Justiça pela pátria.

Honremos a obra de Capelo, Serpa, Ivens, Cardoso e outros infatigáveis reivindicadores.

É dois dias mais tarde que é publicado o único editorial que o jornal de Porto Alegre dedica ao conflito luso-inglês¹⁴². Este texto exalta o heroísmo lusitano, a alma do povo português que, contrariamente à classe política, consegue defender a honra e a dignidade nacional, manifestando a sua indignação nas ruas das cidades portuguesas:

Se é verdade que governos fracos hão, desde muito, sacrificado as nobres aspirações da alma portuguesa, não é menos certo que a recente explosão popular vale, por si só, o inteiro resgate de passados erros.

A nação que rasgara o caminho das Índias, que levara as suas gloriosas quinas a «mares nunca dantes navegados», tinha o direito de exigir dos seus filhos o patriotismo de que acabam de dar ruidoso exemplo.

Essa digna atitude de um povo em delírio é bastante para lavar a mácula da fraqueza do governo, que não soube ser órgão, no momento de perigo, da pátria cujos destinos presidia.

Qualquer seja a sorte da nação portuguesa, na luta de honra que acaba de empenhar a sua bandeira, está seguramente lavada da afronta estrangeira a pátria lusitana.

¹⁴² «O heroísmo português», *A Federação*, 30 de janeiro de 1890.

Segundo o editorialista, existe uma forte comunhão entre as duas nações lusófonas. Por conseguinte, os brasileiros não podem ficar de mãos cruzadas: têm de manifestar a «inteira solidariedade à nação amiga» e tomar iniciativas para não abandonar Portugal perante as ameaças de uma guerra contra a Grã Bretanha:

Ainda mais: não basta que acompanhem com as nossas aclamações essa digna explosão patriótica, senão que tomemos por empenho de honra a defesa da pátria portuguesa, como se viramos ameaçados de serem violentamente quebrados os esteios do lar de nossos avós. Que a família brasileira, pois, se creia também ameaçada, e saiba prestar o concurso do seu sacrifício em prol da pátria que foi o berço de sua pátria.

Se o governo de Londres ficar inflexível, um conflito parece provável, conclui o analista. Este, obnubilado pelo seu lirismo patriótico, confia na «heroicidade do povo português» que conseguirá manter «as duas possessões conquistadas com as quilhas de suas naus».

O editorial anuncia para a tarde deste mesmo dia 30 de janeiro, por iniciativa do cônsul português, uma reunião da colônia lusa na cidade rio-grandense «afim de deliberar sobre o modo de concorrer eficazmente para a justa reparação nacional.» No edição de sábado dia 1 de fevereiro, podemos ler o apelo redigido por «uma comissão composta por membros da colônia portuguesa» de Porto Alegre «à imprensa e aos seus compatriotas». Os quinze assinantes agradecem o grande apoio à causa portuguesa manifestado pelos órgãos de imprensa da capital do Rio Grande do Sul e pede-lhes que publiquem o apelo dirigidos aos portugueses:

AOS PORTUGUESES

Cremos ser inútil exortar-vos e encarecer com palavras a gravidade do momento. A pátria foi ultrajada, a pátria sofre, a pátria precisa de nós. Se lhe não podemos levar a auxilio de nosso braço, levemos-lhe o último ceitel de nossos haveres. Não ficaremos pobres.

Quando a alma se eleva e se inflama no sacrossanto amor da pátria, a vontade e o esforço operam maravilhas.

O que uma grande catástrofe nos rouba, cedo se readquire pelo esforço e pela vontade. Venha a dádiva do rico e a migalha do pobre. Na significação ambas serão iguais. O património glorioso herdado de nossos antepassados, precisamos de o transmitir intacto a nossos descendentes. Se, no Brasil, a moderna geração portuguesa se revê com orgulho e bendiz o esforço heroico dos que, no século décimo sétimo, arcaram, sós e desamparados com o poderio da Holanda, assim nossos descendentes também nos abençoarão um dia, por termos salvado das garras do leopardo britânico essa região destinada a perpetuar na história e a dilatar no mundo a raça portuguesa.

Na mesma página, são transcritos telegramas datados de 17 a 23 de janeiro, copiados dos jornais do Rio de Janeiro que acabaram de chegar à redação do jornal. Encontram-se, entre outras notícias, informações sobre os protestos de rua, sobre o envio a Londres de representantes da colónia inglesa de Lisboa «afim de solicitar do gabinete de Saint James moderação na questão anglo-portuguesa», sobre as tentativas do governo português para obter uma mediação das grandes potência ou sobre uma grande manifestação em Madrid.

A imprensa lisboeta menciona também as iniciativas vindas da sua ex-colónia:

Tem sido muito apreciada a atitude patriótica de nossos irmãos residentes nesse belo e progressista país, provocando verdadeiro entusiasmo todas as vezes que as

folhas publicam os nomes dos beneméritos que, com a maior espontaneidade, concorrem com quantias avultadas para a desafronta da honra da pátria.

Nestes telegramas, fala-se do boicote aos ingleses e às suas mercadorias:

O povo obrigou as casas inglesas a fecharem, forçando também algumas casas nacionais a retirarem das vitrines os géneros ingleses expostos.

Uma casa de comestíveis, próxima ao arsenal da marinha, foi apedrejada pelos aspirantes, por conservar expostas latas de biscoitos Bright.

Ainda não satisfeitos, os mesmos aspirantes apoderaram-se das latas, esvaziando-as no meio das ruas.

A imprensa inglesa aconselha represálias, declarando em artigos furibundos que os portugueses, dando provas de semelhante raiva impotente, bem mostravam que descendiam de uma raça de traficantes de escravos, palavras textuais.

Nos dias e semanas seguintes, *A Federação* continua a publicar a intervalos mais ou menos regulares, e sempre com uma dezena de dias de atraso, os telegramas enviados de Lisboa. No entanto, é só a 11 de fevereiro que dá um relato pormenorizado dos acontecimentos de dia 12 do mês anterior na capital portuguesa, logo depois de serem conhecidas a missiva de Salisbury e a resposta do governo de D. Carlos. Por conseguinte, os leitores do quotidiano de Porto Alegre tomam conhecimento do texto do *Ultimatum* e do início dos protestos populares só um mês depois¹⁴³.

¹⁴³ Os parisienses *Le Temps* e o *Journal des Débats*, tal como os quotidianos de Viena, *Neue Freie Presse* e *Das Vaterland*, entre outros, publicam a tradução completa do texto do *Ultimatum*, na quinta-feira dia 16 de janeiro.

O jornal de Porto Alegre transcreve, sem os comentar, os telegramas enviados do Velho Continente que falam das iniciativas do governo de Lisboa, da atitude do executivo inglês, da cólera e da indignação popular, das tentativas de boicote económico, das greves aos cursos de inglês ou, também, da opinião de jornais europeus.

Estes temas já foram tratados no primeiro capítulo deste livro. Mas citamos aqui as notícias que se referem à mobilização prevista em favor de Portugal no caso de um conflito bélico com a Grã Bretanha:

No dia 14 foram expedidos do Rio de Janeiro para o governo português os seguintes telegramas:

«António de Serpa Pimentel, Lisboa — Ofereço para a defesa da pátria do meu pai 2 000 libras, caso território Portugal seja ameaçado. — *Conde de S. Salvador de Matozinhos.*»

«António de Serpa Pimentel, Lisboa — Ponho à disposição do governo 1.000 libras, caso Portugal tenha que desafrontar pelas armas a sua honra ofendida pela Inglaterra. — *Joaquim Cerqueira.*»

«António de Serpa Pimentel, Lisboa — Ofereço 1.000 libras precisando Portugal desafrontar-se pelas armas. — *José Francisco Correa.*» (1 de fevereiro)

Segundo lemos na *Pátria* de Pelotas, o sr. António Afonso Monteiro, negociante daquela praça, enviou ao vice-consulado de Portugal 100 libras para a defesa do território daquele reino, em caso de guerra com a Inglaterra. (1 de fevereiro)

Em Belém, capital do Estado do Pará, houve a 9 do corrente uma grande reunião de portugueses, na qual ficou resolvido se abrir uma subscrição para auxiliar Portugal, em caso de guerra, e retirar-se todos os pedidos de mercadorias inglesas.

Os súbditos portugueses residentes no Rio de Janeiro, reunidos no Clube Ginástico Português, nomearam uma comissão para tratar da organização do batalhão patriótico que deve partir quanto antes para a África. Era já bastante crescido o número de portugueses alistados. (24 de fevereiro)

Na cidade de Casa Branca, S. Paulo, reuniu-se há dias, a colônia portuguesa, afim de resolver os meios de prestas à Lusitânia o auxilio indispensável para a desafronta de sua dignidade.

O dr. Aristides Serpa, médico, e o capitão João António Vieira, tabelião, ofereceram-se para marchar com o primeiro contingente patriótico que partir para Portugal, prestando ambos os seus serviços àquela nação ultrajadas.

Abrindo-se em seguida uma subscrição, atingiu ela em poucos minutos a 5:375\$000. (26 de fevereiro)

Em Porto Alegre, a comissão constituída pela colônia portuguesa publica um anúncio na terça-feira dia 11 de março para indicar os cinco locais onde se fazem os donativos que tem um «caráter de absoluta espontaneidade.»

O jornal cita o exemplo de dois artistas brasileiros que se interessam por esta disputa anglo-lusa. A 22 de fevereiro, o quotidiano porto-alegrense cita o que se passou, duas semanas antes, num teatro da capital:

No dia 7 do corrente, em um teatro do Rio de Janeiro, o ator Matos, para ser agradável ao seu colega Peixoto, representou um inglês na cena-cômica *João Pires e João Bull*. Antes de principiar a tal cena, apresentou-se comovido ao publico, pedindo que atendesse à sua posição de ator: só para servir ao seu colega aceitara o falso título de *inglês*, mas que toda a sociedade presente se convencesse de que era ele um bom patriota e leal português.

Escusado será dizer que foi calorosamente aplaudido.

A 5 de março, *A Federação* anuncia para o domingo seguinte, a representação do artista Bernardo Lisboa. O tema tratado é mais uma prova do impacto que tem, em terras brasileiras, a contenda entre Londres e Lisboa :

Além do excelente drama *Os enjeitados*, em que Lisboa faz brilhantemente o papel de protagonista, será representado um quadro alegórico, por ele composto, referente à questão entre Portugal e Inglaterra.

Esse entreato é escrito em versos rimados, sendo nele representadas as diversas nações que intervieram com a sua opinião sobre o conflito anglo-português.

O assunto acha-se tratado com bastante maestria e colorido, pelo que temos convicção de que constituirá um elemento de ruidosos aplausos para o seu autor.

Porém, como refere uma nota publicada pelo quotidiano porto-alegrense a 8 de março, o governador do estado, proibirá a representação deste «quadro alegórico *Portugal e Inglaterra*», programado para a cena do teatro S. Pedro¹⁴⁴, mas esta medida administrativa não vai prejudicar o espetáculo:

O beneficiado foi ruidosamente festejado durante a representação da peça, ficando por vezes o palco juncado de flores.

Alguns membros da colônia portuguesa, à qual foi dedicado o espetáculo, ofereceram àquele artista um rico anel de brilhantes e uma bem trabalhada coroa de louros, que devia ser colocada em sua cabeça por ocasião da exibição do quadro alegórico *Portugal e Inglaterra*. (11 de março)

¹⁴⁴ Cf. Anexo.

Em Pelotas, é um pintor que se debruça sobre esta temática:

O hábil artista pelotense sr. Guilherme Litran acaba de executar, em quadro a óleo, o busto do Serpa Pinto, uma das glórias do velho Portugal.

O trabalho, segundo a imprensa daquela cidade, recomenda-se pela fidelidade e firmeza de execução. (6 de fevereiro)

Como já referimos, o essencial das notícias sobre o Ultimatum publicadas pela Federação é constituída por despachos vindos da Europa, principalmente de Lisboa, de resumos e/ou de citações de artigos publicados pelos jornais europeus sobre este conflito diplomático. No quadro deste pequeno estudo, não nos parece necessário entrar em pormenores na medida em que estes textos nada nos dizem sobre a opinião do jornal de Porto Alegre que os transcreve sem os analisar. No entanto, vamos analisar como *A Federação* fala das medidas repressivas do governo de Serpa Pimentel a 11 fevereiro, as quais constituem o início do contra-ataque do executivo contra os protestos de rua.

O quotidiano porto-alegrense dá um certo espaço a estes acontecimentos, contrariamente à maioria dos jornais europeus. Por um lado, publica dois telegramas a 13 e a 17 de fevereiro:

Rio, 13 O governo português tomando medidas extraordinárias para reprimir o grande movimento republicano que se está acentuando dia a dia. Entre muitas pessoas presas por causa do movimento, contam-se Manuel de Arriaga a Jacinto Nunes, metidos a bordo da *Vasco da Gama* para serem deportados para a Índia.

Rio 15 Continua a tomar extraordinário incremento a agitação republicana em Lisboa. Estão proibidos os *meetings*,

as patrulhas foram reforçadas e as tropas acham-se de prontidão nos quartéis.

Tem havido numerosas prisões, sendo suprimidos os jornais oposicionistas.

Por outro lado, mas só depois de três semanas durante as quais nada diz sobre estes factos, o diário de Porto Alegre debruça-se sobre este assunto, inserindo, a 8 de março, na primeira página um artigo do jornal de Lisboa *O Dia*¹⁴⁵, que dá um relato pormenorizado «dos graves acontecimentos políticos passados em Lisboa a 11 de fevereiro».

O jornalista português fala sobretudo da intervenção da polícia, da guarda municipal, da infantaria e da cavalaria. Com efeito, o governo de D. Carlos mobiliza muitas forças para impedir uma reunião no Coliseu. Consegue afastar a multidão em frente do local, como também dispersa a multidão no Rossio e bloqueia o acesso à estátua de Camões e até retira «uma coroa de palha com fitas de papel» que «um grupo de populares» tinha posto «no pedestal da estátua de D. José. Em frente da redação de *O Século*, do Teatro D. Maria, do Banco de Portugal, do consulado inglês e também no Terreiro do Paço, as forças policiais e militares marcam uma forte presença. Neste dia, muitas pessoas, 131 segundo o jornalista do diário lisboeta, são presas e embarcadas «em vasos de guerra». Não podemos esquecer que os leitores sul-rio-grandenses podem ler este relato quase um mês depois destas fortes medidas de repressão do governo de Portugal, como lerão só a 22 de março o abaixo assinado, escrito a bordo do *Vasco da Gama* a 19 de fevereiro por Manuel de Arriaga e José Jacinto Nunes, presos durante a repressão de dia 11.

¹⁴⁵ O artigo do quotidiano lisboeta é provavelmente de dia 12 de fevereiro.

A 24 de março, A *Federação* publica um resumo dos mesmos acontecimentos, desta vez baseando-se num artigo do quotidiano republicano *O Século*. Por conseguinte, o tom é ainda mais crítico para com a polícia, acusada de cometer violências e arbitrariedades:

O aspeto e os modos dos polícias eram provocadores, mas, da parte do povo houve sempre o maior sossego, refere *O Século*, e foi assim em absoluta tranquilidade, que cerca das 3 horas, todo o povo que ali estava, cerca de 2 a 3.000 pessoas, espontaneamente se incorporou a acompanhar Jacinto Nunes, Manuel de Arriaga, Consiglieri Pedroso e outros, que se retiravam, vendo que se não podia realizar a reunião.

À praça de D. Pedro, para fazer dispersar o povo, Arriaga subiu a um banco e, dando um *viva à pátria*, disse — Povo: o governo saiu da lei proibindo a nossa reunião. Conservemo-nos dentro dela, protestando contra os que a violaram.

Jacinto Nunes proferiu também algumas palavras no mesmo sentido.

O povo, entusiasmado, aplaudiu os dois oradores.

Mas não foi preciso para dar-se começo à série de arbitrariedades que a polícia estava ansiosa por cometer.

Uma força da polícia interveio, correndo. O povo foi maltratado. A torto e a direito começaram as prisões.

No dia seguinte, o artigo, que também se debruça sobre a atitude das forças policiais portuguesas em meados de fevereiro, é inspirado pela leitura dos jornais acabados de chegar. Aqui, o jornalista brasileiro não se limita a citar os seus colegas portugueses:

Os jornais que recebemos pelos vapores que aportam ao nosso porto vêm repletos de noticias referentes aos desmandos praticados pelo governo português que, com as

suas arbitrariedades e ilegalidades, está antecipando naquele país o advento da República.

Este artigo, publicado na segunda página na terça-feira dia 25 de março, denuncia-se « a prepotência policial» para com os prisioneiros e a dissolução da Associação Acadêmica de Lisboa:

Os beaguins encarregados dessa dissolução entraram covardemente no edifício, remexeram os papéis e gavetas, quebraram vidros e praticaram os atos mais indignos, tudo à ordem do comissário Pedroso Lima, disseram eles. [...] No dia 15 tomaram conta dos fundos, papéis e mobília dos estudantes.

O jornal critica o diretor da Escola, Andrade Corvo, a polícia que usou uma «força enorme» e a falta de bom senso do chefe da guarda municipal, o Sr. Celestino, «capitão tarimbeiro — que são os que servem para estas ocasiões —».

Além do editorial que já analisamos, esta é uma das poucas vezes em que o jornal porto-alegrense exprime diretamente a própria opinião, embora a escolha dos artigos e dos despachos dos quais já falámos não pode deixar dúvidas sobre a opinião do quotidiano.

* * * * *

Durante os três primeiros meses de 1890, *A Federação* publica muitas notícias sobre a disputa luso-inglesa. A maioria dos artigos é constituída por notícias vindas de Lisboa e por citações de jornais portugueses. A simpatia pela causa defendida pelo governo de D. Carlos, já visível nas várias sínteses das informações que lhe chegam da Europa, alcança um cego lirismo patriótico no único editorial dedicado a este conflito diplomático entre Lisboa e Londres. Esta tomada de posição pode parecer lógica e natural, tendo

em conta as fontes disponíveis e os laços entre os dois países lusófonos.

Exceto alguns telegramas e contrariamente à imprensa europeia e norte-americana, a maioria dos artigos é publicada vários dias, e, por vezes, três ou quatro semanas depois dos acontecimentos. Isso explica-se, por um lado, pelo facto da viagem de barco entre a Europa e o Brasil durar entre 15 e 20 dias nos finais do século XIX. Os jornais portugueses chegam quase um mês depois a Porto Alegre, e mesmo os jornais do Rio, mais bem informados, levam alguns dias antes de estarem à disposição dos jornalistas porto-alegrenses. Por outro lado, o envio de telegramas é oneroso: por conseguinte, o seu uso é muito parcimonioso.

A leitura das páginas deste quotidiano permite também descobrir as reações de brasileiros e, sobretudo, da colónia lusa, ofendida, chocada e furiosa para com a pérfida Albion. Soubemos que uma peça de teatro acabará por ser censurada e que mesmo um pintor pelotense fará um retrato de Serpa Pinto. São provas indiscutíveis de que o conflito diplomático à volta das possessões portuguesas em África é um dos temas de que se fala em terras sul-rio-grandenses neste primeiro trimestre de 1890.

Uma parte significativa da colónia portuguesa não descarta um futuro conflito entre Portugal e a Grã-Bretanha, com pessoas prestes a dar dinheiro e/ou a alistar-se para defender a pátria ameaçada. Considerando o desequilíbrio de forças entre os dois exércitos, esta incompreensível e insensata excitação guerreira, que dura algumas semanas, pode surpreender, mas tem de ser situada num contexto de furor antibritânico e de frustração patriótica. É preciso lembrar que mesmo alguns editorialistas norte-americanos, que não têm ligações afetivas com Portugal, falam abertamente de uma guerra possível entre as duas nações

aliadas. No entanto, na imprensa dos Estados Unidos, ninguém tem dúvidas sobre o nome do futuro vencedor.

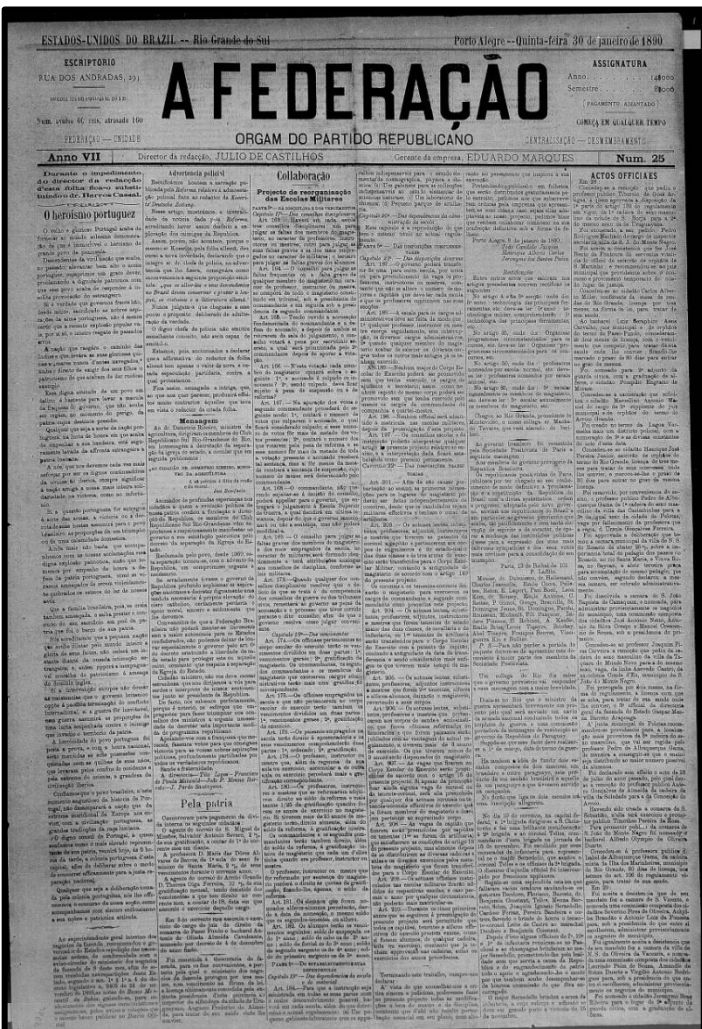


Figura 34: *A Federação*, 30 de janeiro de 1890, com o editorial «O heroísmo português».

ANEXO

Portugal e Inglaterra

Episódio dramático, em 2 quadros, que deve amanhã ser apresentado no teatro S. Pedro, em benefício A FAVOR do ator B. Lisboa.

SCENA 6ª

.....

FRANÇA *à Inglaterra*

Bem vês: as grandes nações
Condenam tua esperteza.

RÚSSIA, *o mesmo*

Desiste das pretensões
À possessão portuguesa.

ESPAÑHA, *o mesmo*

Hesitas! Em que se escuda
Teu direito, Grã-Bretanha?

INGLATERRA

Quero ainda ouvir a Alemanha.

BRASIL, *entrando*

Não pode falar, está muda.

PORTUGAL, *abraçando-o*

Oh Brasil, filho adorado !...

Brasil, *o mesmo*

Portugal, meu velho pai !

PORTUGAL

Que prazer nesta alma vai
Por encontrar-te a meu lado!

BRASIL

Ousei supor um momento
Que não me reconhecesses.

PORTUGAL

E qual o teu fundamento
Para que tal supusesses?

BRASIL

Do meu governo hoje a forma
Não é já a que me legaste...

PORTUGAL

— Tens o bom senso por norma —
Mudando-a, muito lucraste.
Não podo rei conhecer-te,
Mas conhece-te a nação.
E tua nova condição
Mais a mim há-de prender-te

BRASIL

E como não ser assim
Se meus elos vis quebrei?
Não tenho escravos nem rei,
Sou livre país, enfim!
No Brasil, do sul ao norte,
Brilha ingente a liberdade
E meu povo, unido e forte,
Vive em sã fraternidade.

A Federação, 8 de março de 1890

4. Résumé en français

En 1884, avec l'accord de la France, Bismarck convoque une conférence à Berlin dont l'objectif principal est de régler les conflits coloniaux en Afrique. L'acte final est une défaite pour la diplomatie portugaise. Elle doit reconnaître l'indépendance de l'État libre du Congo et, surtout, accepter la primauté de l'occupation effective d'un territoire pour en justifier la possession¹⁴⁶. Le principe des droits historiques, réclamé par Lisbonne, se trouve relégué au second plan.

Par conséquent, le Portugal doit agir et commence à occuper des territoires à l'intérieur du Continent. C'est à ce moment-là que prend forme le projet « carte couleur rose » dont le but est de relier les colonies d'Angola et du Mozambique, ce qui rendrait irréalisable la liaison du Cap au Caire, chère aux colonialistes britanniques.

La crise entre les deux pays, déclenchée par Londres en 1887, atteint son paroxysme en novembre 1889 avec l'expédition de Serpa Pinto au Chiré, dans l'actuel Malawi. L'explorateur portugais attaque les Macalolos, peuple sous la protection britannique, et foule aux pieds le drapeau

¹⁴⁶ L'article 35 de l'Acte final de la Conférence de Berlin (novembre 1884 - février 1885) dit ceci : « Les Puissances signataires du présent Acte reconnaissent l'obligation d'assurer, dans les territoires occupés par elles, sur les côtes du continent africain, l'existence d'une autorité suffisante pour faire respecter les droits acquis et, le cas échéant, la liberté du commerce et du transit dans les conditions où elle serait stipulée. »

anglais, provoquant ainsi une forte réaction de la part du gouvernement de Sa Majesté.

Le marquis de Salisbury écrit deux notes à Lisbonne les 18 et le 26 décembre. Barros Gomes, le ministre des Affaires Étrangères, tempore et ne réalise pas que la situation est grave. Après une dernière tentative au début du mois suivant, insatisfait par les propositions portugaises, le premier ministre anglais, qui refuse toute médiation des autres puissances, envoie un mémorandum à son ministre à Lisbonne. Celui-ci le remet à Barros Gomes le 11 janvier 1890. C'est l'*Ultimatum*, dans lequel Londres ordonne le retrait des troupes portugaises de cette région contestée. En cas de réponse négative ou tardive, Salisbury écrit que l'Angleterre va rompre les relations diplomatiques avec le Portugal et que le navire *Enchanteress* « se trouve à Vigo, en attendant ses ordres ».

Sous la menace, le gouvernement de Dom Carlos doit se soumettre en acceptant les exigences anglaises. Cela amène la chute du gouvernement de José Luciano de Castro. On assiste également à une forte vague antibritannique au Portugal avec notamment des manifestations quasi quotidiennes et des tentatives de boycott des Anglais et de leurs produits, campagne qui connaît deux phases distinctes : la première, en janvier et février, immédiatement après l'*Ultimatum* ; la deuxième, en septembre, provoquée par la signature, le 20 août, du traité de Londres entre les deux pays. Cette deuxième vague d'agitation entraîne également la chute du gouvernement : Serpa Pimentel doit jeter l'éponge le 18 septembre. Cette démission ainsi que le refus du parlement portugais de ratifier l'accord contribuent à calmer les esprits.

« Le *modus vivendi* de novembre ainsi que le traité de l'année suivante, pourtant bien moins favorable au Portugal que celui d'août de 1890, ne provoqueront aucun remous. De

toute façon, même avec un « mauvais » accord, le Portugal garde des territoires très étendus en Afrique. Il va les occuper militairement durant les campagnes de « pacification » à partir de 1891. Il bâtit ainsi son troisième empire colonial qu'il gardera jusqu'en 1975, malgré l'épée de Damoclès que constituent les accords secrets anglo-britannique de partition des colonies portugaise de 1898 et de 1913. » (MONICO, 2005, p. 34).

Même si cela peut paraître paradoxal, l'*Ultimatum* anglais de janvier 1890 a comme conséquence fondamentale, à moyen et à long terme, de fixer les frontières des possessions coloniales portugaises au sud de l'Afrique. Jusqu'à ce moment-là, ce que l'on appelle l'Empire portugais « était simplement un amalgame de revendications territoriales, de droits historiques et de faibles sphères d'influences sur les populations et les chefs africains » (DORES, 2019, p. 34).

* * * * *

Novos mandamentos do brio nacional, a fim de não alterar as boas relações diplomaticas com a nossa fiel alliada, a Inglaterra.



1.º mandamento—Aceitar sem protesto.



2.º mandamento—Agradecer humildemente tanta bondade.

PHAL BORDALLO PINHEIRO

Resultados praticos:—Portugal fica sendo para todo o sempre, uma loja de engraxadores humildes da Grã Bretanha... E cara alegre por que o estrangeiro é forte!

Figura 35:

«Nouveaux commandements de la fierté nationale, afin de ne pas troubler les bonnes relations diplomatiques avec notre fidèle alliée, l'Angleterre.

1^{er} commandement : — Accepter sans protester.

2^e commandement — Remercier humblement une si grande bonté.

Résultats pratiques : — Portugal est et sera toujours un magasin d'humbles cireurs de bottes anglaises... Et avec le sourire, car l'étranger est puissant !» (*Pontos nos ii*, 7 mars 1890)

Dans cette caricature de Rafael Bordalo Pinheiro, on voit, de haut en bas : Julho Vilhena, ministre de la Marine qui reçoit un coup de pied de John Bull ; João Franco, ministre des Finances, dans une position très inconfortable, à genoux, derrière John Bull ; Barjona de Freitas, ministre du Portugal à Londres, prosterné devant Lord Salisbury.

Après un chapitre qui situe les événements dans leur contexte historique, Reto Monico analyse les regards que portent environ soixante-quinze journaux de vingt-six états américains sur cette guerre diplomatique entre Londres et Lisbonne. Cette presse donne la priorité aux thèmes de politique intérieure et consacre moins de place aux événements qui se déroulent sur le Vieux Continent. Toutefois, un nombre significatif de quotidiens publient non seulement des dépêches ou des résumés envoyés des capitales européennes, mais également des commentaires et des éditoriaux sur cette crise entre Londres et Lisbonne.

Víctor Lopes a analysé la presse française pendant cette période et nous en avons fait de même avec les journaux helvétiques. L'écrasante majorité de ces quotidiens soutiennent le Portugal et stigmatisent l'attitude de John

Bull, tout comme les journaux belges, espagnols et italiens¹⁴⁷. Les périodiques américains sont moins unanimes sur la question. Si certains appuient Lisbonne ou tentent de garder une position non-partisane, une majorité des organes de presse consultés défendent le point de vue britannique et sa politique coloniale efficace et, estiment-ils, favorable au développement de la civilisation occidentale. Selon ces éditorialistes, les Portugais n'ont pratiquement rien réalisé de positif en Afrique. Ils ont utilisé la violence contre les Indigènes et ont alimenté le commerce négrier. En outre, Lisbonne ne peut pas réclamer des territoires simplement parce que des navigateurs portugais ont découvert ces côtes africaines quatre siècles auparavant.

En tenant compte de l'énorme disparité des forces militaires entre les deux pays, aucun journal américain ne remet en cause la réaction du gouvernement de D. Carlos qui a logiquement fait machine arrière et s'est soumis aux exigences de Salisbury. Une minorité d'entre eux mentionnent néanmoins une hypothétique guerre entre Londres et Lisbonne, conflit qui aurait dû leur paraître bien virtuel.

Un certain nombre de ces éditorialistes critiquent vertement l'arrogance, l'avarice et l'absence de scrupules de l'Angleterre, accusée de traiter avec mépris son petit allié lusitanien, mais qui n'a pas du tout la même attitude hautaine lorsqu'il s'agit de faire face, par exemple, à la Russie ou à l'Allemagne.

De l'autre côté de l'Atlantique, on trouve ridicules les nombreuses manifestations anti-anglaises dans les villes portugaises. Selon plusieurs commentateurs, ces

¹⁴⁷ Nous avons effectué un sondage en consultant les archives historiques d'un certain nombre de journaux de ces pays de janvier 1890.

vociférations révèlent plutôt une certaine frustration collective des Portugais qui se croient encore à l'époque des Grandes Découvertes. Quant au boycott économique, il ne paraît pas affecter l'Angleterre. Ces éditorialistes américains font remarquer que quand la situation sera redevenue plus calme, les affaires avec les Anglais, qui sont de bons clients, vont reprendre de plus belle. Seule une toute petite minorité de journalistes imaginent que les Français, les Espagnols et les Américains pourront prendre la place des Britanniques.

Nous savons que Lisbonne a tenté en vain d'obtenir l'arbitrage des grandes puissances signataires du Traité de Berlin de 1885. La presse américaine analyse cet aspect avec une grande clarté : ils écrivent, à juste titre, qu'aucune d'entre elles ne veut irriter Londres en s'immisçant dans cette controverse luso-britannique. Une infime minorité de ces journaux espère une intervention de Bismarck qui, en l'occurrence, n'a aucune intention de jouer le rôle de médiateur.

Cette crise entre deux vieux alliés met aussi au premier plan l'éventualité d'un changement de régime à Lisbonne, le Parti Républicain Portugais tentant d'en profiter à des fins de propagande. À ce sujet, la presse américaine souhaite qu'à plus ou moins long terme, le Portugal devienne une République : certains croient qu'une prise de pouvoir est imminente et publient des nouvelles alarmistes ; d'autres, au contraire, estiment qu'elle serait prématurée et même contreproductive.

Ces regards de la presse nord-américaine sur l'*Ultimatum* anglais de 1890 donnent une vision relativement complète de cette page de l'histoire portugaise, aucun aspect important n'ayant été négligé. Les peuples natifs sont sans aucun doute les seuls grands absents, comme nous avons pu

le relever dans notre thèse de doctorat (MONICO, 2005, p. 73).

Nous avons également trouvé des commentaires ironiques, parmi lesquels certains font allusion au Porto qui devient une espèce de symbole, mais également une arme à double tranchant. Selon un journal, l'interdiction d'exporter ce vin peut nuire aux Anglais qui ne pourront plus le boire ; pour un autre, c'est exactement le contraire, car les Portugais devront en consommer bien davantage. Ces deux exemples représentent et illustrent la variété des points de vue, parfois contradictoires, de la presse américaine étudiée dans cet ouvrage.

* * * * *

Dans la troisième partie, l'auteur se penche sur ce qu'écrivait le journal fondé en 1884 à Porto Alegre, *A Federação*, à propos du conflit luso-britannique lors du premier trimestre de 1890. Une première constatation s'impose : le quotidien retranscrit des nouvelles qui sont envoyées surtout depuis la capitale portugaise ainsi que des articles de la presse européenne, cités parfois par les journaux de Rio de Janeiro.

À l'exception de quelques rares télégrammes, les textes sont publiés plusieurs jours, voire trois à quatre semaines après les événements. Ceci s'explique par le fait que les journaux du Vieux Continent, qui sont logiquement transportés par bateau, arrivent presque un mois après à la rédaction du quotidien. Même la presse de Rio de Janeiro, mieux informée, n'est pas tout de suite disponible à Porto Alegre. En outre, l'envoi de télégrammes est très onéreux. Son utilisation est donc parcimonieuse.

La sympathie pour la cause défendue par Lisbonne est sans faille et l'opinion du journal se lit même dans les

articles qui sont copiés d'autres organes de presse. Le seul éditorial consacré à cette question atteint un sommet de lyrisme philo-lusitanien. On y exalte la communion entre les deux peuples. Le journaliste considère que «la famille brésilienne» doit se sentir également menacée, lorsque, de l'autre côté de l'Atlantique, son frère est victime de la perfidie de John Bull. Les Brésiliens doivent tout faire pour apporter leur soutien à leur ancienne métropole.

Ce journal nous informe également des réactions de la communauté portugaise habitant au Brésil. On apprend notamment que déjà le 14 janvier à Rio, trois citoyens envoient des télégrammes au gouvernement de Serpa Pimentel, promettant de verser la somme de 4 000 livres, en cas de guerre anglo-portugaise. Dans la même ville, on veut organiser «un bataillon patriotique» pour qu'il puisse s'embarquer pour l'Afrique. Le journal parle d'un nombre considérable d'inscrits. À Belém, São Paulo et à Porto Alegre, comme d'ailleurs dans tout le Portugal, les colonies lusitaniennes s'organisent afin de participer à la grande souscription nationale.

Dans cette défense à outrance des droits du Portugal, on n'exclut pas l'éventualité d'un conflit armé et certains seraient même prêts à partir immédiatement pour combattre au côté des troupes portugaises. Cette incompréhensible ferveur guerrière, à la fois naïve et insensée, est à situer dans un contexte de fureur antibritannique et de frustration patriotique.

Nous avons vu qu'à Porto Alegre, un acteur, pour faire plaisir à son collègue portugais, accepte de jouer l'Anglais dans une scène comique «João Pires e John Bull». Toujours dans la même ville, l'acteur Bernardo Lisboa prépare un tableau allégorique «Portugal e a Inglaterra», qui sera finalement interdit par le gouverneur. À Pelotas, un peintre a fait un portrait de Serpa Pinto. Ces exemples

prouvent que l'*Ultimatum* et ses conséquences sont sans doute des thèmes dont discutent les élites de Rio Grande do Sul en ce début de 1890.

Periódicos norte-americanos analizados

Arizona:

Montgomery Advertiser, The

Califórnia:

Examiner, The

Sacramento Daily Record-Union

San Francisco Chronicle, The

Los Angeles Times, The

Carolina do Norte:

Daily Citizen, The

News and Observer, The

Delaware:

Morning News, The

Evening Journal

District of Columbia:

Evening Star, The

National Tribune, The

Washington Critic, The

Washington Post, The

Washington Star, The

Georgia:

Atlanta Constitution, The

Illinois:

Chicago Tribune

Decatur Morning Herald, The

Daily Inter-Ocean, The

Evening Tribune, The

Indiana:

Daily Journal, The Fort Wyane Gazette, The

Rock Iséland Daily Argus

Weekly Breeze

Evening Item, The

Iowa:

Emmet County Republican

Davenport Democrat, The

Kansas:

Wichita Eagle

Atchison Daily Patriot

Evening Tribune, The

Kansas City Gazette, The

Laurence Daily Journal, The

Kentucky:

Courier-Journal, The

Luisiana:

The Daily Picayune

The Times-Democrat

Maryland:

The Sun, The (Baltimore)

Massachussets:

Boston Globe, The

Minnesota:

Minneapolis Tribune, The

Missouri:

Almongordo Daily News
Albuquerque Journal
Las Vegas Daily Optic
Saint Louis Globe Democrat

Nebraska:

Omaha Daily Bee, The
Columbus Journal, The

New York:

Buffalo Commercial Advertiser
Buffalo Morning Express
Buffalo Courier
Buffalo Times, The
Buffalo Sunday Morning News
Democrat and Chronicle
Evening World, The
New York Times, The
New York Tribune, The
Sun, The

Ohio:

Akron Daily Beacon, The
Cincinnati Enquirer, The
Hamilton Daily Democrat
Summit County Beacon, The

Oregon:

Morning Oregonian

Pensilvânia:

Daily News-Dealer
Philadelphia Enquirer, The
Pittsburgh Dispatch, The
Scranton Republican, The
Times, The (Altoona)
Times, The (Filadélfia)

Tennessee:

Daily American, The
Deseret

Texas:

Galveston Daily News, The

Utah

Deseret Evening News

Virgínia

Alexandra Gazette
Richmond Dispatch, The
Roanoke Daily Times
Valley Virginian, The

Wisconsin

Racine Daily Journal, The

Referências bibliográficas

COELHO, Maria Teresa Pinto. *Apocalypse e Regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CRITZ, José Morilla « A Califórnia e o vinho do Porto entre dois séculos», *DOURO. Estudos e Documentos*, Vol. I (3), 1997 (2), p. 123-141.

DORES, Hugo Gonçalves & JERÓNIMO, Miguel Bandeira & MONTEIRO, José Pedro. *1890*. Lisbonne : Público/Tinta da China, 2019. (7º vol. da coleção *Portugal, uma retrospectiva*, dirigida por Rui Tavares)

LOPES, Víctor. *Le conflit anglo-portugais de 1890 dans la presse et la correspondance diplomatique françaises*. Paris: Université de la Sorbonne, 1990.

MONICO, Reto. *Suisse-Portugal: regards croisés (1890-1930)*. Genebra: SHAG, 2005.

RAMOS, Rui. *A Segunda Fundação*. Lisboa: Estampa, 1995.

SILBERT, Albert, «A crise portuguesa de 1890-1891 vista de França», in *Análise Social*, Vol. XXVIII (123-124), 1993, p. 1093-1115.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Alfa, 1990.

TELO, António José. *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa (1875-1900)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1991.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



CIDH

Cátedra Convivida FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

ISBN: 978-85-67193-31-1

